



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR COMO DISCIPLINA ESCOLAR: MARCAS DO  
EXÉRCITO NO ATHENEU SERGIPENSE (1909-1946)**

**ROSEMEIRE MARCEDO COSTA**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR COMO DISCIPLINA ESCOLAR: MARCAS DO  
EXÉRCITO NO ATHENEU SERGIPENSE (1909-1946)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação.**

**ROSEMEIRE MARCEDO COSTA**

**ORIENTADORA:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Eva Maria Siqueira Alves

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**ROSEMEIRE MARCEDO COSTA**

**A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR COMO DISCIPLINA ESCOLAR: MARCAS DO  
EXÉRCITO NO ATHENEU SERGIPENSE (1909-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

**Aprovada em 19 de fevereiro de 2018.**

Prof.ª Dr.ª Eva Maria Siqueira Alves (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Edmilson Menezes Santos  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. João Pulo Gama Oliveira  
Universidade Federal de Sergipe /UFS

Prof.ª Dr.ª Raylane Andreza Dias Navarro Barreto  
Universidade Tiradentes/ UNIT

Prof.ª Dr.ª Cynthia Greive Veiga  
Universidade Federal de Minas Gerais /UFMG

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Costa, Rosemeire Marcedo  
C837i      A instrução pré-militar como disciplina escolar : marcas do  
Exército no Atheneu Sergipense (1909-1946) / Rosemeire  
Marcedo Costa ; orientadora Eva Maria Siqueira Alves. – São  
Cristóvão, 2018.  
133 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2018.

1. Educação – História - Sergipe. 2. Currículos. 3. Disciplina  
escolar. 4. Educação militar. 5. Colégio Atheneu Sergipense. I.  
Alves, Eva Maria Siqueira, orient. II. Título.

CDU 37.016:355.11(813.7)(091)

Dedico a João Francisco, o meu filho amado, como uma espécie de herança. Não o texto, propriamente, mas o exemplo da persistência nos estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é um gesto nobre e o faço com muito prazer, especialmente, porque sei que não concluiria esse texto não fosse a colaboração de muitas pessoas queridas, que a mim dedicaram atenção:

Minha orientadora, Dr<sup>a</sup> Eva Maria Siqueira Alves, que me acolheu e me transmitiu a segurança necessária para seguir em frente. A minha admiração de longa data, consolidou-se nesses dois anos de convivência, de orientação, de participação no grupo de estudos e de outros trabalhos. Registro a minha gratidão por aceitar o desafio de me conduzir até aqui. Professora! Sinto-me honrada de ter conquistado o título de “Evita”, porque sei o peso dessa expressão por onde eu for. Certamente, ainda teremos uma boa caminhada pela frente.

A querida Renata Franco, uma profissional dessas que não achamos a toda hora. Soube me reconduzir para o equilíbrio, quando tudo parecia desmoronar. A sua ajuda foi fundamental para que eu entendesse que as “dores da alma” podem me impulsionar para um universo de conquistas, só depende de como olho para as adversidades. Obrigada, Renata! O trabalho continua...

Nycolas Menezes, meu amado esposo, pelo apoio irrestrito. Contar com você nas pequenas e grandes coisas me dá a segurança necessária para seguir em frente. Obrigada por ter suportado tanta ausência e tanto estresse!

Vera Maria dos Santos e Paulo, seu filho, que me acolheram de forma tão carinhosa, quando mais precisei.

Analice, Cristiane e Kátia, são professoras que muito me orgulham. Ter convivido esses anos do doutorado só reforçou a minha admiração por vocês, que já era grande, mesmo quando ainda não as conhecia de perto... só de boa fama. A primeira é a pessoa mais sensível que já conheci até hoje, pois não precisava que eu lhe contasse o problema, ela se antecipava na solução, mesmo que as vezes lhe custasse algum sacrifício. Obrigada, Analice! Sem a sua ajuda, teria deixado o curso. A segunda eu achava que os milhões de elogios que lhe davam eram exagero, mas com a convivência vi que são até poucos para a grandiosidade de seu espírito. A terceira é uma irmã, Kátia Regina não se contenta de lhe mostrar algum caminho, ela segue com você. A sua amizade é um grande presente!

Simone Paixão, uma pesquisadora que leva a história da educação muito a sério e que instiga a curiosidade em torno do universo de alunos, seu objeto predileto! Obrigada por me ajudar tanto nessa empreitada!

João Paulo Gama, um jovem pesquisador que imprime qualidade em tudo que se propõe a fazer. Sua paixão pela História é contagiante. Obrigada por todo o apoio prestado! Estendo o carinho a Rose, sua esposa, que tem uma extraordinária capacidade de empatia.

Os professores Joaquim Tavares, Fábio Alves e Péricles Andrade, grandes incentivadores nessa jornada de pesquisa. As contribuições na Banca de Qualificação foram valiosas.

Juliana Fontes e Thaty, incríveis pedagogas, que descobriram uma Rose que poucos conhecem. Agradeço o apoio em todas as esferas da vida e não só na acadêmica.

Adriana e Eduardo, amigos queridos, agradeço por prestarem tanta assistência João Francisco. O apoio de você me encoraja nas lutas diárias!

Clotildes por sempre cuidar tão bem de João Francisco. Nesses quatro anos a sua presença foi ainda mais importante para ele. Estendo os agradecimentos aos demais membros da sua família, que torcem pelo nosso sucesso!

Jenisson, que ajudou na busca por dados biográficos de uma vasta lista de militares. Ainda teremos muito trabalho pela frente....

Aos membros do Grupo DEHEA (Ana Márcia, Simone Fonseca, Juliana, Wênia, Carla, Edna, Marcos, Sayonara e Waldinei) registro meus agradecimentos e atesto que as expressões de encorajamento me ajudaram bastante. Isso tem peso e influencia positivamente, mesmo que os mais céticos julguem que seja bobagem!

Minha família, que mesmo sem saber o que significa “doutorado” me apoia e entende as minhas ausências. Dona Rosinha, suas orações são muito fortes! Glenda, não é uma escolha ficar confinada no “quartinho do castigo”, é uma necessidade.

A família de meu esposo (que também é minha!) pelo apoio irrestrito e pelo cuidado com João Francisco.

Ao tenente Henrique e ao sargento Aquino agradeço por demonstrarem tanta sensibilidade ao meu trabalho de pesquisa. Abriram as portas do arquivo do 28BC, disponibilizando o acervo da instituição (nos horários determinados pelo comandante!).

Meus alunos da Ufal, sábios com as palavras de incentivo. Sempre diziam que eu iria concluir de forma exitosa o Doutorado e só me resta agradecer.

Colegas da Ufal, que entenderam a minha extrema necessidade de afastamento para concluir essa etapa de formação.

Aos colegas do Cesad que acompanharam esse trajeto formativo, compreendendo minhas ausências e me auxiliando nas atividades.

Escrever a história é mais do que realizar uma exposição de achados. É o efeito de uma transformação pela qual passamos enquanto sujeitos que nos assumimos e assumimos os riscos pressentidos na escrita. É dialogar, não exatamente com os outros, mas com nosso próprio pensamento. Por esse motivo, escrever é tão [...] perturbador (NUNES, 1990).



## RESUMO

A presente tese investiga as práticas de Instrução Pré-Militar (IPM) desenvolvidas no Atheneu Sergipense, escola civil de formação secundária da juventude sergipana, no período de 1909 a 1946, em Aracaju –SE, mostrando que a atuação dos instrutores do Exército cumpria um importante papel no preparo dos jovens para a defesa nacional. Embasada nos postulados teórico-metodológicos da História Cultural, concilia as categorias analíticas de Disciplinas Escolares de Chervel (1990), Felgueiras (2010), identificando os elementos constitutivos da IPM na legislação, nos indícios das práticas do Atheneu Sergipense e nos manuais didáticos da Instrução Pré-Militar de Moacyr Fayão de Abreu Gomes (1944) e de Avelino Canazza (1945). Os pressupostos metodológicos de Chartier (1990), Certeau (2011) e Elias (1997) contribuíram para identificar as práticas, as representações e as configurações do trabalho dos militares naquele estabelecimento de ensino, partindo da normatização até a publicação dos manuais didáticos. O objetivo geral é analisar as práticas de IPM no Atheneu Sergipense, procurando compreender o seu processo de institucionalização, bem como mostrar o entendimento sobre o lugar que ocupava a IPM no preparo de jovens mobilizáveis para lidar com confrontos, caso fosse necessário. A pesquisa está assentada em levantamento bibliográfico, explorando o Banco Digital de Dissertações e Teses, seguindo da busca de fontes documentais em ofícios, jornais, relatórios, regulamentos, decretos, atas e outros impressos, fundamentais para compreensão do que representa a temática para o campo da História da Educação. Foram consultados os acervos das seguintes instituições: Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Biblioteca Central da UFS, Arquivo do 28º Batalhão de Caçadores e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. O estudo coloca em destaque que a IPM reforçava o rol das “forças morais” que ajudariam na organização do Estado, principalmente por inculcar na juventude a disciplina, o patriotismo e o “espírito militar”. A IPM no Atheneu Sergipense se configurou como disciplina escolar, apresentando as finalidades, os conteúdos e as formas de avaliação. Assim, os princípios do Exército a serem difundidos entre os civis revelaram o exposto valor entre a relação do serviço militar obrigatório e a preparação da juventude para a defesa nacional, a partir dos elementos fundantes da instituição militar: a obediência e a disciplina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atheneu Sergipense. História da Educação. Disciplina Escolar. Instrução Pré-Militar.

## ABSTRACT

This thesis investigates the practices of Premilitary Instruction (IPM) developed at Atheneu Sergipense, a civilian school of secondary education of the youth from Sergipe, in the period from 1909 to 1946, in Aracaju- SE, showing that the performance of the army instructors fulfilled an important role in preparing the youth for national defense. Based on the theoretical-methodological postulates of Cultural History, it unites the analytical categories of the School Disciplines by Chervel (1990), identifying the constitutive elements of the IPM in the legislation, in the evidences of the practices of Atheneu Sergipense, and in the teaching manuals of Premilitary Instruction written by Moacyr Fayão de Abreu Gomes (1944) and by Avelino Canazza (1945). The methodological assumptions of Chartier (1990), Certeau (2011) and Elias (1997) contributed to the identification of the practices, the representations and the configurations of the work of the military personnel in that educational institution, going from the regulation to the publication of teaching manuals. The general objective is to analyze the practices of IPM at Atheneu Sergipense, attempting to understand its process of institutionalization, as well as to present the understanding of the place occupied by IPM of mobilizable youth to deal with conflicts, if needed. The research is based on a bibliographical survey, exploring the Digital Database of Thesis and Dissertations, followed by the search for documental sources in official mails, journals, reports, regulations, decrees, protocols and other printed sources, fundamental for the understanding of what the subject represents for the field of History of Education. The collections consulted were those from the following institutions: the Center of Education and Memory of the Atheneu Sergipense, the Public Library Epifânio Dória, the Central Library of UFS, the Archive of the 28º Batalhão de Caçadores, and the Historical and Geographical Institute of Sergipe. The study highlights that the IPM reinforced the role of the “moral forces” that would help in the organization of the State, mainly by instilling patriotism and the “military spirit” in youth. The IPM at Atheneu Sergipense was set up as a school course, showing the finalities, the contents and the types of exams. Therefore, the principles of the army to be spread between civilians revealed the value between the relation of the mandatory military service and the preparation of the youth for national defense, from the founding elements of the military institution: obedience and discipline.

**KEYWORDS:** Atheneu Sergipense. History of Education. School Course. Premilitary Instruction.

## RESUMEN

La presente tesis investiga las prácticas de Instrucción Pre-Militar (IPM) desarrolladas en el Atheneu Sergipense, escuela civil de formación secundaria de la juventud sergipana, en el período de 1909 a 1946, en Aracaju -SE, mostrando que la actuación de los instructores del Ejército cumplía un importante papel en la preparación de los jóvenes para la defensa nacional. Basada en los postulados teórico-metodológicos de la Historia Cultural, concilia las categorías analíticas de Disciplinas Escolares de Chervel (1990), Felgueiras (2010) identificando los elementos constitutivos de la IPM en la legislación, en los indicios de las prácticas del Atheneu Sergipense y en los manuales didácticos de la Instrucción Pre-Militar de Moacyr Fayão de Abreu Gomes (1944) y de Avelino Canazza (1945). Los presupuestos metodológicos de Chartier (1990), Certeau (2011) y Elias (1997) contribuyeron a identificar las prácticas, las representaciones y las configuraciones del trabajo de los militares en aquel establecimiento de enseñanza, partiendo de la normatización hasta la publicación de los manuales didácticos. El objetivo general es analizar las prácticas de IPM en el Atheneu Sergipense, buscando comprender su proceso de institucionalización, así como mostrar el entendimiento sobre el lugar que ocupaba la IPM lo que requería y justificaba la preparación de jóvenes movilizables para hacer frente a los enfrentamientos, si fuera necesario. La investigación está asentada en levantamiento bibliográfico, explorando el Banco Digital de Disertaciones y Tesis, siguiendo de la búsqueda de fuentes documentales en oficios, periódicos, informes, reglamentos, decretos, actas y otros impresos, fundamentales para la comprensión de lo que representa la temática para el campo de la Historia de la Educación. Se consultaron los acervos de las siguientes instituciones: Centro de Educación y Memoria del Atheneu Sergipense, Biblioteca Pública Epifanio Dória, Biblioteca Central de la UFS, Archivo del 28º Batalhão de Caçadores e Instituto Histórico y Geográfico de Sergipe. El estudio pone de relieve que la IPM reforzaba el rol de las "fuerzas morales" que ayudarían en la organización del Estado, principalmente por inculcar en la juventud la disciplina, el patriotismo y el "espíritu militar". La IPM en el Atheneu Sergipense se configuró como asignatura escolar, presentando las finalidades, los contenidos y las formas de evaluación. Así, los principios del Ejército a ser difundidos entre los civiles revelaron el expreso valor entre la relación del servicio militar obligatorio y la preparación de la juventud para la defensa nacional, a partir de los elementos fundantes de la institución militar: la obediencia y la disciplina

**PALABRAS CLAVE:** Atheneu Sergipense. Historia de la Educación. Asignatura Escolar. Instrucción Pre-Militar.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEMAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense

IPM – Instrução Pré-Militar

CIP – Centro de Instrução Pré-Militar

EIMP – Escola de Instrução Militar Preparatória

EIPM – Escola de Instrução Pré-Militar

IRTG – Inspetoria Regional de Tiros de Guerra

LDN – Liga de Defesa Nacional

28 BC – 28º Batalhão de Caçadores

TG – Tiros de Guerra

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Instrutores militares do Atheneu Sergipense (1909-1946) .....	68
QUADRO 2 -	Registro dos dados físicos dos alunos da IPM (1946) .....	78
QUADRO 3 -	Relação nominal dos alunos da EIMP n. 160 – graus obtidos durante o mês de agosto de 1935 .....	81
QUADRO 4 -	Marchas efetuadas no período de IPM de 1946 pelo CIP 618.....	84
QUADRO 5 -	Resultado final das “provas de verificação” da EIMP n. 160 – Novembro de 1938 .....	85
QUADRO 6 -	Relação de armamentos enviados para o Atheneu Sergipense (1910-1938) .....	88
QUADRO 7 -	Relação de faltas do mês de agosto 1940 .....	93

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Comprovante de entrega de armamento 1926.....	39
FIGURA 2 -	Comunicado de envio de regulamento de tiro ao Atheneu Sergipense 1925.....	60
FIGURA 3 -	Registro de matrícula CIP 618 – 1944.....	77
FIGURA 4 -	Móvel usado como suporte para armas.....	87
FIGURA 5 -	Capa do manual de instrução pré-militar – 1944.....	97
FIGURA 6 –	Divulgação do manual de instrução pré-militar.-1942.....	99
FIGURA 7 –	Capa do manual de ensino pré-militar – 1945.....	101
FIGURA 8 –	Alunos do Atheneu Sergipense em atividades de esgrima.....	104
FIGURA 9 –	As posições de atirador.....	108

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1	O INÍCIO DA JORNADA DE PESQUISA.....	20
1.2	O CAMINHO METODOLÓGICO.....	22
1.3	AS PARTES E O TODO: ESTRUTURA DO TEXTO.....	34
<b>2</b>	<b>INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: SIGNIFICADOS E DESTINATÁRIOS.....</b>	<b>36</b>
2.1	A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR N. 160.....	41
2.2	“A INFÂNCIA SOB A MIRA DO EXÉRCITO”.....	49
2.3	OS PROGRAMAS DE ENSINO DA INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR.....	54
2.4	OS TIROS DE GUERRA.....	57
<b>3</b>	<b>AS PRÁTICAS DOS INSTRUTORES MILITARES NO ATHENEU SERGIPENSE.....</b>	<b>64</b>
3.1	FORMAÇÃO E DEVERES DOS INSTRUTORES NA ESCOLA.....	65
3.2	OS INSTRUTORES E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	70
3.3	O PROCESSO FORMATIVO DOS ALUNOS.....	76
3.4	AS AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS.....	80
<b>4</b>	<b>OS GUIAS DA INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: MANUAIS DIDÁTICOS.....</b>	<b>94</b>
4.1	A IPM NOS MANUAIS DIDÁTICOS.....	96
4.2	FINALIDADES, CONTEÚDOS E AVALIAÇÃO.....	102
4.3	HABILIDADES E CONHECIMENTOS.....	108
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta tese investiguei as práticas de Instrução Pré-Militar (IPM) desenvolvidas no Atheneu Sergipense<sup>1</sup> no período de 1909 a 1946, em Aracaju –SE, mostrando que a atuação dos instrutores do Exército cumpria um importante papel no preparo dos jovens para a defesa nacional, naquela escola civil de formação secundária da juventude sergipana. Embasada nos postulados teórico-metodológicos da História Cultural, procurei conciliar as categorias analíticas de disciplinas escolares de Chervel (1990) e cultura material escolar de Felgueiras (2010), identificando os elementos constitutivos da IPM na legislação, nos indícios das práticas do Atheneu Sergipense e nos manuais didáticos que localizei. Os pressupostos metodológicos de Chartier (1990), Certeau (2011) e Elias (1997) me ajudaram a identificar as práticas, as representações e as configurações do trabalho dos militares naquele estabelecimento de ensino, partindo da normatização até a publicação dos manuais didáticos da IPM.

O Atheneu Sergipense criado em 1870, no governo do Tenente Coronel José Cardoso Júnior<sup>2</sup>, tornou-se importante instituição de ensino secundário de Sergipe e ganhou fama por preparar uma quantidade significativa de intelectuais e agentes públicos que receberam sólida formação naquela “casa de educação literária” (ALVES, 2005). Na condição de escola civil secundária, preenchia os requisitos para a imediata adesão ao projeto de IPM logo no ano seguinte à publicação da Lei do Alistamento e Sorteio Militar n. 1. 860, de 4 de janeiro de 1908, em que era exigida tal oferta. Mas há de se observar que o ideário de educar o jovem para ser um cidadão-soldado, pronto para defender a nação e que deveria iniciar na escola, havia ganhado importante contorno nos primeiros anos da República, especialmente cunhado nos preceitos do nacionalismo. Assim, competia à escola permitir que os alunos conhecessem os valores militares antes de frequentar uma unidade militar, promovendo essa aproximação no espaço escolar, de forma mais “amigável” que no quartel. A ideia que prevalecia não era somente a da constituição de exércitos profissionais para a defesa, mas a preparação de todos

---

<sup>1</sup> Adotei a denominação de Atheneu Sergipense por ser a forma que mais se conhece a instituição, mas nas fontes localizadas no CEMAS os instrutores militares se reportam ao Atheneu Pedro II. Alves (2005) descreve as denominações do Atheneu Sergipense recebidas ao longo dos anos: “Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro

<sup>2</sup> Nasceu na vila de São Francisco Xavier de Itaguaí (RJ), em 15 de janeiro de 1826. Filho de Francisco José Cardoso e Propícia Francisca Carneiro da Fontoura Barreto. Sua carreira no exército teve início em 1842, no Rio de Janeiro. “Em dezembro de 1869 assumiu a presidência da província de Sergipe, em substituição a Dionísio Rodrigues Dantas. Estendida até maio de 1871, sua gestão foi marcada pela edificação do Atheneu Sergipense” (Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 17 de janeiro de 2018). Faleceu em 21 de setembro de 1917.



os indivíduos. Assim, os alunos do Atheneu Sergipense, escola civil pública de destaque do estado de Sergipe, eram um potencial alvo.

O trabalho desenvolvido pelos instrutores militares no Atheneu Sergipense despertou para alguns questionamentos que norteiam o curso dessa investigação, quais sejam: como se configurou a disciplina IPM no Atheneu Sergipense? De que forma a escola se apropriou das práticas militares? Quais as principais características da IPM? De que forma se deu a atuação dos instrutores militares junto aos alunos na EIPM no Atheneu Sergipense? Que conteúdos eram tratados e com quais objetivos? Como foram representadas as expectativas dos alunos em relação às práticas de IPM no Atheneu Sergipense? Como se configuraram as relações entre Exército e o Atheneu Sergipense? O que significava preparar os jovens para a defesa nacional com o ideal de meninos-soldados?

Essas são algumas das questões lançadas ao objeto para nortear o pensamento acerca da IPM em contexto “macro e micro histórico”, com a clareza que a análise e a interpretação serão focalizadas pelo olhar do pesquisador. Formulei como objetivo geral dessa investigação analisar as práticas dos instrutores militares na Escola de Instrução Pré-Militar, anexa ao Atheneu Sergipense, no período de 1909 a 1946. Como objetivos específicos, compreender a institucionalização da Instrução Pré-Militar no Brasil, focando em uma escola civil de ensino secundário; identificar as práticas desempenhadas pelos instrutores militares no Atheneu Sergipense que visavam preparar os jovens para a defesa nacional; entender o lugar que ocupava a Instrução Pré-Militar, no período entre duas guerras, o que requeria e justificava o preparo dos jovens mobilizáveis para enfrentar confrontos, caso fosse necessário.

No curso desse trabalho, o interesse pelo tema surgiu não só pela curiosidade em torno de uma “presença militar” nas escolas civis como também pelo valor acadêmico de discutir sobre a Instrução Pré-Militar em Sergipe, especificamente no Atheneu Sergipense. Considerando que nas duas últimas décadas temos assistido a acentuada adesão de estudiosos da História da Educação a temas que pareciam não despertar tanto interesse há anos atrás, debruço-me a investigar a ação dos militares no Atheneu Sergipense com a clareza de que ainda há muito a ser investigado acerca da relação entre Estado, Exército e Educação, especialmente na primeira metade do século XX. Interessam-me as práticas, as relações institucionais, as expectativas em relação às atividades próprias da Escola de Instrução Pré-Militar, anexa ao Atheneu Sergipense.

Os estudos sobre as relações entre o Estado e o Exército quase sempre se dão pela via política, partindo-se dos marcos 1889, 1930 e 1964. Mas a preocupação com o Exército como órgão formador que teve forte inserção na escola secundária brasileira, ainda é incipiente e, se

considerarmos a área de História da Educação, as pesquisas são ainda inexpressivas. Evidentemente que esse não é o argumento que justifica a escolha do tema, mas aponta para uma validade da escolha.

É comum entre os pesquisadores que a escolha de seus temas e objetos de investigação tenha ligação direta com suas áreas de formação inicial. No meu caso, não sou da área e nunca realizei nenhum tipo de serviço na área militar, mas fui movida pelas fontes localizadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense - CEMAS<sup>3</sup> a definir a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense como objeto de pesquisa, visto que percebi um silenciamento sobre a temática. Deparar-me com os documentos que remetem às investidas militares no campo da educação em Sergipe, conduziu-me a um investimento de conhecer a pluralidade da anunciada “presença militar” naquela instituição de ensino. Este estudo assume um caráter de originalidade, quando tomo a IPM como objeto da história da educação, investigando os contornos das práticas militares em uma escola civil de maior destaque na sociedade sergipana.

Defendo a tese de que a escola servia para iniciar a preparação militar, por ser um espaço que congregava o público do serviço militar obrigatório, contribuindo para reforçar o ideário do projeto político das forças armadas como “educadoras do povo”, garantindo a formação da juventude para a defesa nacional. Assim, as experiências de preparação dos corpos e mentes dos jovens eram justificadas no objetivo maior de defesa da nação. A IPM reforçava o rol das “forças morais” que ajudariam na organização do Estado, principalmente por incutir na juventude a disciplina, o patriotismo e o “espírito militar”. Este, compreendido como “[...] o processo de construção da identidade social do militar” (CASTRO, 2004, p.15).

A escolha do marco temporal foi realizada a partir de vestígios do tema, encontrados na instituição e suas características. Embora compreenda 38 anos de continuidades e descontinuidades, disputas de poder e outros aspectos, o foco dessa tese consiste nas práticas educacionais, englobando aqui instruções, disciplina e práticas militares, promovidas no Atheneu Sergipense. É importante notar que logo após a publicação da lei que obrigava as escolas secundárias do país a ofertarem a Instrução Pré-Militar, os dirigentes daquele estabelecimento de ensino cuidaram para atender às determinações legais, seja para garantir equiparação ao Colégio Pedro II, como previsto na legislação, seja por entendimento de que o

---

<sup>3</sup> O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS foi criado em 2005, [...] “com o objetivo de salvaguardar as fontes históricas do Atheneu Sergipense, parte significativa da história da educação de Sergipe” (ALVES, 2015, p.23). Seguindo as normas de organização arquivista, os documentos estão sistematizados no período que compreende 1848 a 1990. Atualmente está funcionando na Escola Estadual Leandro Maciel, visto que o Atheneu Sergipense passa por uma reforma em suas instalações físicas.

decreto era para ser cumprido. Assim, o marco contempla o período de 1909 a 1946, porque era determinada na Lei do Alistamento e Sorteio militar n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, a obrigatoriedade de oferta de IPM nas escolas secundárias públicas e particulares do país, equiparadas ou em inspeção permanente.

Coadunando com um ideário maior de defesa da nação e de preparo da juventude patriótica brasileira, decretos, leis e regulamentos foram baixados visando atender tal projeto de nação e ajustar a obrigatoriedade da preparação militar, exigida com a explícita intencionalidade de demarcar o lugar do Exército na educação brasileira. O marco final de 1946 é definido pelo encerramento oficial da obrigatoriedade da Instrução Pré-Militar em todo território nacional, decretado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, através do Decreto-lei nº 9.331, de 10 de junho de 1946, que já em seu Art. 1º determina: [...] “ficará extinta, a partir de 1947, em todo o Território Nacional, a Instrução Pré-Militar de que trata o artigo 20 do Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942” (BRASIL, 1946).

Apesar de a Lei do Sorteio Militar de 1908 estabelecer a necessária preparação da juventude para a defesa da nação desde o ano em que entrou em vigor, foi com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 que os militares parecem ter despertado ainda mais para o problema da falta de preparo dos brasileiros para a guerra. Azzi (2008) acredita que aquele foi o momento que mais se defendeu a aplicação da lei que criou o serviço militar obrigatório e, com ela, também a obrigatoriedade das escolas civis<sup>4</sup> ofertarem a Instrução Pré-Militar aos alunos maiores de 16 anos. Assim, eram necessárias uma intensa campanha e uma boa propaganda para defender aquele ideário, diz o autor. As vozes que melhor eco provocassem entre os jovens seriam bem-vindas para a difusão do projeto. O primeiro nome a ser pensado e que declinou do convite, segundo Azzi (2008), foi o então professor de Direito e deputado, Gilberto Amado<sup>5</sup>. A voz que iria enaltecer a Instrução Pré-Militar e fazer ganhar força foi a de

---

<sup>4</sup> Ênfase que se trata de prestar a Instrução Pré-militar em escolas civis, porque na rede de escolas militares as práticas de ordem unida, instrução de tiro e conhecimentos dos patronos e da hierarquia militar é lugar comum para os quadros discentes.

<sup>5</sup> Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria nasceu em Sergipe (Estância) em 7 de maio de 1887 e morreu no Rio de Janeiro de 1969. Em seu livro *Histórias de minha infância* relata passagens de um colégio interno que estudou em Aracaju-SE, reportando-se a práticas de um garoto tido como “chefe dos menores” que “Sob suas ordens, passávamos noites de pé montando guarda como ‘soldados’, com espingardas de cabo de vassoura no ombro, e como sentinelas, andando para lá e para cá, prendendo e torturando ‘prisioneiros’, no brinquedo de batalhão de que era ‘comandante’. Fazia-nos marchar, marcar passo, dar cargas de infantaria, cavalaria, montados uns nos outros. Organizava batalhas, batíamos uns nos outros, contundíamos-nos. [...] Muitas vezes o vi punir de madrugada, menino que faltava à disciplina ou que não cumprira qualquer ordem de ‘soldado’ (AMADO, 1999, p.164/165). O advogado, intelectual e político Gilberto Amado, foi objeto de estudo na dissertação de Cavalcante (2009) intitulada “Em frente ao espelho, recompondo e compondo cacos de si: a intelectualidade e memória de Gilberto Amado”.

Olavo Bilac<sup>6</sup> que saiu pelo Brasil afora, pregando que os jovens abraçassem a causa da defesa nacional. Para ele, era preciso um considerável envolvimento dos cidadãos naquela obra e, se preciso fosse, o cidadão deveria pegar em armas (BILAC, 1917).

Para compor a história dos jovens alunos da IPM no Atheneu Sergipense segui pistas e nos moldes do que nos instiga Ginzburg (2007), procurei indícios de que a Instrução Pré-Militar no Atheneu foi um projeto que vingou do ponto de vista da oferta e das atividades e dos resultados, afinal, localizei fontes que cobrem todo o período em que era obrigatória a oferta da IPM nas escolas secundárias do país. Submeti-me à leitura dos documentos, tentando decifrar um universo totalmente desconhecido e complexo e que merece investigação, portanto.

As fontes foram localizadas nos acervos do CEMAS, da Biblioteca Pública Epifânio Dória, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Arquivo Interno do 28 BC<sup>7</sup>. É importante salientar que os documentos mais usados para a realização dessa “operação historiográfica” foram os localizados no CEMAS, o que justifica a organização, salvaguarda e cuidado que se deve ter com os arquivos escolares, que tem sido objeto de interesse de estudiosos da história da educação nos últimos anos. Nas caixas e pacotilhas localizadas no referido Centro encontrei ofícios, telegramas, programas de estudo, convites, ofícios enviados e recebidos, listagem de alunos, além de relatórios de instrutores militares.

### 1.1 O INÍCIO DA JORNADA

Passei dois anos do Doutorado, estudando sobre um objeto que representava a continuidade do que havia investigado durante o mestrado - a atuação das irmãs sacramentinas nos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Apesar da vastidão em termos dos campos de atuação das referidas freiras e também dos espaços educacionais, por elas ocupado no Nordeste, a pesquisa não andava e isso causava profunda angústia. Vi a urgência de mudar de objeto de investigação e, por consequência, houve remanejamento de orientação. No redefinir da proposta, minha nova orientadora me apresentou o acervo do Atheneu Sergipense e nele me deparei com essa temática que despertou a minha atenção e instigou-me a curiosidade. Na definição do objeto, nas escolhas do espaço e do período para investigar

---

<sup>6</sup> O poeta Olavo Bilac defendia o serviço militar como demonstração de amor à pátria e destacava o “quartel como uma escola de civismo”. Em 1916, foi criada a Liga de Defesa Nacional e naquele mesmo ano aconteceu o primeiro sorteio para o serviço militar.

<sup>7</sup> O decreto n. 15. 235, de 31 de dezembro de 1921 criou o 28 BC, que começou a funcionar em 11 de julho de 1922.

surgiu a IPM para alunos do Atheneu Sergipense a partir de 1909. Estava selado ali o meu recomeço na pesquisa. De oito caixas-arquivo localizadas no CEMAS, pude iniciar um novo capítulo e reconduzir os meus pensamentos para contar a história das práticas desenvolvidas naquela instituição, tratando da atuação de instrutores militares na escola pública de maior reconhecimento pelos serviços prestados e que funciona em Aracaju até os dias atuais.

Iniciei o trabalho consultando os guias de fontes no CEMAS e me deixando, de algum modo, seduzir pelo objeto. Evidentemente, com o cuidado de cumprir o que nos alerta Nunes (1990) [...] “a história é uma aventura que nos mobiliza no sentido de construir um conhecimento que não aparte a imaginação do rigor” (NUNES, 1990, p.37). Assim, entre caixas e pacotilhas, cuidadosamente nominadas, a Instrução Pré-Militar se constituiu no meu objeto. Estudar a história da Instrução Pré-Militar em escolas civis, especialmente naquela instituição de ensino que foi e ainda é referência em Sergipe me pareceu, desde o primeiro momento, algo desafiador e, ao mesmo tempo, instigante.

Na historiografia educacional brasileira há certos períodos e temas que despertam maior interesse dos estudiosos e outros permanecem nas sombras, talvez pelo receio de penetrar no “tempo proibido”. Investigar a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense me permite apanhar a pluralidade de entendimentos existentes sobre as práticas militares naquela instituição. Souza (2000) mostra que as tendências da história da educação filiadas à história cultural devem realizar um reexame das relações entre a educação e a cultura, indicando uma cuidadosa atenção aos processos vividos no interior da escola. No artigo que trata da militarização da infância são examinadas as práticas de natureza patriótica, cívico-militar que predominaram na escola primária, no início do século XX.

Com a ampliação do campo da história da educação também se expandiu o interesse por fontes diversificadas e o grande desafio que tem sido posto aos investigadores da área é o de preservação e conservação documental. Assim, os pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem através do CEMAS tem realizado um importante trabalho neste sentido, para manter e preservar a documentação localizada a partir dos estudos produzidos. A pesquisadora Eva Maria Siqueira Alves, quando elaborou sua tese de Doutorado, defendida em 2005, não se restringiu a usar as fontes disponíveis sem se preocupar com o destino dado aos documentos localizados, ao contrário, procurou estruturar o CEMAS e dar oportunidade de pesquisa a outros estudiosos. Organizar arquivos escolares e centros de memória, localizar, catalogar e socializar documentação, elaborando guias e inventários tem sido um desafio posto à história da educação e que foi

abraçado há mais de uma década pelo Grupo de Pesquisa - Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem.

A contribuição do referido Grupo de Pesquisa em termos das produções científicas é muito significativa para o campo da história da educação em Sergipe, especificamente sobre disciplinas escolares, que é onde se insere esta tese. As disciplinas que compuseram o currículo prescrito do Atheneu Sergipense receberam os olhares críticos dos seguintes pesquisadores: ALVES (2014) “A Geografia e uma história: a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908”; GUIMARÃES (2012) “Do ponto a forma: disciplina no Desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930)”; SANTOS (2012) “‘Amai a pátria’, o ensino da disciplina Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense (Década de 70 do século XX)”; SOUZA (2011) “Uma História da Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943)”; SANTOS (2011) “Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)”; FARIAS (2009) “Economia Doméstica no Atheneu Sergipense: uma análise da disciplina entre os anos de 1944 e 1949”, (ALVES, 2016, p.46). Além desses, outros trabalhos foram produzidos utilizando os documentos preservados no CEMAS.

Recorro a Nunes (1990) em seu artigo “História da educação: espaço do desejo” para refletir sobre o lugar que os arquivos ocupam na construção das pesquisas em educação:

O impacto dos arquivos sobre a nossa sensibilidade empurra-nos, sem misericórdia, para a tessitura da vida. Os arquivos também nos invadem, embaralhando nossas fantasias, nossas imagens-reminiscência de uma infância distante e até nossas horas de sono. Enquanto dormimos, as vozes masculinas e femininas dos arquivos passam a soar desconcertantes em nossas cabeças. Aqueles rostos, que abandonam as gavetas, vêm abrigar-se em nossos sonhos, atrapalhando enredos, virando-nos do avesso. Teríamos ousado penetrar num tempo proibido? (NUNES, 1990, p.38).

Ao fazer este exercício, fica evidenciada a necessidade de o poder público criar leis que colaborem para a preservação da memória nacional, apoiando de forma mais efetiva a pesquisa. Assim, compreendo que é meu papel analisar a Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense, narrando parte da história de seus agentes sociais, mesmo que fiquem muitas questões sem respostas neste primeiro momento.

## 1.2 O CAMINHO METODOLÓGICO

A minha primeira aproximação com a temática ocorreu ao localizar e abrir uma caixa denominada “Ofícios da 6ª Região militar” disponível no CEMAS. O simples folhear do guia

de fontes me despertou a curiosidade para abrir e verificar os tipos de documentos disponíveis – eis que ali haviam ofícios recebidos e expedidos pelos diretores e pelos instrutores militares, listagem de alunos, relatórios de notas, registros de ocorrências, telegramas, mapas de notas, convites, comunicados, enfim, um *corpus documental* privilegiado que constitui as minhas fontes. Por entender que há muitas questões a serem enfrentadas no campo da história da educação no que diz respeito à aproximação entre culturas escolar e militar, assumi o desafio de buscar compreender como o projeto dos militares se apresentou no cenário nacional e, principalmente sergipano, procurando os vestígios das práticas na mencionada instituição.

Ao seguir as pistas da IPM localizei estudos que se aproximaram da educação e da cultura militar, realizando trabalhos comparativos entre Brasil e Portugal e localizando a Instrução Pré-Militar, principalmente, em um amplo campo que merece ser investigado. O exemplo das pesquisadoras Claudia Alves e Maria de Araújo Nepomuceno, organizadoras da obra “Militares e Educação em Portugal e no Brasil”, publicado em 2010, é ilustrativo do investimento em “uma temática de estudos ainda pouco explorada na investigação educacional” (ALVES; NEPOMUCENO, 2010, p.9). Encontrei estudos que mencionam a Instrução Pré-Militar como uma prática exercida na escola com os mais variados objetivos, desde os de apoio à formação de uma juventude patriótica capaz de defender a sua pátria, até a perspectiva de reforçar o ideário do exército no espaço escolar, como forma de demarcação de poder daquela instituição.

Nessa busca por fontes, adotei algumas estratégias para encontrar os livros, os artigos, as dissertações e teses: a principal foi a de lançar diferentes palavras-chave, uma vez que a busca por meio das expressões - Escolas de Instrução Pré-Militar e Centros de Instrução Militar Preparatória não havia rendido um bom número de publicações que ajudassem a pensar e definir melhor o meu trabalho. Procurei estudos em diferentes áreas do conhecimento, não restringindo à História ou História da Educação, mas ampliando para as Ciências Sociais e a Geografia Humana, além da área de Direito. Ao fazer isso, associado ao fato de ampliar as palavras-chave, acrescentando expressões como “educação e militarismo”, “militares e educação no Brasil”, localizei alguns estudos que mesmo não tendo a Instrução Pré-Militar como objeto principal de análise, ela era mencionada. Feito esse levantamento, tive um quantitativo de textos para analisar e localizar em que aspecto esta tese se aproxima ou se distancia das demais obras aqui descritas.

Ao localizar as representações das práticas de instrução pré-militar no Atheneu Sergipense, vasculhando o acervo do CEMAS me deparei necessariamente com uma organização com muitas características peculiares e complexas – o Exército. Recorro à ideia

de “instituição total” apresentada e discutida por Irving Goffman<sup>8</sup>, porque entendo que o trabalho desenvolvido pelos militares naquele estabelecimento de ensino foi realizado buscando preservar os preceitos da organização militar na escola civil.

A IPM teve passado por muitas mudanças. Para Ferrer (2000) ela era entendida como uma das “gradações” do preparo militar dos jovens e depois, também, da própria infância. Por intermédio dela introduzir-se-iam as primeiras noções da formação militar, além disso, em última instância, destinava-se à organização, disciplinamento e inculcação da consciência patriótica nas novas gerações, constituindo-se, desse modo, em uma porta aberta à participação que o Exército teria na educação brasileira.

Após a Primeira Guerra Mundial, a criação de movimentos e campanhas com o explícito objetivo de elevação moral e política, o fim do analfabetismo e o serviço militar obrigatório provocaram uma efervescente adesão aos preceitos do nacionalismo. Souza (2000) acredita que a associação entre educação cívica e nacionalismo facultou o entusiasmo pelo escotismo e a sua implantação em massa na instrução pública paulista. Fato que ilustra bem o surgimento de determinadas práticas escolares e as suas dimensões. Destaca que na década de 1920, a educação militar se revitalizou em São Paulo, mediante a introdução obrigatória do escotismo e da linha de tiro<sup>9</sup> nos currículos escolares. Medida tomada por Sampaio Dória, membro da Liga Nacionalista de São Paulo, que respondia pela reforma da instrução pública paulista.

Jorge Ramos do Ó (2009) analisa o funcionamento do grupo escoteiro do Liceu Pedro Nunes e da Sociedade de Instrução Militar Preparatória que funcionou em estreita relação com o Liceu Português, na década de 1910. O autor entende que a escola liceal moderna em Portugal buscou incitar no aluno a disciplina ou transformar sua alma, corpo, pensamento e conduta por meio da autovigilância constante. Nesta medida, tanto o escotismo quanto a instrução militar preparatória fariam parte desse movimento pedagógico de difusão da tecnologia do “governo de si mesmo”.

A dissertação de mestrado de Juraci Santos defendida em 2009, na Universidade Federal do Paraná, apresentou estudo sobre o internato do ginásio paranaense no período de 1919 a 1942 com a análise da Instrução Pré-Militar naquele internato. O autor justifica os motivos pelos quais não discutiu sobre o tema juntamente com as demais disciplinas

<sup>8</sup> São cinco, os atributos das “instituições totais” (GOFFMAN, 1961, p.17).

<sup>9</sup> “De acordo com o Decreto 3.355, de 27/05/1921, que regulamentou a Reforma da Instrução Pública, todos os alunos matriculados nas escolas públicas seriam considerados aspirantes a escoteiros. Para ser inscrito escoteiro era preciso ter idade mínima de 10 anos, a deliberação pessoal espontânea para a instrução e o consentimento dos pais por escrito. Os professores de Ginástica seriam os instrutores do escotismo. As linhas de tiro destinavam-se aos alunos maiores de 16 anos das escolas normais, ginásios ou escolas profissionais”. (SOUZA, 2000, p.112)



escolares, porque os dados levantados não o permitiram classificar as práticas de Instrução Pré-Militar como uma disciplina. Ele a classifica como um curso ofertado aos alunos maiores de 16 anos. Afirmo que no internato paranaense, as disciplinas do currículo seriam as responsáveis pela formação intelectual da juventude e as aulas de Instrução Pré-Militar estariam a serviço do conhecimento prático. Mas foi em seu artigo intitulado “Matéria escolar ou disciplina escolar: uma reflexão sobre a Instrução Pré-Militar no Estado Novo (1937-1945)” que Juraci Santos afirmou que naquele momento a instrução militar foi uma disciplina escolar, porque ela tinha diretrizes pedagógicas e nelas, o Ministério da Guerra “apontava a finalidade da disciplina, os conteúdos, a metodologia e como deveriam ser os testes de verificação” (SANTOS, 2009, p.11).

Paula (2006) na dissertação intitulada “O que a escola começa, o Exército continua”: a campanha de nacionalização durante o Estado Novo nos Núcleos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul, defendida na Unijuí, informa o que é a Instrução Pré-Militar no projeto de nacionalização no contexto do Estado Novo, mas não se dedica a explorar as práticas de instrução, o que se constituiu minha maior pretensão nesse trabalho para entender os tipos de atividades que eram desenvolvidas no interior do Atheneu Sergipense.

Ao estudar o Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia, Jesus (2011) dedicou atenção à Instrução Pré-Militar em sua dissertação defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A pesquisadora fez um contraponto com os estudos de José Silvério Baía Horta, mas não se deteve nas características da instrução da escola investigada.

Nessa investida, também localizei o artigo publicado em 2015 pela Revista *online* História da Educação, intitulado “Um modelo *sui generis*: las escuelas de formación pre-militar y militar em España (1912-1936). Estudio particular de lo acontecido em las Islas Canarias”, dos pesquisadores Manuel Ferraz-Lorenzo e Víctor Alonso-Delgado. Os autores cunharam a ideia de que o modelo das escolas pré-militares e militares, apesar de sofrerem profundas variações no tempo, devido à adaptação aos vários governos, conservava uma invariável característica: “introduzir os jovens no ambiente do exército, instruindo-os em suas práticas e táticas, em seus dogmas católicos – exceto no período republicano – e no espírito corporativo da instituição” (FERRAZ-LORENZO; ALONSO-DELGADO, 2015, p.113).

O que se observa é que no Brasil e em Sergipe, especificamente no Atheneu Sergipense, esses pontos elencados também são perceptíveis. As fontes analisadas revelaram que a preocupação em cunhar na juventude o “espírito militar<sup>10</sup>” era o que os instrutores

---

<sup>10</sup> É o “processo de construção da identidade social do militar”. Nele se aprende “valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (CASTRO, 2004, p.15).

militares perseguiram, especialmente quando encontravam alunos que apresentavam atitudes contrárias aos seus preceitos. Tanto nas experiências de pesquisa de Ferraz-Lorenzo e Alonso-Delgado quanto nos estudos no Brasil, o modelo foi apresentado como modernização educacional, isso ajudava na sua aceitação entre os civis.

No artigo “As disposições interiorizadas nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória”, Brás e Gonçalves (2009) informam que o objetivo dessas sociedades era promover a cultura cívica, intelectual e física dos jovens em Portugal. Destacaram a importância política e cultural das práticas de instrução, reforçando o ideário de que “o cidadão ideal é formado de modo a ser capaz de defender a comunidade pelas armas e ao mesmo tempo sentir-se ligado emocionalmente” (BRÁS; GONÇALVES, 2009, p.113). Essa perspectiva de “nação em armas<sup>11</sup>” também foi muito intensa no Brasil e buscava preparar a juventude para a guerra, se necessário.

Em Sergipe, o trabalho investigativo sobre a organização militar em estabelecimentos civis de ensino está por ser feito, visto que ainda não houve um despertar para a discussão de uma contribuição do Exército para formação do cidadão-soldado e/ou do soldado-cidadão. A obrigatoriedade de ofertar Instrução Pré-Militar e militar exigia adequação por parte das escolas públicas e particulares. Diante de tais considerações, pode-se dizer que há um campo vasto de pesquisa a ser explorado, especialmente porque é tradição no estado de Sergipe a formação nos quadros das forças armadas<sup>12</sup>. Os estudos de Manguiera (2003), Nascimento (2004), Mendes (2014) e Conceição (2012) apontam para a presença do militarismo na educação a partir da inserção de práticas específicas.

Nascimento (2004) busca compreender o processo de organização das primeiras instituições escolares que se dedicaram ao ensino agrícola em Sergipe desde sua implantação em 1924 até 2004, informando o regime disciplinar rígido inspirado em corporações militares.

O regime do Patronato era bastante rígido, inspirado em corporações militares, e adotava práticas como a de identificar os seus alunos por intermédio de números que lhes eram atribuídos e não pelos nomes civis, práticas que persistiram até a década de 70. [...] A prática de numerar os alunos era mais um mecanismo de controle disciplinar rígido, uma vez que a numeração atribuída ao estudante era marcada na sua roupa e em todos os objetos do seu uso (NASCIMENTO, 2004, p.197-198).

<sup>11</sup> Consultar a obra “Nação Armada: a mística militar brasileira” (HAYES, 1991). Ver também FERREIRA (2014).

<sup>12</sup> “Sergipe certamente se colocava entre os Estados que mais enviavam jovens a escolas militares. O general Dermeval Peixoto, que estudou em Realengo no início desse século, conta que entre as colônias que se formavam no regime de internato, de acordo com a procedência dos indivíduos, ‘as maiores eram de Sergipe, Alagoas e a do Rio de Janeiro’ (DANTAS, 1999, p.82).

O autor menciona um aviso expedido aos inspetores de alunos da instituição que informava sobre a necessidade do “toque de rancho” dez minutos antes das refeições e “só ao toque de reunir, os alunos entrem em forma”. Sobre isto, Joaquim Tavares da Conceição (2012) afirma que “diariamente, o corneteiro de plantão, um guarda de alunos ou um interno escolhido e instruído para a função, soava na corneta o sinal de ‘toque de alvorada’, toque do rancho’, ‘toque de revista’ e o ‘toque de silêncio” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 185).

Segundo Nascimento (2004), além das normas disciplinares, a formação cívica era outra preocupação e durante o Estado Novo, os alunos que não compareciam às comemorações cívicas eram impedidos de realizar os exames finais.

Conceição (2012) em “Pedagogia de internar: história do internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967)” também relata a existência de exercícios e práticas militares na instituição de 1934 até a década de 1950, o que o autor denomina de “cultura de quartel”, e a formação cívica dada aos alunos.

Para garantir uma boa ‘exibição’ nas cerimônias cívicas, os internos recebiam instruções para a formação de pelotões e a forma adequada de ‘marchar’. De 1934 até o final da década de 1950, as instruções tinham um estilo militar e eram ministradas pelo professor de Educação Física, o sargento José de Sousa Sobrinho. As formaturas e os desfiles em estilo militar, além dos objetivos de homenagem e propaganda, serviam como auxílio à disciplina pelo exercício intensificado da ordem (CONCEIÇÃO, 2012, p. 154).

Até mesmo o fardamento utilizado na fase em que a instituição funcionou como Aprendizado Agrícola era em estilo militar: “caracterizado principalmente pelo uso de reíunas (botinas com elástico) e casquetes (bonés) comumente usados pelos militares na época”. (CONCEIÇÃO, 2012, p.85). Segundo o autor, a “cultura de quartel” esteve presente em outras instituições.

O estilo militar imposto aos internos também foi comum nos tradicionais colégios-internatos salesianos<sup>13</sup> da primeira metade do século XX. Colégios-internatos particulares não-confessionais também utilizaram a cultura militar na disciplina dos seus alunos. Neste último caso pode ser citado o Colégio Tobias Barreto, situado em Aracaju e dirigido pelo professor José de Alencar Cardoso, que ficou famoso pela sua ‘organização militarizada’ (CONCEIÇÃO, 2012, p. 180).

Com relação à instituição estudada por Conceição (2012), o autor afirma que a militarização se fez presente nas práticas de exercícios militares, no estilo do fardamento, nos

---

<sup>13</sup> Sobre os salesianos em Sergipe, consultar BONIFÁCIO (2017), que em sua tese intitulada *Uma educação para a vida: as práticas dos salesianos para a formação de meninos em Sergipe (1911-1945)* mostrou que havia a prática da militarização naquele colégio, especificamente na década de 1940.

horários, no tipo de dormitório, na organização dos desfiles cívicos, nos toques de corneta, entre outros (CONCEIÇÃO, 2012, p. 180).

Mendes (2014) relata em sua dissertação de mestrado as práticas militares presentes na Cidade de Menores Getúlio Vargas, instituição voltada para acolher menores pobres e delinquentes e inaugurada em 1942 em Nossa Senhora do Socorro/SE. Um dos seus entrevistados, ex-interno, informou que a disciplina da instituição era a mesma do exército e cita como exemplos, “o controle e a sinalização do tempo das atividades, a utilização de numeração no lugar dos nomes civis, ‘ordem-unida’ e a presença de militares entre os educadores, inclusive tendo um tenente do exército como Diretor Geral, o Tenente Ambrósio” (MENDES, 2014, p. 149).

Nascimento (2008) ao estudar o escotismo de Estado, no livro “A Escola de Baden-Powell: a cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil” afirma que não foi somente o Brasil que tentou se apropriar do movimento escoteiro para militarizar a infância. Ele faz um apanhado dos países que adotaram tais práticas como a Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal e Cuba. O estudo mostra as características do movimento em cada país e sua relação com o modelo político adotado. Para ele:

A militarização da infância por meio do Escotismo escolar foi o caminho adotado por aqueles que pretenderam, no Brasil, transformar o movimento fundado por Baden-Powell em política de Estado. As principais lideranças políticas do país e intelectuais com responsabilidades como dirigentes da educação viam o Escotismo como um modelo pedagógico que poderia complementar o trabalho das escolas, oferecendo ao Escotismo importância, legitimidade e reconhecimento oficial (NASCIMENTO, 2008, p. 272).

Com isso é possível compreender que a presença das práticas dos militares na escola brasileira se deu como uma política de estado que incluía incutir o sentimento de patriotismo, o desenvolvimento das virtudes cívicas, a moralização dos hábitos e a disciplina dos corpos.

Mangueira (2003), em sua dissertação de mestrado se propôs a reconstruir a história do Colégio Tobias Barreto, “visando compreender o alcance da concepção militarista na educação sergipana”. Ele analisou os motivos que levaram o professor José de Alencar Cardoso a fundar o Colégio Tobias Barreto em maio de 1909, em Estância, mostrando a relação existente entre a criação da instituição e o momento nacional vivido pelo Exército, cuja preocupação era o de consolidar o Exército Nacional. Tinha como objetivo principal compreender a execução de uma experiência educacional concebida por sergipanos egressos das Escolas Militares do Rio de Janeiro. Mangueira (2003) afirma que o colégio Tobias Barreto foi militarizado pelo Governo Federal no ano de 1919, quando formou a sua primeira

turma de reservistas<sup>14</sup>. Este é o trabalho, em Sergipe, que menciona as práticas de instrução na Escola de Instrução Pré-Militar n. 159. Sequência numérica que deixa clara a sua criação antes do Atheneu Sergipense.

Na condição de membro do Grupo de estudos “Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem<sup>15</sup>” procurei entre as publicações dos colegas os vestígios da Instrução Pré-Militar, especialmente entre os que estudaram alunos e impressos que circularam na escola. Eis que localizei os textos de Rodrigues (2015) e de Vidal (2009) que utilizaram os impressos *O Porvir*, jornal estudantil do Atheneu Sergipense e o *Necydalus*, respectivamente. Segundo as análises de Rodrigues (2015) o conteúdo publicado nas matérias produzidas por alunos davam ênfase ao fardamento “militar”, especificamente no ano de 1932. Localizar a concepção dos alunos<sup>16</sup> acerca da IPM nos jornais estudantis ou em outros tipos de impressos produzidos e distribuídos por estudantes é um trabalho para pesquisas futuras.

Vidal (2009) estudou o jornal estudantil *O Necydalus*<sup>17</sup> e em sua dissertação afirma que as notas publicadas pelos estudantes mostram que havia “uma admiração deles pelo Exército brasileiro, por amor à pátria e não como mecanismo de servidão”. “Mocidade entusiasta pelas armas e, sobretudo educados nos sadios conhecimentos da instrução moderna, os alunos do Atheneu sabem compreender os altos mistérios da vida militar, isto é, a que está destinada atualmente a mocidade brasileira” (*O NECYDALUS*, 1910, p.4).

Rodrigues (2015) analisou o jornal estudantil *O Porvir* como uma iniciativa dos estudantes do Atheneu Sergipense. Composto por artigos, poemas, noticiários, propagandas, críticas e homenagens, “era possível perceber a presença marcante dos militares naquele período, especialmente quando se verificava a veiculação de notícias sobre um modelo de farda militar que ‘iriam’ usar os alunos do Atheneu” (RODRIGUES, 2015, p.9). Como não

<sup>14</sup> “Junto a Zezinho Cardoso estiveram Abdias Bezerra e Arthur Fortes, executando um programa autoritário, porém modernizante da educação sergipana, que consistia na implantação de uma organização militarizada, que mantinha, num estabelecimento civil, o espírito da escola militar” (MANGUEIRA, 2003, p.13).

<sup>15</sup> Coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eva Maria Siqueira Alves, os pesquisadores vinculados ao grupo concentram seus estudos no Atheneu Sergipense e utilizam as fontes mantidas no CEMAS. De 2009 até o presente momento foram defendidas 14 dissertações e 4 teses, o que representa uma boa mostra de produção científica, tomando o Atheneu Sergipense como *locus* de pesquisa.

<sup>16</sup> Sobre a questão de dedicar mais atenção aos alunos e suas práticas na escola e fora dela a pesquisadora Simone Paixão Rodrigues, tem defende a ideia de que os estudos no campo da história da educação precisam lançar o olhar para os alunos de forma mais cuidadosa, pois ainda há muito o que se investigar a respeito do que pensam e sentem os estudantes sobre temas, comportamentos e situações a que são submetidos na vida escolar (RODRIGUES, 2015). No caso dos alunos submetidos aos exercícios físico-militares, nem todos seguiram carreira militar ou mesmo viraram entusiastas das práticas do Exército.

<sup>17</sup> Investigar as notas publicadas sobre a Instrução Pré-Militar é um dos objetivos de futuras pesquisas. Também no jornal *O Porvir* foram publicadas matérias que versavam sobre os exercícios militares no Atheneu Sergipense. Assim, há que se analisar os jornais estudantis, buscando os elementos de percepção dos alunos sobre valores, comportamentos e condições a que estavam expostos, especificamente no que se refere às práticas de Instrução Pré-militar.

era o seu objetivo dar conta de analisar as questões de cunho militar naquela publicação feita pelos alunos, Rodrigues (2015) não se deteve nos textos e matérias veiculadas sobre os militares no Atheneu Sergipense, o que permite explorar essa temática em futuros estudos.

A menção à “cultura militar” também se percebe no texto de Alves e Rodrigues (2016), “Mocidade Vitoriosa”: aspectos sobre *O Porvir*, um Jornal Estudantil do Atheneu Sergipense (1932), publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em 2016. As autoras ao analisarem o jornal em seu conteúdo constataram que “os alunos responsáveis pelo jornal *O Porvir* [...] estavam matriculados, nesse período, no curso pré-militar do Atheneu Pedro II [...]” (ALVES; RODRIGUES, 2016, p.226). Apresentaram as notícias veiculadas que tratavam da adoção do “fardamento militar” na instituição, mostrando que os dirigentes do jornal estudantil pareciam estar de acordo com os princípios das práticas militares na instituição. Naquela época eram responsáveis pelo *O Porvir* os alunos colaboradores: Felix Figueiredo (Presidente), Emílio Gentil (Gerente), Silvio Silveira (Redator) e Carlos Garcia (Redator), conforme indicaram as autoras.

Neste percurso percebi a importância das práticas de Instrução Pré-Militar para aquele momento que vivia o país, com a publicação da Lei n.1.860, de 4 de janeiro de 1908, pois eram dados os primeiros passos no regime republicano e também o ingresso no século XX com as promessas de mudanças nos âmbitos político, econômico e social. Com esse apanhado dos estudos coloco em evidência o quanto ainda carece de mais fôlego as investigações sobre educação e cultura militar, uma vez que a condição dada ao Exército de “regenerador social” requer um olhar mais atento da área de história da educação, porque é preciso pensar o que as práticas de Instrução Pré-Militar representaram para a juventude brasileira, com os jovens sendo assistidos por instrutores militares e com uma alta carga de exercícios para fortalecer o corpo, além de uma bagagem teórica para entender a instituição Exército.

A IPM no sistema educacional brasileiro contou com o amparo e a defesa de intelectuais como Azevedo Amaral<sup>18</sup>, Gustavo Capanema<sup>19</sup>, Olavo Bilac, dentre outros que

---

<sup>18</sup> Antônio José Azevedo do Amaral nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Filho do engenheiro ferroviário Ângelo Tomás do Amaral e de Maria Francisca Álvares de Azevedo Amaral. Seu irmão, Inácio Manuel Azevedo do Amaral, foi reitor da Universidade do Brasil de 1945 a 1948. Formou-se em Medicina em 1903, profissão a qual cedo abandonou para dedicar-se à sua verdadeira paixão, o jornalismo político. Publicou “O Brasil na crise atual (1934)”; “A aventura política no Brasil (1935)”; “Renovação nacional (1936)”; “O Estado autoritário e a realidade nacional (1938)”; “A verdade sobre a Espanha (1938)”; além de artigos em revistas. (Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acessado em outubro de 2017).

<sup>19</sup> Nasceu em 10 de agosto de 1900 no município de Pitangui-MG. Bacharel em Direito em 1924 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1934 foi nomeado ministro da Educação e Saúde Pública por Getúlio Vargas, cargo que exerceu por um período de 11 anos. Dados sobre a vida e a obra de Capanema podem ser encontrados em Badaró (2000) na obra intitulada “Gustavo Capanema – a revolução na cultura”.

também se dedicaram ao tema. O fato de estar diretamente ligada aos Ministérios da Educação e da Guerra provocava alguns entraves na execução das práticas, pois ao Ministério da Educação cabia normatizar o ensino e ao Ministério da Guerra era reservada a política de definir os programas a serem executados pelos instrutores nos estabelecimentos civis de ensino.

Os entusiastas e defensores da IPM como os que foram mencionados viam na escola um excelente instrumento para garantir o regime de governo e isso ficou ainda mais evidente e acentuado no período getulista ou era Vargas, como dizem alguns historiadores, a exemplo de Hilsdorf (2007). Pode-se afirmar que as escolas ou centros de IPM mantidos nas instituições civis de ensino poderiam servir como “laboratório do exército” para desenvolver experiências acerca da instrução/educação militar.

O projeto educativo dos militares coadunou-se com a perspectiva de construção da nação brasileira, em vigor nas primeiras décadas do século XX, apesar das singularidades assumidas em cada um dos estados em que implantaram o seu projeto. Levar em conta essas relações significa adentrar dois campos de saber, necessariamente, o da História e o da Sociologia. Na busca desta aproximação entre a História e a Sociologia, Elias (2001) estabelece que

A tarefa da sociologia é trazer para o primeiro plano justamente aquilo que costuma aparecer na pesquisa histórica como segundo plano desestruturado, tornando tais fenômenos acessíveis à investigação científica como o nexo estruturado dos indivíduos e de seus atos. Nessa mudança de perspectiva, os homens singulares não perdem, como às vezes tendemos a considerar, o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais, existindo por si mesmo. Não são mais vistos como sistemas totalmente fechados e vedados, cada um contendo o esclarecimento final acerca de um ou outro evento histórico, constituindo um começo absoluto. Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências (ELIAS, 2001, p.51).

Com base nas pesquisas da Sociologia e as ferramentas da História é possível compreender e analisar a presença militar em escolas civis, deixando explícito o poder do Exército. Assim, o desafio tem sido o de encontrar os nexos e captar os sistemas que regem os “indivíduos singulares”.

Nessa tarefa de buscar os nexos, Reis (2010) nos ajuda quando afirma que o desafio historiográfico é infinitamente aberto, abrangente e fascinante. O esforço do historiador é de se aproximar do real adequadamente, “realizando as seguintes operações cognitivas: registro,

memorização, revivência, reconstrução, interpretação, compreensão, descrição, quantificação, narração, análise, síntese” (REIS, 2010, p.17). Desse modo, o que aproxima a história das ciências sociais é o “objeto comum” – o homem social.

Para entender as práticas sociais, educativas e os objetivos dos militares é necessário atentar para as ambiguidades e contradições de um projeto regulamentado por leis e instruções, cujo intuito era o de ampliar a ação do Exército no sistema educacional brasileiro e permitir aos setores governamentais do país a organização da infância e da juventude em um movimento militarizante e de exaltação do sentimento patriótico. Os estudiosos da História Cultural têm alertado para o fato de que é possível fazer história da educação a partir de diversos elementos, inclusive, dos silenciamentos. A partir dessa ideia, a Instrução Pré-Militar é vista e analisada na perspectiva de ter maiores possibilidades de “imaginar” o passado de forma mais vívida.

Neste curso de investigação o conceito de disciplinas escolares norteia o pensar sobre as práticas de IPM, o papel dos instrutores militares, as produções didático-pedagógicas para uso de alunos e professores, enfim, permite refletir sobre a “liberdade de manobra que tem a escola na escolha de sua pedagogia” (CHERVEL, 1990, p.193). Para Chevel

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposições, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação de um aparelho docimológico, os quais, em cada estado de disciplina funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p.207).

As práticas de Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense, levaram-me aos regulamentos e normas que permitem entrar em um campo com posições bem definidas, inclusive, hierarquicamente. Assim, um espaço social conceituado como campo se apresenta como um espaço estruturado de posições “cuja propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p.89). É a partir de tal entendimento de que campo é o lugar das relações de forças, é o lugar da construção de uma forma específica de capital simbólico é um espaço de lutas para conservar ou transformar as relações ali existentes que analiso o lugar ocupado pelas práticas de Instrução Pré-Militar.

A posição ocupada por instrutores militares na condição de agentes do campo define as regras e estipula as relações entre alunos, professores e diretores da escola. Assim, entende-se que o campo é um espaço social que obedece a regras específicas, estabelecidas a partir das



relações dos sujeitos entre si. A ideia de campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes nas instituições ou nos seus agentes e não tem sentido se não for relacionalmente, por meio dos jogos das oposições e das distinções.

Ao estudar a IPM pela via das normas, práticas e os materiais didáticos de ensino, certamente, não posso fazer sem os profissionais envolvidos, os instrutores, os alunos e os diretores do Atheneu Sergipense. Recorro a Felgueiras (2010) para quem

A cultura material escolar revela uma civilização que cria a escola e ao mesmo tempo a sociedade que é criada pela escola. Os objetos possuem um pouco da nossa alma pois estruturam as nossas vidas e estão impregnados das significações e de afetos que nos constituem como pessoas (FELGUEIRAS, 2010, p.31).

O termo cultura material escolar ganhou contornos na área da História da Educação nos últimos anos, segundo Souza (2007) influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação.

Certeau (2011) com o conceito de práticas coloca em evidencia que toda atividade humana pode ser cultura, mas para isso é preciso que seja reconhecida como tal por aqueles que a praticam, pois “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (CERTEAU, 2011, p. 142). Com isso, desloca a atenção dos produtos recebidos para a criação anônima, ou seja, as “artes de fazer” dos sujeitos. Nesta tese, intenta-se encontrar sentidos nas artes de fazer dos instrutores e alunos da Escola de instrução Pré- militar, legitimando seus saberes, estratégias e táticas, buscando compreender suas regras próprias e, desta forma, compreendendo suas práticas. Para o autor, as representações são a produção de uma imagem, de uma forma de ver e o simples fato de circular uma representação, não denota o que ela é para os seus usuários: “é ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam” e assim apreciar a possibilidade de uma “produção secundária nos processos de sua utilização” (CERTEAU, 2011, p.39).

As noções de representação e prática de Roger Chartier (1990) não podem ser pensados fora das relações de poder que os constituem, uma vez que inserem “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p.17). Embora as representações aspirem à uma universalidade, são definidas pelos interesses do grupo que as forjaram, por isso a necessidade

de relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Além disso, Chartier afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou uma história de vistas demasiado curtas, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17).

É desta forma que compreendo os discursos presentes nos documentos localizados, como produtores de estratégias e práticas que buscaram impor uma “autoridade à custa de outros”, “a legitimar um projeto reformador” ou para justificar suas escolhas e condutas. Os discursos patrióticos e civilizatórios proferidos pelo exército com objetivos educacionais tentaram impor uma concepção de mundo social e seu domínio sobre esta área.

O conceito de figurações (configurações) entre as aproximações da História e da Sociologia no âmbito da História da Educação, permitiu-me entender que as ações efetivadas pelos instrutores militares aos jovens se deram em figurações específicas, caracterizadas pelo ideal comum da formação integral humana, através do desenvolvimento de comportamentos e habilidades. O projeto dos militares coadunou-se com a perspectiva de construção da nação brasileira, em vigor no período aqui estudado. Com Elias (2001) é possível entender as “figurações (configurações)”, pois a escola de Instrução Pré-Militar insere-se realmente em situações sociais singulares, apesar das “figuras históricas individuais” que a constituem. Os estudos e as categorias de análise dos pesquisadores me auxiliam na compreensão dos processos vividos por alunos e instrutores militares no período estudado e foram fundamentais na análise das fontes, escolhidas dentre o conjunto de documentos existentes: ofícios recebidos e expedidos pelos instrutores, telegramas, boletins, atas, leis, decretos, jornais da época, fotografias, boletins regimentais, dentre outros.

### 1.3 AS PARTES E O TODO: ESTRUTURA DO TEXTO

O texto é composto por quatro seções. Na introdução apresento como me aproximei desse objeto, descrevendo o início da jornada, a localização do objeto de pesquisa, o caminho

metodológico. Na segunda seção traço um perfil historiográfico dos estudos sobre militares e educação, apontando os significados destinatários da IPM. Destaco o papel da instrução militar preparatória nas escolas civis a partir da legislação e dos estudos de história e de história da educação. Apresento o programas de ensino da IPM e a relação das E.I.P.M com os Tiros de Guerra. A terceira seção é reservada a discutir as práticas dos instrutores militares no Atheneu Sergipense, como indício de disciplina escolar, localizando os processos formativos de instrutores e alunos do Atheneu Sergipense. A quarta seção é dedicada aos manuais didáticos, destacando o lugar que ocuparam na consolidação da IPM como disciplina escolar, caracterizando-os e destacando as finalidades, os conteúdos e avaliação, além de habilidades e conhecimentos. Nas conclusões retomo a tese de que a instrução pré-militar contribuiu para o Estado reforçar e incutir na juventude a disciplina, o patriotismo e o “espírito militar”. Além disso, aponto os possíveis objetos de estudo nesse campo e o que ainda é preciso ser explorado no Estado de Sergipe, em termos de educação e os militares.

## 2 A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: SIGNIFICADOS E DESTINATÁRIOS

O serviço militar é o mínimo que o indivíduo pode prestar à sua Pátria. Antes de tudo precisamos ver que a Pátria não é o Estado, nem o governo. Ela é mais do que os dois juntos. Porque ela é tudo: a terra, o mar, o céu, o sol, o vento, a chuva, as flores, as casas, as riquezas do sub-solo, as maravilhas da natureza, a família, a sociedade, os sentimentos, a história, a fé, o passado, o presente e o futuro (GOMES, 1944, p. 99)

O texto em epígrafe compõe o manual didático produzido pelo capitão do exército Moacyr Fayão de Abreu Gomes e expressa o sentido dado ao serviço militar e, por consequência, a obrigatoriedade da IPM. Permite refletir sobre o fato de que se a pátria é “tudo” e o serviço militar é o mínimo que se pode demonstrar de amor a ela, então, a IPM é um instrumento para formar e despertar nos jovens os sentimentos patrióticos e, com eles, os de sua defesa, como consequência. Assim, o surgimento, organização e funcionamento de Escolas de Instrução Pré-Militar são como uma condição para propagar esse ideário e para minimizar a sensação de que o indivíduo estará sempre em condição de devedor à sua pátria, conforme deixa a entender nas entrelinhas o capitão do Exército, Moacyr Fayão de Abreu Gomes neste trecho.

Os significados e a quem se destinava a instrução militar obrigatória é o foco principal dessa seção que apresenta, basicamente, os fundamentos da IPM no Brasil a partir das leis que a regulamentavam. Também são descritos os entendimentos sobre o lugar ocupado pelo Exército na sua atuação com as crianças e os jovens brasileiros. A composição dos programas de ensino e a preparação dos corpos e mentes para o bom desempenho das práticas de ordem unida, marchas e de habilidade com o uso e manuseio de armas também é abordado, objetivando dar a dimensão do projeto de nação defendido pelos militares e o papel da educação dos civis naquele cenário. Esta seção é constituída de um esforço para mostrar a relação entre o estado, os militares e o campo da educação, especialmente no que se refere às relações de poder estabelecidas. Parto do princípio de que no plano de organização militar, a educação desempenhou um papel estratégico.

O termo instrução, segundo Ferreira (2010) vem do Latim *instructione* e significa “ato ou efeito de instruir”; “descrição ou esclarecimento que alguém dá a outra pessoa, sobre o que esta deve fazer; ordem, comando”. “Instruir, por sua vez, significa doutrinar ou ensinar” (FERREIRA, 2010, p. 431). O militar, do Latim *militare* diz respeito ao “que é relativo à

guerra, às milícias, aos soldados; [...] relativo às forças armadas” (FERREIRA, 2010, p.506) e pré- relaciona-se ao que é anterior, ao que antecede.

A partir dessa definição, é possível entender que a Instrução Pré-militar trata da formação básica que recebe um recruta antes de ingressar como membro efetivo das forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Esta, então, configura-se como um passo inicial para receber instrução mais avançada. Mas o que significa receber Instrução Pré-militar em escolas civis de ensino secundário? Significa estender a preparação de jovens para a defesa nacional, habilitar alunos para ingressar nas unidades quadro das forças armadas e “incutir no espírito de todos [...] a necessidade de preparo militar do cidadão para cooperar na defesa da Pátria” (BRASIL, 1923).

Para demonstrar que a IPM se configurou como uma disciplina escolar é necessário recorrer às normas e regulamentos dessa modalidade, aos indícios das práticas no Atheneu Sergipense e aos manuais didáticos produzidos, como os que são apresentados na última seção desta Tese. O ano de 1908 foi decisivo para a institucionalização da IPM nas escolas de ensino secundário no Brasil. A Lei do Alistamento e Sorteio Militar n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908 publicada naquele ano passou a exigir dos centros de educação pública e particular a oferta de cursos de preparação militar para os jovens de 16 anos, visando a defesa da pátria e, posteriormente, também tinha a preocupação com os preceitos da segurança nacional, pois entendia-se que era preciso combater inimigos internos e externos. No curso de sua existência sofreu significativas modificações e seus objetivos também foram se ajustando às necessidades de cada momento histórico.

Em seu primeiro momento, a “instrução de tiro de guerra e evoluções militares” (BRASIL, 1908) constituiu a instrução militar obrigatória<sup>20</sup> exigida por força da Lei do Alistamento e Sorteio Militar que estabelecia: “todo brasileiro com idade de 21 a 44 anos era obrigado ao serviço militar” (BRASIL, 1908). Para a execução de um programa dessa natureza era preciso ensinar aos alunos como manusear uma arma, mostrar as partes constitutivas, bem como os processos de limpeza e conservação. O decreto n. 6.947 de 8 de maio de 1908 apresentava o regulamento para a execução da instrução, especificando o conteúdo a ser ministrado nas aulas.

O acesso aos documentos normativos permite visualizar o que era exigido das instituições escolares, dos instrutores e dos alunos, mas não dá, evidentemente, uma visão de

---

<sup>20</sup> O texto da lei refere-se a instrução militar obrigatória. Neste primeiro momento não se apresenta como IPM, mas já é possível visualizar as finalidades, os conteúdos e como seriam os alunos avaliados, por meio das normas.

como ocorreu tal processo de ensino de valores militares, de sentimento de amor à pátria e outros temas abordados nos decretos e regulamentos.

O conteúdo da instrução militar a ser ministrado nas escolas secundárias, previsto no Art. 173 compreendia, basicamente:

**Fuzil Mauser**

- a) nomenclatura, seus acessórios e munições;
- b) limpeza e conservação;
- c) funcionamento geral do mecanismo;
- d) funcionamento da alça de mira.

**Instrução prática do atirador**

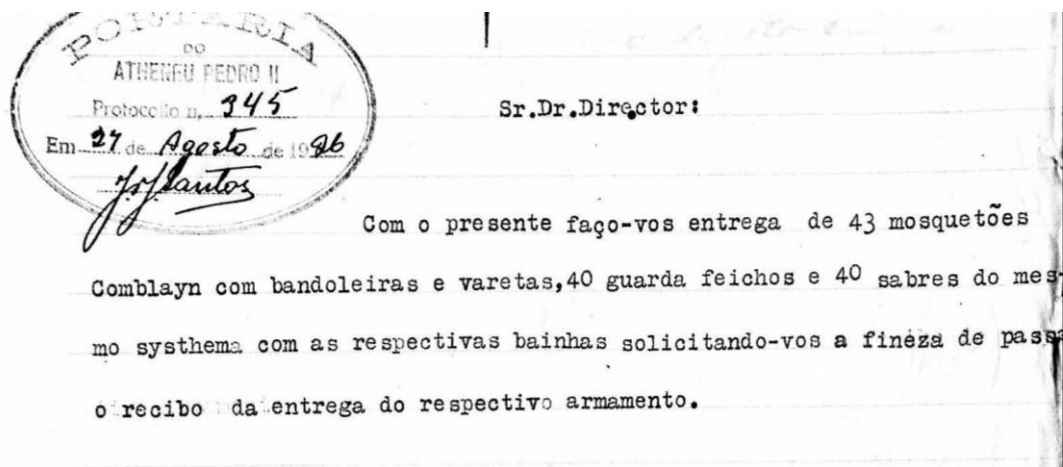
- e) regras de pontaria e posições de atirador;
- f) carregar e actuar sobre o gatilho;
- g) tiro com cartucho de manobra;
- h) tiro ao alvo com carga reduzida;
- i) tiro ao alvo, nas linhas de tiro, com cartucho de guerra;
- j) avaliação de distancia e emprego da alça de mira;
- k) iniciação dos alumnos nos exercicios de pontarias por detraz de muros, arvores e quaesquer outros abrigos, e contra alvos moveis em combinação com as instrucções sobre apreciação de distancias e emprego de alça.

**Evoluções militares**

- l) intrucção individual sem arma;
  - m) idem com arma;
  - n) intrucção da esquadra em ordem unida e extensa;
  - o) exercicios de flexibilidade da esquadra;
  - p) intrucção de combate da esquadra;
  - q) divisão e subdivisão da companhia e logares dos graduados nas diversas formações;
  - r) intrucção de pelotão em ordem unida e dispersa.
- Esgima de bayoneta (BRASIL, 1908).

O que se observa desse conjunto de prescrições é que havia uma clara evidência da necessidade de o cidadão se habilitar a pegar em armas para garantir a defesa da pátria e isso deveria ocorrer logo cedo sendo a escola um instrumento, pois nela se concentrava uma parcela da juventude apta ao preparo para a defesa da nação, jovens do sexo masculino que comporiam a massa mobilizável da nação. Foi possível localizar nas fontes que o armamento e as munições de guerra eram enviados para o Atheneu Sergipense, cabendo ao diretor cuidar para que os alunos pudessem ter acesso a itens de arsenal bélico, coerentemente com o prescrito na mencionada lei. O envio de armamento era constante e seu quantitativo variava de acordo com o número de alunos matriculados que iriam praticar o tiro. A partir de 1909 o Atheneu Sergipense passou a receber os carregamentos de armas e munições para o efetivo trabalho do instrutor militar. Vale salientar que durante o tempo que vigorou a obrigatoriedade de ofertar a disciplina, ao Atheneu Sergipense eram remetidas as armas, os cartuchos e as munições. A figura 1 ilustra o quantitativo e o tipo de armas disponibilizadas para o Atheneu Sergipense no ano de 1926.

FIGURA 1– COMPROVANTE DE ENTREGA DE ARMAMENTO 1926



Fonte: CEMAS, 24FASS05, Cx. 101.

Não só o Atheneu Sergipense, público, como também o Colégio Tobias Barreto<sup>21</sup>, particular, logo se ajustaram às exigências da IPM. A segunda instituição, por seu caráter militar desde a concepção, já se mostrava adequada aos ditames da orientação do Exército para o preparo da juventude e, no Atheneu Sergipense, o então diretor Cândido da Costa Pinto também cuidou de solicitar o armamento e as munições necessárias ao funcionamento do curso, sempre realizado por um instrutor militar.

As fontes consultadas revelaram que em 1909 as atividades no Atheneu Sergipense tiveram início, igualando-se a outras instituições do país, públicas ou particulares – cumprindo a obrigação de instruir e bem preparar os jovens para defender o país, em casos de guerra ou na ausência dela. O primeiro instrutor da instituição foi Antonio Freire do Nascimento, seguido de Manoel de Andrade Melo, em 1909. Já em 1910 quem assumiu a Instrução Pré-Militar do Atheneu Sergipense foi o aspirante a oficial, Augusto Maynard Gomes (CEMAS, ofício n. 554, de 19 de maio de 1910, Ref.16FASS05, Cx. 102).

A motivação para a organização de escolas de IPM estava centrada no papel que o Exército ocupou na implantação da República em todo o território nacional. Houve muita mobilização da intelectualidade militar para atribuir ao exército a figura de “grande educador”, capaz de difundir os valores daquela instituição.

<sup>21</sup> O pesquisador Igor Mangueira em sua dissertação de mestrado afirmou que o projeto do Colégio Tobias Barreto “resultou da aglutinação de alguns egressos da Escola Militar do Rio de Janeiro”. Junto a José de Alencar Cardoso, “o professor Zezinho, estiveram Abdias Bezerra e Arthur Fortes, executando um programa autoritário, porém modernizante da educação sergipana, que consistiu na implantação de uma organização militarizada, que mantinha, num estabelecimento civil, o espírito da escola militar” (MANGUEIRA, 2003, p.13).

Em Sergipe, a oferta dessa prática nas escolas públicas e privadas, cumprindo-se a determinação legal, parece ser mais evidenciada nas principais escolas da capital: no Atheneu Sergipense, no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e no Colégio Tobias Barreto. Este último tinha como expoente do caráter militar o seu proprietário Professor Zezinho Cardoso, como era conhecido. Formado nos moldes do Exército na Escola da Praia Vermelha de onde foi aluno, entendia com naturalidade a difusão e uso de práticas de instrução militar, assentadas principalmente em ordem unida com e sem armas, noções de hierarquia do Exército, com conhecimento de seus principais expoentes, destacando os patronos do exército, da Bandeira Nacional e dos símbolos que representam a nação brasileira.

Segundo Azzi (2008) foram as comemorações do centenário da Independência que provocaram no episcopado uma mudança de pensamento em relação às estratégias de ação da Igreja, que passou a enfatizar os vínculos da fé católica com a nacionalidade brasileira e simultaneamente realizar um movimento para recristanização das forças armadas. Assim, o que se tinha era que a Igreja e o Exército, lado a lado, representavam forças expressivas na sustentação do Estado brasileiro. A relação entre o clérigo e o soldado tornou-se muito cordial naquele período.

Semelhante à educação ministrada aos recrutas e aspirantes que deveriam compor os quadros do Exército, as instituições eclesiásticas exigiam na formação dos sujeitos: “disciplina, obediência, ordem e austeridade de vida”. No entendimento de Azzi (2008), a ameaça do comunismo no Brasil era um fator que contribuía para aproximar o seminarista do soldado, promovendo uma cooperação mútua dessas instituições. O que se pode perceber é que “o soldado e a cruz” nunca mostraram incompatibilidade na defesa da pátria. O estudo de Azzi (2008, p.292) mostra que a influência católica no Exército<sup>22</sup> pode ser vista por meio “da entronização de imagens sacras nos quartéis, bênção das espadas, presença das religiosas em hospitais militares”.

No período que antecede à República, quando o catolicismo era a religião oficial do Estado, os militares recebiam assistência religiosa. Mas, com a proclamação da República, em decorrência da laicização do Estado, o Exército ficou de fora da assistência religiosa. Isso gerava muita lamentação por parte dos entusiastas da Igreja. Mas com a eclosão do movimento de 1930, alguns padres se habilitaram a capelães militares no Rio Grande do Sul,

---

<sup>22</sup> “Como forma de preparação para a solene páscoa dos militares em 1924, alguns oficiais se reuniram no Círculo Católico, e em seguida criaram a União Católica Militar, uma organização de caráter nacional”. (AZZI, 2008, p. 292).



o que foi imediatamente aceito por Getúlio Vargas que cuidou de baixar as necessárias determinações para a regulamentação das capelanias militares<sup>23</sup>.

Riolando Azzi (2008) diz que o projeto católico foi aprovado na Constituição de 1934 e aos militares era facultado receber assistência religiosa. Tal concessão foi extinta na legislação de 1937, quando Vargas pretendia diminuir os direitos adquiridos pela Igreja.

A aproximação e o regime colaborativo entre religiosos e militares, com a clara finalidade de “educar a juventude brasileira segundo os padrões do civismo e patriotismo” tão destacados e postos em pauta, especialmente na era Vargas foi um fator decisivo para a política de governo, sobretudo a partir do Estado Novo. Partindo desse entendimento, “a educação cívica assumiu várias modalidades: tiros de guerra, paradas da juventude, escotismo, festas cívicas e academias literárias” (AZZI, 2008, p. 296).

## 2.1 A CRIAÇÃO DA EIPM N. 160 NO ATHENEU SERGIPENSE

A criação de uma Escola de Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense está diretamente ligada ao que determinava a Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que em seu artigo 98 estabelecia:

É obrigatória a instrução de tiro de guerra e evoluções militares até à escola da companhia, aos alunos maiores de 16 anos, que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrução secundária mantidas pela União, pelos Estados e Municípios, inclusive o Distrito federal, bem como os que cursarem estabelecimentos particulares que estiverem no gozo da equiparação (BRASIL, 1908).

Essas exigências legais repercutiram na organização e funcionamento da escola, que procurou atender a tais determinações. Por meio do ofício n. 1732 de 19 de abril de 1909, o Major Monteiro se reportava ao diretor do Atheneu Sergipense para apresentar o então instrutor Antonio Freire do Nascimento, sendo este o primeiro a ocupar a função de instruir os jovens matriculados na Instrução Pré-Militar daquele estabelecimento de ensino.

Em maio de 1910 o comandante da 6ª Companhia de Caçadores em Aracaju, Aarão de Brito Lima, fez se apresentar ao diretor da escola, Cândido da Costapinto, o aspirante a oficial, Augusto Maynard Gomes, “que pelo senhor general inspetor da 6ª região militar foi nomeado instrutor do Atheneu Sergipense” (CEMAS, Ref. 61FASS05, s/Cx). O referido

<sup>23</sup> “O franciscano Frei Orlando (Antonio Álvaro da Silva), morto na Itália como capelão da FEB, foi constituído patrono dos capelães militares” (AZZI, 2008. p. 295).

aspirante substituiu o primeiro tenente Manoel de Andrade Mello, dispensado do cargo de instrutor a partir do momento que se apresentasse o Augusto Maynard Gomes. Assim, desde 1909 se pode tratar da Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense, mesmo que a relação de alunos ou mesmo o registro das atividades não tenham sido encontradas nas fontes analisadas.

No mês de agosto daquele mesmo ano, o Ministério da Guerra enviava para a escola o armamento necessário para o desenvolvimento do trabalho dos instrutores. A comunicação entre os chefes da região militar e a direção da escola era frequente e notificavam desde o transporte de armamentos até uma visita de inspetor da região militar à qual está vinculada aquela instituição. Em 1910 o então diretor do Atheneu Sergipense recebeu um caixote com cartucheiras transportadas no vapor “*Satélite*” cuja finalidade era dotar os instrutores militares que ministravam as práticas naquela instituição de material próprio ao atendimento aos alunos, cumprindo o que determinava aquele ministério (CEMAS, Ref. 16 FASS05, Cx 102).

A frequência dos alunos à Escola de Instrução Pré-Militar estava diretamente associada à sua matrícula no colégio. Caso algum estudante fosse, por algum motivo grave, eliminado do estabelecimento de ensino, estaria conseqüentemente eliminado da respectiva EIPM.

A instrução militar seria um meio e a experiência no exército seria fundamental, sobretudo, devido à disciplina e o aprendizado de posturas e valores. Nesta experiência seria ensinado o amor à pátria e a partir da abnegação dos seus desejos e exigências diante da rotina do quartel, seria formado o cidadão.

A EIPM passava por constantes inspeções. O órgão responsável por tal acompanhamento era a Inspeção Permanente da 6ª Região Militar. Em 24 de julho de 1910, o general de brigada José Agostinho Marques Porto, então inspetor permanente fez um comunicado ao diretor Costapinto, informando que estava instalado na capital para cumprir a tarefa de inspecionar e também cuidar de questões da administração militar no colégio. Com ele estava o médico Dr. Manoel Secundino de Sá e o primeiro tenente ajudante de ordens, Augusto de Araujo Doria.

Hilsdorf (2007) afirma que as forças armadas como educadoras do povo era um projeto político longamente acalentado pelos militares. Primeiro com a pregação nacionalista e cívico-militar, manifesta no modelo do “quartel como escola” e depois o inverso “escola como quartel”, segundo o qual “os militares teriam ação preventiva e repressiva em nome da segurança nacional, mediante duas estratégias: a educação pré-militar, que seria dada nas

próprias escolas, e o controle do importante ensino de educação física” (HILSDORF, 2007, p.94).

A propaganda da instrução militar no Atheneu Sergipense explicita a intencionalidade de preparação de quadro para a defesa nacional. Através de ofício de 17 de junho de 1927, o coronel diretor da Inspetoria de Tiro de Guerra notifica ao diretor qual é a finalidade das sociedades de tiro – “prepararem para a defesa da pátria, recebendo instrução militar e praticando o tiro de guerra, que os tornarão aptos para o cumprimento desse dever”. As sociedades de tiro representavam uma manifestação de patriotismo que podiam desempenhar missões de defesa do país, caso houvesse ameaça à soberania (CEMAS, ofícios da região militar, Ref. 19 FASS05, Cx. 101).

O fato de ser equiparado ao Colégio Pedro II dava ao Atheneu Sergipense algumas prerrogativas, como exemplo a de manter funcionando a instrução militar com qualquer número de matriculados. O regulamento do Atheneu Sergipense por meio do Decreto n. 721, de 31 de março de 1921, estabelece que “o objetivo é reorganizar o plano de ensino do Atheneu Sergipense nos moldes do regimento interno do Collegio Pedro II”. Em seu §1º informa que “haverá lições de gymnastica nos quatro primeiros annos, bem como exercícios militares nos dias designados para este fim” (SERGIPE, 1928, p.9).

Os estudos de Santos e Andrade (2016) sobre a trajetória dos uniformes escolares do Colégio Pedro II confirmam que a Instrução Militar “tornou-se obrigatória no quadro de disciplinas dos alunos em todas as séries, quando instituída por regulamento anexo ao Decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908” (SANTOS; ANDRADE, 2016, p.57).

Sendo o Atheneu Sergipense equiparado ao Colégio Pedro II, as exigências de manter os mesmos planos de estudo e a sistemática de ensino deveria ser condizente com o preconizado na instituição de referência.

Alves (2001) afirma que as iniciativas do exército voltadas à instrução de certos segmentos da sociedade apresentavam até 1880 um caráter assistencialista a partir da extensão das ações educativas do exército tanto à militares como à civis. “A partir daquele momento, aparecia claramente a ideia do exército como escola de cidadania, por isso útil e necessária a todo e qualquer cidadão” (ALVES, 2001, p.159).

Com isso se percebe que esta estreita relação já estava presente no século XIX e que ao Exército caberia não só a formação do soldado, mas fundamentalmente a do cidadão.

A pesquisadora Alves ainda destaca que:

a ideia que associava serviço militar e educação se traduzia, então, em gestos que marcavam a adesão a um projeto civilizatório vinculado à própria

missão do exército. Não era possível defender a pátria sem educar o cidadão. Essa tarefa educativa era assumida pela intelectualidade militar com uma nova consciência naquela década (ALVES, 2001, p. 159).

Para Alves (2001), a instrução militar seria uma parte importante da educação, que era pensada de maneira mais ampla e completa. A instrução militar seria um meio e a experiência no exército seria fundamental, sobretudo, devido à disciplina e o aprendizado de posturas e valores. Nesta experiência seria ensinado o amor à pátria e a partir da abnegação dos seus desejos e exigências diante da rotina do quartel, seria formado o cidadão.

A referência ao modelo alemão nos ajuda a situar a concepção que se forjava no exército brasileiro num quadro mais amplo. Aquela proposta de educar o cidadão dentro dos valores norteadores da prática militar resultava de um momento em que a associação entre cidadania e nacionalismo se solidificava no ocidente. Por outro lado, o conceito de Nação aparecia estreitamente ligado à constituição e defesa de seu território (ALVES, 2001, p.160).

Esta concepção perdurou e, no período de 1930 a 1945, encontrou eco em intelectuais entusiastas da presença militar nas escolas civis, como Azevedo Amaral.

A educação de um cidadão disposto a lutar por sua pátria deveria, portanto, ter outras características. Seria uma ‘educação sob as bandeiras, longe dos ensinamentos religiosos, e longe das afeições da família’ ensinando o culto à pátria e vencendo a barreira da proteção familiar que restringia o sentimento de pertencimento, próprio de uma atitude cidadã. (AMARAL *apud* ALVES, 2001, p. 161).

Segundo Alves (2001), a partir de 1880, as propostas dos militares passaram a desejar um espaço na escola primária para os meninos maiores de dez anos no Brasil. Os discursos dos representantes militares se constituíram a partir de um contexto externo de industrialização e modernização do exército, mas também de um contexto interno de reformas e rebeliões que viam na educação uma necessidade urgente, embasados em ideais positivistas

Para essa abertura da corporação ao positivismo colaborou a própria formação matemática e científica que era fornecida à oficialidade, assim como a necessidade de formar elementos aptos a manusearem as novas armas e se engajarem na guerra moderna imbuídos de uma mentalidade mais nacionalista. Colaborou ainda a necessidade de dispor de um quadro de ideias que pudesse se contrapor ao das classes dominantes tradicionais da sociedade imperial, avessa ao militarismo, tomadas de menosprezo pelo exército e desinteressadas quanto à difusão da instrução nos patamares ansiados pela oficialidade culta. (ALVES, 2001, p. 163).

Portanto, pode-se inferir que a relação entre militares e a educação se deu de diversas maneiras. A educação física foi uma das disciplinas em que é possível perceber essa relação,

mas não só. Observa-se em outras disciplinas como a História, e em outras formas, como a difusão de métodos pedagógicos idealizados por militares e por eles protagonizados.

Para José Murilo de Carvalho (2005), quando Getúlio Vargas chegou ao governo em 1930, incentivou a transformação das Forças Armadas em ato político. As forças armadas, especialmente o Exército “se viram instaladas no centro do poder nacional de maneira muito mais decisiva do que no início da Primeira República” (CARVALHO, 2005, p.62).

As iniciativas de Getúlio Vargas na área educacional tinham uma clara inspiração autoritária. Fausto (2001, p.188) chama a atenção para o fato de que a política educacional ficou sobretudo nas mãos dos jovens políticos mineiros, cujas carreiras foram iniciadas na velha oligarquia de seu Estado para tomar outros rumos a partir de 1930. Com Francisco Campos, ministro da educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e Gustavo Capanema, que o substituiu, com longa permanência no Ministério, de 1934 a 1945. Campos realizou intensa ação no ministério da educação, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário (FAUSTO, 2001, p.188).

O período de 1930-1945 foi tido como o momento de “reconstrução da nação” e, para tanto, a educação escolar brasileira passou a ser um forte elemento nesse processo de reconstruir o país, seguindo as marcas do autoritarismo e do nacionalismo presentes desde o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1936), ficando ainda mais acentuado a partir do Estado Novo (1937-1945).

Vilhena (1992) chama a atenção para o fato de que:

[...] é significativo o papel de destaque que, gradualmente, o Exército vai assumindo. [...] ele passa a buscar maior participação no seio da sociedade civil, o que se dá a partir da Revolução de 30 e como decorrência da mudança da cúpula dirigente, que instaura e concretiza processo de reorganização interna das fileiras do Exército. Figuras de destaque da cúpula são os generais Eurico Gaspar Dutra, que ocupará depois a pasta da Guerra, e Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os quais se empenham em mudar a antiga imagem de um Exército indisciplinado e envolvido em revoltas (o tenentismo, por ex.) restabelecendo a ordem, a hierarquia e a disciplina na caserna (VILHENA, 1992, p.54).

Nesse projeto maior estava patente o interesse do Exército de participar das decisões relacionadas aos rumos para a educação brasileira. Vilhena (1992) conclui que entre Exército, e governo no Estado Novo, havia propósitos coincidentes: ordem, disciplina, respeito à hierarquia constituída, exaltação do sentimento patriótico, culto aos deveres cívicos, dentre outros valores.

Horta (2012) afirma que desde o início do período de 1930-1945, a educação ocupou um lugar de destaque nos discursos oficiais, especialmente por que o sistema educacional deveria servir para a implantação de uma política autoritária. Isso era perceptível nos discursos, mas também na legislação. Assim, os temas centrais estavam diretamente relacionados à ideia de “educação como um problema nacional, a ligação entre educação e saúde e a ênfase na educação moral” (HORTA, 2012, p.4). Frente a esses temas, forças civis e de Estado foram mobilizadas para alcançar o ideal da política autoritária proposta. “Os militares buscaram, em nome da segurança nacional, interferir na política educacional no intuito de conformá-la à política militar do país”.

Para Horta (2012), a educação física e a IPM ocuparam um lugar de destaque privilegiado a serviço do processo que ele denomina de “fascistização”. O período estudado mostra que, o argumento que sustenta o discurso de “segurança nacional” era usado por educadores que ressaltavam o valor do setor educacional para garantir a tal seguridade. Os militares se concentraram no discurso dos educadores civis, recuperando o argumento e justificando a intervenção deles no setor educacional. “Os militares procuraram marcar presença nas escolas por duas atividades: a Instrução Pré-militar e a educação física”. (HORTA, 2012, p.55). No entendimento do autor, a presença dos militares no sistema de ensino por meio da Instrução Pré-Militar foi de pequeno alcance e de pouca duração.

Ao fazer tal afirmação, Horta (2012) pode estar se referindo à efetivação do projeto de preparação militar, porque do ponto de vista da legislação, somente no ano de 1946 é que foi extinta, por decreto, a obrigatoriedade de as escolas oferecerem tal modalidade de formação. Isso não significa dizer que, efetivamente, deixou de ser aplicada. Ao assumir que a influência das práticas militares perdurou por meio do desenvolvimento da educação física no Brasil, especialmente no que se refere à sua concepção, aos seus métodos e práticas não se está negando que preparação militar teve uma passagem curta pela educação brasileira.

Horta (2012) afirma que a partir de 1935, o conceito de “segurança nacional” substituiu o de “defesa nacional”, mostrando que havia uma preocupação do governo em mostrar que a pátria pode estar ameaçada não somente por “inimigos externos”, mas principalmente por aqueles que se encontram no interior das fronteiras nacionais, ou seja, pelo “inimigo interno”. Evidentemente que em nome dessa segurança nacional o Exército arrumou argumento para justificar sua ingerência e poder no sistema educacional, especialmente a partir daquele momento histórico.

A importância da IPM era também percebida através dos documentos emitidos pelos inspetores de Tiro de Guerra que permitiam o funcionamento da instrução, independente do

quantitativo de alunos frequentando as aulas. Em ofício de 17 de dezembro de 1925, o primeiro tenente inspetor regional de Tiro, João Batista de Mattos, declarou ser conveniente “a continuação da instrução com qualquer número de alunos, atendendo ser este collegio equiparado e, portanto, com direito à instrução obrigatória, consoante as determinações regulares” (CEMAS, Ref. 12FASS05, Cx.137). Recomendava ainda que ao iniciar o ano letivo de 1926 fosse imediatamente pedido o armamento para o estabelecimento de ensino.

Quando instituída no Brasil, por meio do Decreto que exigia das escolas civis a criação de uma escola de Instrução Pré-Militar nos estabelecimentos públicos e particulares, governava Sergipe o médico e ex-aluno do Atheneu Sergipense José Rodrigues da Costa Dória (1908-1911). É importante notar que foi nas gestões de três nomes ligados ao Exército brasileiro que a atenção às questões de cunho militar na educação parece ter ganhado mais fôlego e envolvimento do poder público. Os generais José de Siqueira Menezes<sup>24</sup> (24/10/1911 – 24/10/1914) e Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão<sup>25</sup> (24/11/1914 – 24/10/1918) por serem militares apresentavam entusiasmo com questões da pátria e da formação de bons cidadãos, o que era revelado nos regulamentos e normas da Instrução Pública. O terceiro foi o coronel José Joaquim Pereira Lobo<sup>26</sup> (24/10/1918 – 24/10/1922). Ele governou no período pós-guerra e trabalhou para continuar Sergipe na trilha do progresso e do crescimento econômico, segundo Nunes (1984). No seu governo era responsável pela Instrução Pública do Estado, o professor José de Alencar Cardoso, conhecido pela marcante fama de “escola-quartel” dada ao Colégio Tobias Barreto, fundado e dirigido por ele.

---

<sup>24</sup> Nasceu em São Cristóvão em 7 de dezembro de 1852 e alistou-se no Exército em 1870. Formou-se Engenheiro militar. Assumiu a presidência do Estado de Sergipe de 1911 a 1914; foi senador federal e membro efetivo do diretório do partido republicano conservador. Suas qualidades militares foram reveladas em 1897, na Guerra de Canudos. Comandou a Escola Militar do Ceará, a brigada policial do Rio de Janeiro, uma brigada de infantaria no Rio Grande do Sul. Foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Consultar Bitencourt (1913, p.149) e Nunes (1984, p. 160).

<sup>25</sup> Nasceu em Sergipe em 1849. “Alistou-se no Exército em 1864, a fim de seguir para a guerra. Fez com bravura a campanha do Uruguai e também a do Paraguai, das quais tem as respectivas medalhas. Prestou ótimos serviços à legalidade em 1893. Comandou a brigada policial do Rio de Janeiro. Foi chefe de polícia na Capital Federal, deputado geral, governador de Sergipe em 1894, senador por esse mesmo Estado, e novamente presidente do mesmo, onde goza de grande prestígio. Também é sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Quando aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, dedicou-se com vantagem às belas letras, companheiro que era do general Dantas Barreto, escrevendo então diversos e interessantes artigos e publicando mesmo interessantes poesias satíricas” (BITENCOURT, 1913, p. 193).

<sup>26</sup> Nasceu em São Cristóvão – SE, em 22 de janeiro de 1864 e alistou-se no Exército em 1882. Bacharel em matemáticas e ciências físicas, engenheiro militar. “Foi vice-presidente de Sergipe, tendo exercido a presidência em 1897, durante o impedimento do presidente eleito, Martinho Garcez; foi fiscal da fortaleza de Santa Cruz, e diretor da colônia militar de Iguassú, cargos que desempenhou com dedicação, honestidade e patriotismo” (BITENCOURT, 1913, p. 154).

Apesar de não ter seguido carreira militar ou ter se formado na Escola da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, o sucessor de Pereira Lobo, Maurício Graccho Cardoso<sup>27</sup> foi aluno da Escola Militar do Ceará. Governou o Estado de 1922 a 1926 (AZEVEDO, 2015).

Com a Lei n. 605, de 24 de setembro de 1912 que deu nova organização à Instrução Pública do Estado de Sergipe, a clara finalidade do Atheneu Sergipense era apresentada em seu Art. 1º, na terceira parte que tratava do Ensino Secundário: “O Atheneu Sergipense é o instituto onde se ministra a instrução secundária, preparatória para os cursos superiores e necessária às exigências da vida; e onde se preparam professores para o ensino primário (SERGIPE, 1912, p.39)”. Os alunos matriculados naquele estabelecimento que buscavam uma formação “necessária às exigências da vida” estariam submetidos ao elenco de disciplinas prescritas nos planos de estudos de cada curso e, portanto, também obrigados aos exercícios militares.

Já nas disposições gerais da mesma Lei n. 605 de 1912 no Art. 38 recomendava-se que:

Os alunos do Atheneu e da Escola Normal masculina, que tiverem mais de doze anos de idade, são obrigados aos exercícios militares de que tratam as leis e regulamentos federais referentes a estabelecimentos de instrução e ficam sujeitos, nas suas faltas, às penas cominadas nesta lei e seu regulamento, aplicadas pelo diretor do estabelecimento. § Único – A execução deste artigo entrará em vigor quando o governo federal designar instrutor para os exercícios. (SERGIPE, 1912, p.47).

O que se pode observar é que na recomendação normativa de 1912 a exigência da IPM no Atheneu Sergipense era para alunos com mais de doze anos, quando nos regulamentos nacionais tais práticas estavam destinadas aos maiores de 16 anos. Não é possível afirmar se, de fato, os alunos com idade de doze anos prestaram a instrução militar naquele momento, uma vez que não havia instrutores designados ao Atheneu Sergipense no período que compreende 1911 a 1916. Os documentos consultados mostram que nos anos de 1909 e 1910 foram designados instrutores e que somente reapareceram em 1917. Talvez isso esteja relacionado ao que aponta Horta (2012), afirmando que a Instrução Pré-Militar ganhou notoriedade e impulso a partir de 1916, com a Campanha da Liga de Defesa Nacional<sup>28</sup>, liderada por Olavo Bilac.

Para Nagle (2001) alguns dos objetivos da Liga de Defesa Nacional foram mais valorizados “entre os quais os que se referem ao serviço militar e à educação cívico-patriótica,

<sup>27</sup> A pesquisadora Crislane Azevedo se dedicou a investigar a “modernidade do governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe”. Consultar (AZEVEDO, 2015).

<sup>28</sup> “A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 7 de setembro de 1916, graças à iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon” (NAGLE, 2001, p.66).



que se impregnaram de inequívoco sentido disciplinador – as duas principais tônicas do movimento, fortalecidas pelos acontecimentos surgidos com a Primeira Grande Guerra” (NAGLE, 2001, p.67).

A literatura que analisa a campanha da Liga apresenta duas grandes frentes de trabalho, a primeira seria a de fortalecer o serviço militar, pois ele estaria a serviço de um combate externo, como diz Nagle (2001) e a segunda, a da instrução, para o combate de um grande inimigo interno, o problema da alfabetização. Neste sentido, a criação das ligas contra o analfabetismo<sup>29</sup>, a partir do ano de 1916 revela uma preocupação com o processo de civilização brasileira e, principalmente, do fortalecimento da ideia de “salvação nacional pela educação”.

O combate aos inimigos internos e externos exigia o preparo dos jovens, em especial, para que pudessem defender o país. Assim, as estratégias para atingir tal objetivo foram as mais diversas, dentre elas a incorporação das escolas de Instrução Pré-Militar aos Tiros de Guerra da região. O Atheneu Sergipense foi incorporado à Diretoria Geral do Tiro de Guerra em abril de 1924, com o número 160 (CEMAS, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

## 2.2 “A INFÂNCIA SOB A MIRA DO EXÉRCITO”

O processo de militarização da infância e da juventude fez com que a IPM passasse a ser considerada uma “atividade própria, com objetivos e métodos bem definidos, visando incutir na juventude uma ‘mentalidade militar’” (HORTA, 2012, p.57). Se no primeiro momento de sua implantação era destinado aos jovens de 16 anos, em pleno regime do Estado Novo, em novembro de 1939, a nova lei de ensino militar torna obrigatória a Instrução Pré-Militar também para os alunos menores de 16 anos, inscritos nos institutos civis de ensino primário e secundário. Junto a esses estabelecimentos deveriam funcionar uma Escola de Instrução Pré-Militar (EIPM), sob o controle da Inspetoria Geral de Ensino do Exército.

Cabia àquela Inspetoria organizar os programas, que deveriam incluir “a prática de instrução elementar de ordem unida<sup>30</sup> (sem arma), a iniciação na técnica de tiro e o ensino rudimentar da instrução geral (regras de disciplina, hierarquia militar, organização do Exército, etc.)”. O certificado de Instrução Pré-Militar, que daria direito à redução no tempo

<sup>29</sup> A Liga Sergipense contra o Analfabetismo, fundada em 24 de setembro de 1916 foi objeto de estudo da pesquisadora Clotildes Farias de Sousa em sua dissertação de Mestrado. Para conhecer sobre essa importante associação sergipana consultar SOUSA (2016).

<sup>30</sup> Segundo Castro (2004) a ordem unida consiste em treinamento coletivo de marchas, continências e posturas militares.

de prestação de serviço militar, poderia ser obtido a partir dos 12 anos de idade. (BRASIL 1939, p.149). A lei de 1939 ampliava a perspectiva de formação dos quadros para o exército, ao obrigar a matrícula de crianças de 12 anos nas aulas de IPM.

Em seus estudos sobre a arquitetura dos grupos escolares em Sergipe, Santos (2009) destaca que o “enveredar do século XX foi marcado em Sergipe pela militarização da infância” (SANTOS, 2009, p.161). Enfatiza também que as autoridades sergipanas colocavam em evidência, por meio dos documentos oficiais, que os grupos escolares “deveriam funcionar como pequenos quartéis em que se modelariam os corpos e a moral da mocidade estudantil de Sergipe” (SANTOS, 2009, p.162).

A pesquisa de Maynard (2012) investiga como se deu a revolta militar de 1924 em Sergipe, que depois ficou conhecida como “tenentismo<sup>31</sup>”. A sua análise e interpretação contempla o início e o término do motim, que vai de 13 de julho a 2 de agosto. Ela afirma que a palavra tenentismo “apareceu posteriormente”, pois os revoltosos não deram essa designação ao movimento que objetivava depor Arthur Bernardes para moralizar o sistema republicano. Mostrou que é preciso lançar um olhar atento às forças militares, procurando estudar implicações sociais de um levante como o dos tenentes na década de 1920 ou as implicações de uma proposta de preparo militar de jovens estudantes de escolas civis.

Maynard (2012) ao se dedicar ao levante de 1924, destaca que os sergipanos que ingressavam no Exército eram oriundos do sorteio militar ou do alistamento voluntário<sup>32</sup> mas nem sempre os quadros eram preenchidos por meio do voluntariado, então cabia ao Ministério da Guerra estipular o número de voluntários e sorteados a serem incorporados em cada unidade militar.

Assim como no 28BC, que os candidatos passavam por avaliação feita por uma equipe médica, também no Atheneu Sergipense os alunos deveriam passar por este tipo de avaliação médica que daria um parecer sobre estar apto ou não a participar das aulas de instrução pré-militar. Disso decorre que algumas exigências da EIPM do Atheneu Sergipense, de certo modo, era uma reprodução do regime interno do 28BC, expressa no desejo de obediência pronta e cega dos soldados e dos alunos. No quartel, quem não obedecesse às regras e os seus superiores conforme prevê os regulamentos “[...] seria preso por um determinado número de dias” (MAYNARD, 2012, p.133), já no Atheneu Sergipense, seriam impostas as punições

---

<sup>31</sup> O capitão Eurípedes Esteves de Lima, o primeiro tenente Augusto Maynard Gomes, o primeiro tenente João Soarine de Melo e o segundo tenente Manoel Messias de Mendonça foram os responsáveis por revoltar a unidade do Exército em Sergipe (MAYNARD, 2012).

<sup>32</sup> Relatórios do Ministério da Guerra, 1910/1930.

previstas em seus regulamentos, aplicadas pela direção da escola e não pelos instrutores militares responsáveis pelos alunos.

Horta (2012) ressalta que em novembro de 1917, um novo decreto sobre o serviço militar manteve a obrigação da instrução militar nas escolas, nos mesmos moldes do documento de 1908, mas acrescenta um dispositivo segundo o qual “alunos aprovados nos exames, ao final da instrução, seriam considerados reservistas de Segunda Categoria” (BRASIL, 1917, p.119). Entende que esse decreto parece ter dado mais resultados, porque coincidiu com a campanha de Olavo Bilac e da Liga de Defesa Nacional – LDN.

A instrução militar preparatória ou Instrução Pré-Militar para os alunos dos institutos civis de ensino secundário com mais de 16 anos seria dada nas Escolas de Instrução Militar Preparatória, anexas aos estabelecimentos de ensino, compondo-se de educação física e exercícios de tiro. Concluída a instrução, os rapazes receberiam um certificado de Instrução Militar Preparatória que lhes facultaria a redução de tempo de serviço militar para seis meses.

Se os resultados da Instrução Pré-Militar não foram tão satisfatórios nos primeiros anos de sua implantação, vale destacar que da primeira lei promulgada que regula a oferta da preparação militar nas escolas civis até a publicação do decreto que a extingue foram decorridos 38 anos, o que merece atenção das nossas pesquisas em termos das práticas efetivadas e da formação de quadros para o Exército a partir deste tipo de iniciativa de formação.

Horta (2012) afirma que a partir de 1930, a legislação sobre o assunto tornou-se mais precisa e destaca o Plano Geral do Ensino Militar, publicado em 1933, que incluiu entre muitas modalidades de instrução profissional destinadas à formação dos reservistas, “a instrução militar preparatória, ou Instrução Pré-Militar, para os alunos dos institutos civis de ensino secundário” maiores de 16 anos. Esta deveria ser ministrada em escolas de Instrução Militar Preparatória, anexas aos estabelecimentos de ensino, e compreender exclusivamente a “educação física” e o “tiro de fuzil”. Os portadores de certificado de instrução militar preparatória teriam o seu serviço militar reduzido a seis meses (BRASIL, 1933, p.73).

Já o Regulamento da Diretoria do Serviço Militar e da Reserva, aprovado em julho de 1935, previa um entendimento do Ministério da Guerra e o Ministério da Educação para garantir o bom funcionamento das Escolas de Instrução Militar Preparatória. Assim, exigia-se desses órgãos muitas habilidades administrativas, pois o que cabia ao Ministério da Guerra era fornecer os instrutores, o armamento e a munição; ao Ministério da Educação, por meio dos diretores de estabelecimentos de ensino, caberia fornecer a relação nominal dos alunos

maiores de 16 anos e responsabilizar-se pelo material recebido nas escolas. (BRASIL, 1935, p.268).

Acompanhando o curso das transformações nas concepções de educação, a partir de 1937, com o Estado Novo, a ideia de instrução militar preparatória sofreu mudança que coincide com as propostas de extensão de influência do Exército até a infância. Para Horta (2012) essa transformação pode ser considerada uma reação às proposições de militarização da infância e da juventude oriundas do Ministério da Justiça na ocasião.

Esse processo de militarização da infância e da juventude faz com que a Instrução Pré-Militar passe a ser considerada uma “atividade própria, com objetivos e métodos bem definidos, visando incutir na juventude uma ‘mentalidade militar’”. (HORTA, 2012, p.57).

Naquele momento havia o entendimento por parte de estudiosos como Azevedo Amaral que, em nome da segurança nacional, as autoridades militares teriam o direito e o dever de participar na definição das orientações pensadas para o sistema de educação do país. Entendia que a “finalidade máxima” do sistema educacional era o de “criar nas novas gerações um espírito heroico”. As características desse “espírito heroico”, o autor descreveu em um artigo publicado na revista *Nação Armada*, em abril de 1942. Para ele, por meio da Instrução Pré-Militar, as crianças deveriam convencer-se de que a guerra era inevitável e tinha um caráter permanente. Desde a “tenra idade”, as novas gerações deveriam ser preparadas “para arcar com o fardo dos deveres militares”, aprendendo a valorizar a força, o espírito heroico, a capacidade guerreira. Para Azevedo Amaral, a educação pré-militar deveria começar no próprio lar:

A educação pré-militar deveria mesmo proceder as influências escolares. Entre as verdades que a habilidade de uma bem orientada pedagogia doméstica deve lançar na inteligência ainda quase embrionária da criança, cumpre figurar a noção de que a guerra é uma realidade sempre presente. É necessário que a criança compreenda estarmos vivendo em um mundo onde só podem ser felizes e prósperos, gozando as amenidades do afeto e as alegrias da inteligência e da beleza, os povos capazes de evitar a derrota e de impor-se ao respeito dos outros pela força (AMARAL, 1940, p.166).

Diante disso, pode-se afirmar que a instrução militar em suas demonstrações pode ser entendida como um meio de educar os jovens e crianças em normas de maior submissão.

A Instrução Pré-Militar teve sua própria direção evolutiva. No âmbito do ensino militar ela era entendida como uma das “gradações” do preparo militar dos jovens no primeiro momento e também da infância, posteriormente. Por meio dela foram introduzidos os primeiros rudimentos da formação militar nas escolas civis. Observa-se em seu curso de evolução que era destinada também à organização, disciplinamento e inculcação da

consciência patriótica nas novas gerações, “constituindo-se, desse modo, em uma porta aberta à influência que o Exército teria na educação brasileira e que seria, a partir de 1930, uma das vias a serviço do projeto de construção do Estado Nacional, por meio da formação de uma “mentalidade adequada” a esses novos propósitos” (FERRER, 2000, p. 226).

Elias (1997) afirma que de modo latente ou manifesta o nacionalismo constitui uma das mais poderosas, talvez a mais poderosa das crenças sociais dos séculos XIX e XX. Para ele:

O nacionalismo, mesmo numa análise sociológica preliminar, revela-se, assim, um específico fenômeno social característico das grandes sociedades-Estados industriais no nível de desenvolvimento atingido nos séculos XIX e XX. Está relacionado com as crenças grupais – embora seja claramente distinto delas – que representam a vinculação e a solidariedade de indivíduos em relação a coletividades tais como aldeias, cidades, principados ou reinos em etapas anteriores de desenvolvimento social (ELIAS, 1997, p.142-143).

Para Elias (1997, p.143), a imagem que um indivíduo faz da nação de que forma parte é também, portanto, um componente da imagem que ele tem de si mesmo, a sua “autoimagem”. A virtude, o valor e o significado da nação também são os dele próprio.

A difusão dos movimentos nacionalistas alimentava a necessidade de preparação da infância e da juventude para a guerra. Isso justifica, de algum modo, a força que ganhou a introdução das atividades pré-militares no cotidiano das escolas. O fato da Lei do sorteio militar de 1908 não ter emplacado a IPM não quer dizer que ela deixou de representar uma importante conquista do Exército no meio escolar.

Os estudos sobre a militarização da educação mostram uma estreita relação entre a necessidade de preparar o indivíduo para a defesa da nação e um projeto de governo. O pesquisador Adalson de Oliveira Nascimento (2009) defende a tese de que a relação entre militares e educação civil ganhou impulso no contexto da formulação do princípio de que em uma nação não apenas os exércitos profissionais deveriam estar preparados para defender os interesses nacionais. Para ele “todos os indivíduos deveriam ser *cidadãos-soldados* e a preparação para a guerra deveria ser permanente e iniciar-se ainda na escola”. (NASCIMENTO, 2009, p.13).

O autor analisa os exercícios físico-militares nas escolas civis primárias e secundárias brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX. Por exercícios físico-militares ele entende as iniciativas estatais destinadas às escolas que visavam à

preparação militar ou pré-militar. Destacou que as ações podem ser sintetizadas na criação dos batalhões escolares<sup>33</sup>.

Ele observa que havia então um movimento de fortalecimento das identidades nacionais e de valorização política da doutrina nacionalista, constituindo-se de forma veemente a ideia de *nação em armas*, ou *nação armada*, que perpassou diversas sociedades a partir da segunda metade do século XIX e que está intrinsecamente ligada ao ideário nacionalista, segundo o autor.

Nascimento (2009) afirma que a historiografia brasileira tem estudado largamente a questão da educação civil e dos militares, mas privilegiando os estudos sobre a educação do corpo. Para ele, a educação do corpo seria o ponto de contato mais nítido entre a escola e a caserna. Destaca ainda que os estudos acerca desta temática vêm sendo desenvolvidos quase exclusivamente por investigadores da história da educação física. Quando não são feitos pelos pesquisadores da área da educação física, o tema aparece reforçando a assertiva de que os militares desempenharam papel de destaque na educação por meio de sua ação naquele campo. Neste trabalho a proposta é caracterizar as práticas da E.I.P.M, anexa ao Atheneu Sergipense, a partir do ideário de preparação da juventude para a defesa nacional e familiaridade com os preceitos militares, independentemente da disciplina educação física sem, contudo, ignorar os trabalhos produzidos.

### 2.3 OS PROGRAMAS DE ENSINO DO CURSO DE IPM

A programação do que deveria ser ensinado no curso de IPM era determinado pelo Ministério da Guerra. Ao Ministério da Educação cabia a tarefa de regulamentar nas escolas e acompanhá-las no que competia à oferta do curso e no envio das estatísticas de alunos com idade para frequentar as aulas.

O jovem que conseguisse obter a caderneta de reservista, segundo era previsto na lei que regulamentava o alistamento e o sorteio para o serviço militar, quando sorteado poderia obter a dispensa da incorporação no Exército ativo. Para conseguir a tal caderneta, o regulamento prescrevia para “[...] os colégios e também para as linhas de tiro, um curso de tiro de guerra e evoluções militares” (BRASIL, 1908).

---

<sup>33</sup> Para Nascimento (2009, p.15), os batalhões escolares originaram-se na França após a Revolução de 1789. Tinham por objetivo adestrar crianças e jovens, preparando-os para defender os ideais revolucionários. Os batalhões escolares funcionaram no Brasil e em Portugal na década de 1880.

Na década de 1910 verificou-se uma reestruturação curricular significativa da Escola Militar, introduzindo-se um Curso Fundamental de dois anos, seguidos de quatro Cursos Especiais, uma para cada arma. Regulamentos preconizavam a utilização do “caso concreto” em que a aula era somente “teórico-prática” ou simplesmente prática, a teoria reduzida ao que tivesse “um fim útil”. De acordo com Grunennvaldt (2005), a orientação nos Regulamentos era que se evitassem os “excessos da teoria”, as “divagações inúteis”, as “generalizações prematuras”. Enfim, os alunos eram levados a aprender “de conformidade com a marcha natural do espírito humano, do concreto para o abstrato”. O objetivo maior era formar um oficial em que os conhecimentos tratados deveriam ter uma aplicação imediata. Assim, a função do oficial se dava à medida que se inseria no mundo da prática. Esse tipo de orientação também repercutia nas aulas de IPM, enfatizando o viés mais prático da formação dos jovens, sem contudo, dispensar as aulas teóricas.

O plano de estudo que propunha as bases de formação dos oficiais do Exército funcionou como uma estrutura em movimento, embora um movimento lento, para acolher as mudanças estruturais e, por vezes, mais conjunturais que mais efêmeras, requeriam respostas mais imediatas e até mais bruscas, confrontando-se com uma tradição de longo tempo de formação de oficiais do Exército brasileiro.

Os conhecimentos deveriam ser inteligentemente escolhidos, assumindo um caráter experimental, com o qual os alunos não só memorizassem os fenômenos e as leis a estudar. Deveria o professor, à medida que o curso fosse se desenvolvendo, destacar os conteúdos práticos interligando com suas aplicações e importância. Com isso, fica evidente que o significado da formação militar da juventude brasileira era manifestado no sentimento de patriotismo, na defesa da nação e na observância dos preceitos militares: obediência e disciplina, principalmente. Assim, a formação dos jovens e das crianças deveria conservar a ideia de que um soldado é aquele que prima pela disciplina, segundo os princípios do Exército.

As práticas de instrução militar prescritas para as escolas civis deveriam estar em consonância com os princípios doutrinários do Exército e, portanto, o preparo dos alunos para o uso de armas, para as marchas e as manobras militares deveria seguir o entendimento que tem o Exército da disciplina e da obediência, preceitos fundamentais para aquela instituição. Em sua doutrina, “ser disciplinado é o mesmo que aceitar de maneira convicta e totalmente sem reservas, uma lei comum, que regula e coordena os esforços de seus quadros” (FERREIRA NETO, 1999).

O ensino da IPM remete à ideia de que a educação não deveria iniciar e terminar apenas no fazer-se, era preciso também conhecer os elementos fundantes da instrução de tiro, das evoluções militares, conforme preconizado nos regulamentos e manuais pedagógicos da instrução militar obrigatória.

A educação militar considera fundamental o princípio da disciplina, que é a completa submissão aos preceitos regulamentares, e a obediência sem hesitação aos chefes. Quem é disciplinado cumpre o dever militar proclamado pelas leis, regulamentos e ordens gerais do Exército (FERREIRA NETO, 1999, p.22).

O propósito maior da educação seria o de tornar possível a realização da humanidade que está contida no homem. Projeto esse irrealizável sem a ajuda de outrem. O homem através do processo educativo seria capaz de desenvolver a sua razão a fim de conseguir submeter todas as suas ações a ela, dessa forma agindo sempre em conformidade com as leis morais, propósito maior na vida do homem como ser social.

A disciplina militar rigorosa aplicada na escola nem sempre era aceita e praticada pelos alunos, o que ocasionava, frequentemente, ocorrências de indisciplina e, portanto, de desrespeito ao Exército, na visão dos instrutores. Os registros de ocorrências eram comuns, e os pedidos para que os diretores da escola tomassem as providências cabíveis também estavam presentes.

Em 1935, o instrutor Altivo Murat de Abreu fez o seguinte comunicado à direção do Atheneu Sergipense:

Levo ao vosso conhecimento que hoje, por ocasião da chamada, o aluno desta E.I.M. Rinaldo Oliveira Vasconcellos, estava conversando com seu companheiro, tendo eu colocado o nome de ambos em meu caderno de comportamento, este alumno em tom auctoritário protestou este meu acto procurando discutir commigo, dizendo em tom ameaçador tomasse eu cuidado pois protestaria perante as autoridades deste Atheneu, pelo que fui obrigado a mandal-o sahir de forma que o fez, porem continuou a interromper a boa marcha da instrução procurando discussão commigo (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/cx).

A convivência entre alunos e instrutores nem sempre era amistosa, como se pode notar por meio do registro acima. A desobediência não é algo tolerado na doutrina do exército, mas por meio do relato do primeiro sargento Altivo Murat de Abreu, pode-se notar que havia um respeito à autoridade maior da escola, o seu diretor, uma vez que as medidas mais drásticas de punição só eram aplicadas quando os alunos se excediam, afrontando o instrutor ou lançando



algum tipo de ameaça. A primeira medida de somente registrar no caderno de comportamento o nome do jovem “transgressor” não foi suficiente para que o aluno parasse os “insultos”.

Pode-se perceber que havia um aluno ou outro que não se preocupava de mostrar o seu entendimento sobre a IPM e, do ponto de vista da disciplina e da ordem, chegava a afrontar os instrutores e a hierarquia, tão cultuados pelo Exército, que se chegava a ser um específico da IPM.

Os programas de ensino mostram a preocupação com os valores militares, o disciplinar dos corpos e a obediência como elementos fundantes da doutrina do Exército. Era preciso garantir que os jovens ficariam impregnados do espírito patriótico, mediante o sentimento de que seriam os responsáveis pela defesa da pátria.

## 2.4 OS TIROS DE GUERRA

Os Tiros de Guerra (TG) são classificados como Órgãos de Formação da Reserva (OFR) do Exército Brasileiro que preparam os jovens para compor a “reserva mobilizável da Força Militar Terrestre” (GONZALES, 2008, p.24). A pesquisadora Gonzalez (2008) afirma que os Tiros de Guerra funcionaram e funcionam como um sistema de “redes de disseminação de ‘valores militares’” e também é um importante meio de colocar em prática a “estratégia de presença” do Exército, garantindo a apropriação territorial.

Há um entendimento de que o TG é uma parceria que deu muito certo entre o Exército Brasileiro e a sociedade. Essa parceria “é representada pelo poder público municipal e os cidadãos que se matriculam nesses órgãos de formação da Reserva”. Os TG são entendidos como “um instrumento de educação e civilidade nos mais distantes rincões do território nacional” (Revista *Verde Oliva*, 2016, p.28). Passaram a ser conhecidos no Brasil como “Escola de Civismo e Cidadania”.

Os TG ficaram conhecidos no Brasil como instituições cívico-militares, destinadas a preparar a mocidade cívica e militarmente para a defesa e o engrandecimento da Pátria. Gonzalez (2008) chama a atenção para o papel desempenhado por esses órgãos de formação, justamente porque foram espalhados em todo o país, instalados em “cidades e nas regiões mais longínquas dos sertões brasileiros”, dando a noção de disciplina necessária às coletividades. Mas o que aproxima os TG da instrução militar obrigatória? É justamente o seu caráter formativo. Aos TG cabia ofertar a instrução militar obrigatória para proporcionar aos jovens o preparo necessário ao serviço militar, trabalho semelhante ao das EIPM.

Os TG e a instrução militar representavam manifestações de alto patriotismo, que em caso de ameaça externa poderiam ser chamadas a desempenhar “missões de mais alta relevância para a defesa do paiz” (GONZALES, 2008, p.33). Eram entendidas como fonte produtora de reservistas aptos para serem mobilizáveis, portanto, credoras de apoio de autoridades civis e militares.

O ministro da Guerra em 1910, Afonso Pena, tinha o claro objetivo de aproximar os jovens do serviço militar, dedicando-se ao incentivo do sorteio universal e também da reorganização da Confederação Brasileira do Tiro de Guerra<sup>34</sup>.

O “Tiro Sergipense”<sup>35</sup> foi criado em 1910 e era presidido pelo Major Affonso Gomes. Os jornais *A Razão* de Estância<sup>36</sup> e *O Estado de Sergipe* de Aracaju noticiaram as comemorações de um ano de atividades do TG Sergipense, realizada em 3 de junho de 1911. O discurso daquela comemoração foi proferido por Carlos Alberto Rôlla (*A Razão*, 1911).

Os mencionados jornais publicavam convites para eventos e os resultados dos exercícios realizados nas linhas e tiro dos Tiros “Sergipense” e “Estanciano” n. 111. Era publicada a relação nominal dos atiradores, a exemplo:

Tiro Sergipense – Resultado do exercício realizado na linha de tiro, domingo, 11 do corrente com fuzil *Mauser*, distancia de 200 metros.  
 Zacharias Doria 5....2....4....0....3 .18  
 Augusto Maynard 2....0....4....4....4 .18  
 Milton Régis 0....4....0....4....3 .14  
 Dr. Rodrgues Dória 1....1....1....5....0 .12  
 Emygdio Santos 0....0....4....1....0 .7  
 Capitão Aarão 0....4....0....0....0 .5  
 Affonso Gomes 1....0....0....1....0 .4  
 Alvaro Mendonça 2....0....0....0....3 .3  
 Isaac Lima 0....0....0....2....0 .3  
 Octávio Costa 2....0....0....1....0 .2  
 Arthur Sant’Anna 0....0....0....0....0 .0  
 João Rocha 0....0....0....0....0 .0 (*O Estado de Sergipe*, 1911)

O Professor José de Alencar Cardoso, Zezinho Cardoso, como era mais conhecido, sintonizado com a política da dita modernização do Exército, foi um incentivador da criação

<sup>34</sup> Fundada em 1906, incentivou a criação de outras Sociedades de Tiro espalhadas pelo país. “A Confederação arcava com parte dos custos das Sociedades de Tiro, enquanto seus associados colaboravam com a sua manutenção e tinham o benefício de prestarem apenas metade do tempo no Serviço Militar obrigatório. Tal parceria mostrou-se muito proveitosa para o Exército, que passava a contar com efetivos de reserva na hipótese de emergência de um conflito” (Revista *Verde Oliva*, 2016, Ano XLIII, n.234, p.30).

<sup>35</sup> Na primeira página das edições de 4 e 15 de fevereiro, 1 e 5 de abril de 1911, o jornal *O Estado de Sergipe* divulgava os resultados dos exercícios de linha de tiro, destacando a pontuação obtida e a classificação, respectiva.

<sup>36</sup> O jornal *A Razão* foi utilizado na tese de COSTA (2017), analisando os conceitos de “civilização, modernidade e educação” que circularam no século XIX.

do Tiro de Guerra de Estância<sup>37</sup>, em 1910. Não só incentivou como se prestou a ser instrutor de “aulas de manejo de armas para o destacamento policial de Estância e pessoas interessadas, aos domingos à tarde” (*A RAZÃO*, 1910).

A Inspetoria de Tiro de Guerra e Instrução Militar da 6ª Região Militar era responsável por enviar os materiais para funcionamento das EIPM. Quando algum inspetor deixava de pedir armamento ou mesmo não dava importância para o desenvolvimento da função de instrutor, era advertido.

Com o lema “O Brasil confia em vosso patriotismo! Vinde atirar!”, a Inspetoria Regional do Tiro de Guerra visava conseguir maior número de sócios. Os Tiros de Guerra eram tidos como fonte produtora de reservistas aptos para serem mobilizados e, por isso, merecem o apoio e o respeito de autoridades civis, militares das instâncias: federal, estadual e municipal. Com seu caráter cívico-militar “se destina a propagar a instrução militar no meio civil” (CEMAS, Ref. 23FASS05, Cx 102).

A instrução militar oferecida no Tiro de Guerra se aproxima das práticas desenvolvidas no interior da escola, mas dela se diferencia pela própria natureza do espaço escolar e de sua cultura. Já o perfil dos instrutores era semelhante, uma vez que também nas escolas civis eram militares os responsáveis pelas práticas de IPM, conforme demonstrado. Associado a isso tem o fato de que na escola, ela se configurou como uma disciplina escolar. Corroboro com o entendimento de Chervel (1990), quando afirma

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação das massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas também na história cultural (CHERVEL, 1990, p.184).

No âmbito das grandes finalidades, o elemento preponderante era o da defesa nacional. A sistematização do ensino passava pelo envio de regulamentos dos TG, bem como as normas da IPM, demarcando uma organização como disciplina escolar.

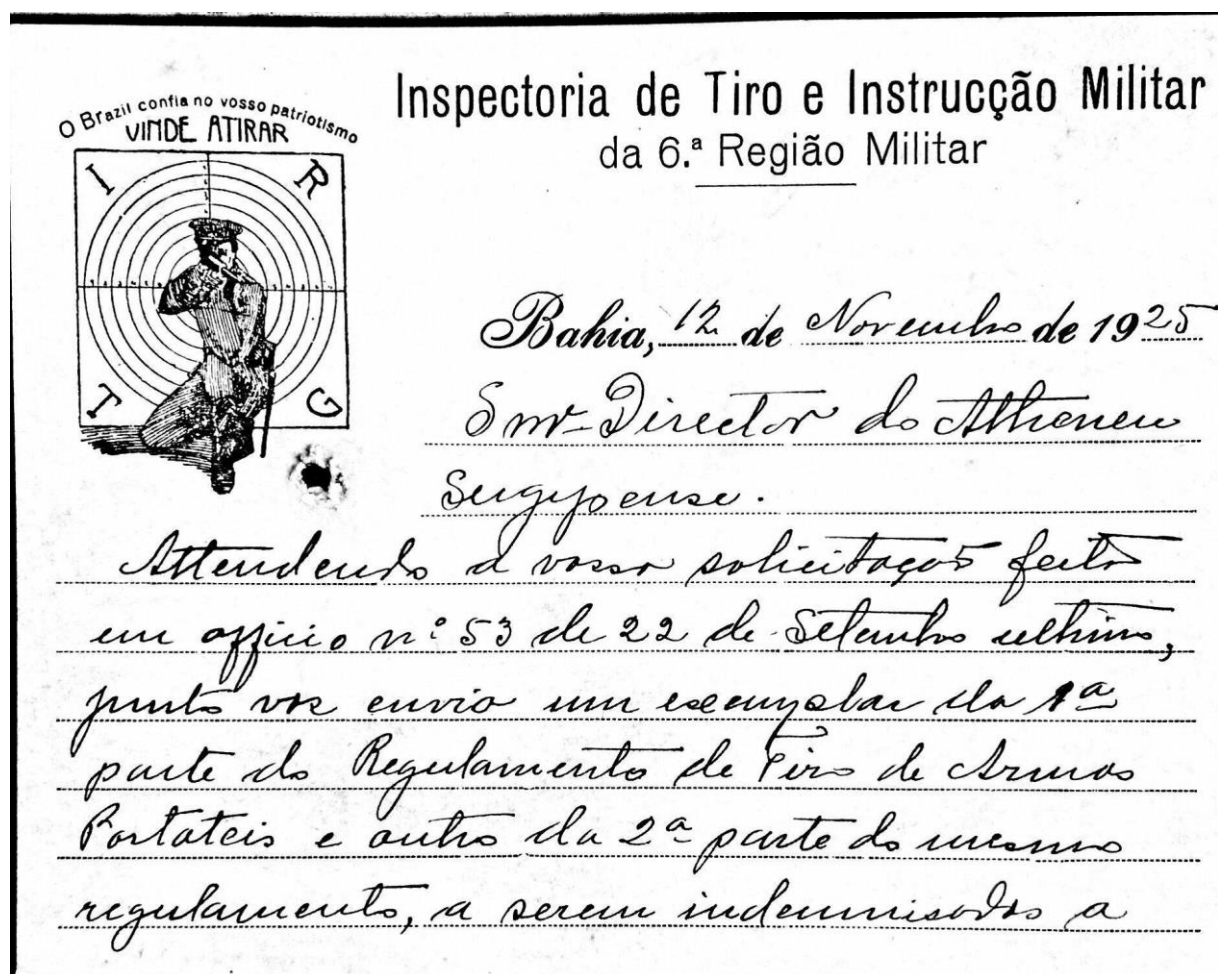
Os indícios da IPM como disciplina escolar podem ser captados, na legislação, na historiografia educacional e nos regulamentos. A título de exemplo, em novembro de 1925, foi enviada ao Atheneu Sergipense a primeira parte do Regulamento de Tiro de armas portáteis, impressa. A sede da Inspetoria Regional de Tiro da 6ª região Militar, localizada em

---

<sup>37</sup> Os resultados dos exercícios de linha de tiro eram notificados no jornal, destacando a pontuação obtida e a classificação, respectivamente. Nas edições de 13 de agosto, 3 de setembro e 24 de setembro de 1911, do jornal *A Razão*, era reservado um espaço de destaque na primeira página.

Salvador, dependia das remessas vindas da cidade do Rio de Janeiro para suprir as necessidades de armamento e outros materiais nos demais Estados (CEMAS, Ref: 12FASS05, Cx 137).

FIGURA 2 – COMUNICADO DE ENVIO DE REGULAMENTO DE TIRO AO  
ATHENEU SERGIPENSE 1925



Fonte: CEMAS, Ref: 12FASS05, Cx. 137.

Era constante a preocupação dos instrutores do TG com a frequência dos alunos às atividades de Instrução Pré-Militar. Em 1925 o instrutor do Colégio Atheneu Sergipense notificou ao Inspetor Regional de Tiro que havia baixíssima frequência dos alunos nas atividades de instrução militar preparatória. O Inspetor ao se dirigir à direção da escola se reportou ao regulamento que baixou o Decreto n. 16.013, de 20 de abril de 1923. Destacou a obrigatoriedade da presença dos alunos e pediu providências para tal problema, uma vez que os estabelecimentos “em gozo da equiparação” deveriam cumprir o que estava acordado na

legislação desde 1908, quando da implantação da Lei do Serviço Militar (CEMAS, ofício n. 260, 13 de gosto de 1923, Ref: 12FASS05, Cx. 137).

Os Tiros de Guerra mantinham a comunicação com o Atheneu Sergipense. Em 1940, por exemplo, o secretário do Tiro de Guerra 111 apresentou o Conselho Deliberativo do referido TG, a sua comissão fiscal e os suplentes para o exercício naquele ano. O prefeito da época, Godofredo Diniz Gonçalves era o presidente de honra. O Conselho Deliberativo era composto pelo presidente, Prof. Napoleão Agélio de Oliveira Dórea; vice-presidente, Dr. Nelson Tavares da Mota; Tesoureiro, professor Cornélio da Silva Monteiro; secretário, Prof. José Barreto Fontes e o instrutor, sargento José Alves de Oliveira. Já o conselho fiscal era constituído por: Prof. Manoel José dos Santos Melo, Prof. Francisco Portugal e Durval Vila Mainart. Eram suplentes os professores: Acrísio Cruz, Elias M. Reis e João de Araújo Monteiro (CEMAS, Ref. 54FASS05, Cx. 137).

A Diretoria Regional do Tiro de Guerra obrigava a realização anual de dois concursos de tiro e um campeonato que deveriam ser realizados em um domingo do mês de maio, nas sedes dos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, entre os seus sócios ou alunos maiores de 16 anos. Em um domingo do mês de setembro seria realizado nas sedes das Regiões e Circunscrição militares, entre os três melhores atiradores de fuzil de cada Tiro de Guerra e Escola de Instrução Militar. Em um domingo de novembro o evento seria na capital da República, entre os novos atiradores selecionados (um de cada região e circunscrição militares) e delegações do corpo de tropa Armada ou do Exército e forças estaduais.

Os concursos de tiros representavam a coroação dos instrutores da E.I.M.P, uma vez que eram realizados anualmente na Capital da República, depois das seletivas locais e regionais. A diretoria da 6ª região militar organizava o concurso, dedicando prêmios para os três melhores classificados. Evidentemente que o objetivo de estimular o gosto pelo tiro ao alvo tinha sustentação no ideário da nação em armas<sup>38</sup>.

Em ofício circular de setembro de 1928, o então coronel inspetor Jeremias Froes Nunes afirma que havia uma pequena concorrência a aqueles concursos e campeonato por parte dos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar, não obstante o fornecimento de munições, passagens, alimentação, medalhas e prêmios pelo governo. Diante de tal cenário, o coronel resolveu organizar as instruções que dariam base para os concursos e campeonato (CEMAS, Ref. 20FASS05, cx. 137).

---

<sup>38</sup> Sobre esse tema consultar: HAYES (1991).

O concurso de maio nas sedes dos Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar era constituído de duas provas, ambas de 200 metros de distância, sendo a primeira prova realizada com dois carregadores em posição de atirador deitado, arma livre sem uma limitação de tempo. Já a segunda seria contra alvo figurativo de joelho modelo regulamentar, com um carregador, no tempo máximo de 10 segundos, em posição à escolha do atirador. Seriam concedidos 3 tiros de ensaio a cada concorrente, antes da primeira prova, sendo feitos os devidos registros dos resultados. As especificações de cada prova eram descritas em ata e após todo o processo seletivo era escolhido o primeiro classificado para representar o Tiro de Guerra ou Escola de Instrução Militar na Capital da República, sendo as despesas de transporte e hospedagem por conta da Diretoria Regional do Tiro de Guerra.

O tiro ao alvo era entendido naquele momento como o principal meio de defesa da pátria e, portanto, deveria ser estimulado. Aquela seria uma prática útil de aprendizagem para a defesa da pátria.

Ao término das obrigações com a instrução militar, o comandante do 28º BC enviava as cadernetas militares dos alunos da escola, informando os que foram aprovados nos exames realizados em novembro e que passavam a ser considerados reservistas de 2ª categoria<sup>39</sup> e que se encontravam relacionados àquele Batalhão, conforme Boletim Regional n. 36 de 1928. Havia um cuidado de se fazer o registro dos alunos aprovados na instrução militar daquele Batalhão para que quando solicitassem o documento comprobatório de cumprimento das obrigações militares, o comandante dispusesse em seu Boletim das notas de aproveitamento nas instruções.

A Inspetoria de Tiro e Instrução Militar da 6ª Região Militar em ofício do dia 17 de dezembro de 1925 informou ao diretor do Atheneu Sergipense que a instrução militar seria mantida com qualquer número de aluno, pelo fato do colégio ser equiparado e, portanto, com direito a instrução obrigatória. Lembrou ainda que ao iniciar o novo ano letivo deveria ser feito o pedido do respectivo armamento, respeitando o prazo para efetuar tal pedido (CEMAS, FASS05, 16, Cx. 137).

As cargas de armamentos eram remetidas para a escola por meio de navios. Em ofício de 25 de outubro de 1926, o chefe do Serviço de Intendência regional da VI Região Militar, enviou ao Diretor do Atheneu Pedro II uma caixa com armamento bélico levado pelo vapor “Comandante Vasconcellos” da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro.

---

<sup>39</sup> Os reservistas de 2ª categoria seriam os jovens que recebiam certificados por terem realizado o período básico (ou não qualificado) do serviço militar.

A partir de 1921 era muito comum ser cobrado da direção do Colégio os materiais que, por algum motivo fossem extraviados. Em ofício de 1º de abril de 1922, foi notificada a falta de 11 bandoleiras Comblain, 4 guarda-fechos e 23 tarugos (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx).

A Inspetoria Regional do Tiro de Guerra em convite enviado ao diretor do Atheneu Sergipense, Alcebíades Paes solicitava que fossem enviados os nomes de cinco atiradores da escola para participar do concurso de tiro ao alvo a ser realizado em setembro de 1923. O diretor da escola informou que seria impossível, visto que não havia no estabelecimento de ensino “atirador com condições de concorrer em tal certame”. O inspetor enviava anexo o programa e as instruções para os atiradores.

Desse modo, os significados da IPM e os seus destinatários revelaram como a história dessa disciplina está entrelaçada com os diferentes projetos de nação empreendidos no período e 1909 a 1946, especificamente.

### 3 AS PRÁTICAS DOS INSTRUTORES MILITARES NO ATHENEU SERGIPENSE

É com pesar que venho, particularmente, cientificar-vos de algumas ocorrências havidas na E.I.M., que instruo. Logo que assumi o cargo de instructor, fiz uma preleção á turma, em vista de achá-la muito fora do militarismo e, para ser mais claro, senti-me triste de ver a promiscuidade reinante. Tal preleção causou uma desagradável impressão aos maus elementos, os quais, em represália ao instructor, buscavam oportunidade de vingança indo encontrá-la na primeira instrução teórica que ministrei (Relatório do instructor Obed Dias de Oliveira, 1933)

O relatório do instructor emitido aos seus superiores coloca em evidência que o ensino de IPM nem sempre era feito de forma amistosa e que os alunos também encontravam meios para se posicionar frente às questões da militarização na escola. A primeira notificação das “grosserias” dirigidas ao instructor foi feita ao diretor do Atheneu Sergipense que não tomou as providências necessárias para cessar ou minimizar os problemas, conforme descreve o relatório. Para o instructor Obed Dias de Oliveira o fato de ter sido insultado pelo aluno Jaguanharo Passos “rodeado de um pequeno grupo” na sala do diretor da escola já exigia atitude enérgica dos responsáveis. Para evitar maiores problemas o instructor pediu, em sigilo, transferência da E.I.P.M n. 160 a partir daqueles episódios. O pedido foi negado e ele permaneceu com a turma durante todo o ano de 1933, conforme revelam os ofícios consultados (CEMAS, 17FASS05, Cx. 137).

O trabalho desenvolvido pelos instrutores militares no Atheneu Sergipense, captado, pelas representações nos documentos analisados leva a compreender que o objetivo da IPM era tornar as atividades do quartel mais próximas dos jovens, garantindo mais intensidade a partir dos anos 1930. Os princípios militares de ordem e disciplina eram fortalecidos através da participação em eventos como desfiles cívicos e concursos de tiros, para estimular os jovens a compor os quadros do exército. Era preciso instituir a doutrina do exército nas famílias sergipanas. É importante notar que os alunos precisavam se apresentar de forma impecável nos eventos, dessa forma se revelava o zelo e o compromisso do instructor da escola de Instrução Pré-Militar n. 160, anexa ao Atheneu Sergipense.

O Exército brasileiro e a implantação do regime republicano têm sido temas geradores de muitas pesquisas, especialmente no âmbito das ciências sociais, da história e da formação política. O incentivo que deram os militares à educação cívica, pautada na mentalidade positivista, dava a eles a condição de “legítimos representantes do Estado brasileiro”. afirma



que “o soldado foi apresentado e enaltecido como modelo de cidadão por sua finalidade à pátria e seu compromisso na defesa da ordem constitucional” (AZZI, 2008, p.286).

### 3.1 FORMAÇÃO E DEVERES DOS INSTRUTORES MILITARES NA ESCOLA

Na condição de oficiais do Exército<sup>40</sup> na unidade de Sergipe, os instrutores designados às EIPM ou CIP como eram conhecidos precisavam zelar pela disciplina e pelo cumprimento do R.D.E - Regulamento Disciplinar do Exército e do R.I.S.G - Regulamento para Instrução e Serviços Gerais R.I.S.G no interior das escolas. Isso talvez explique as situações de desconforto relatadas pelos instrutores do Atheneu Sergipense que julgavam a desobediência dos alunos como atitudes “insultosas” ou mesmo de desrespeito.

As atividades dos instrutores militares eram reguladas pelo Exército, visto que as instruções eram prestadas por tenentes e sargentos, designados pelo comando da 6ª região militar. Na Lei do Ensino Militar de 1908, eram descritas como obrigações dos instrutores, os seguintes aspectos:

Art. 175. Ao instructor cumpre:

§ 1º Dar a instrução militar nos dias e horas designados no programma do instituto de ensino.

§ 2º Seguir uma progressão racional e methodica nos exercicios das diversas categorias de alumnos que frequentarem as aulas de tiro e evoluções e que, a seu criterio, melhor convenha para o exito final do conjunto.

§ 3º Encarregar-se da linha de tiro existente na localidade, quando ella não tenha encarregado proprio.

§ 4º Registrar depois de cada exercicio em um livro rubricado pelo director do estabelecimento de instrução as occurrencias havidas e os nomes dos alumnos que faltaram.

§ 5º Requisitar do commandante da força do exercito activo na localidade, ou na mais proxima, a munição necessaria para os exercicios de tiro.

§ 6º Requisitar do mesmo commandante uma praça para cuidar do armamento a cargo do estabelecimento de instrução e artigo precisos para a limpeza e conservação.

§ 7º Requisitar do inspector permanente um aspirante a official para auxiliá-lo quando o numero de alumnos obrigados ao ensino militar for superior a 30.

§ 8º Communicar ao registro militar da região de alistamento os nomes dos alumnos que concluíram os respectivos cursos e receberam cardenetes,

---

<sup>40</sup> O exército é uma instituição nacional destinada à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. Sua organização baseia-se no serviço militar obrigatório e pessoal, e na identidade da constituição das forças em tempos de paz com a que deve ter no caso de guerra (Revista Pedagógica, 1917). O exército compreende o comando e as forças. O comando compete ao Presidente da República ou a quem este designar no caso de guerra ou comoção interna, cabendo-lhe igualmente administrar e distribuir as forças de acordo com as leis e necessidades nacionais. Além deste mais alto comando ou comando em chefe, o exército tem o comando hierárquico, conferido a cada um dos postos da hierarquia militar. São órgãos do alto comando: O Ministério da Guerra, o estado Maior do Exército, as Inspetorias Militares e os grandes comandos (Revista Pedagógica, 1917).

declarando, em relação a cada um, o nome, filiação, ano de nascimento, naturalidade e município em que residir (BRASIL, 1908).

O sargento instrutor precisava apresentar a exame uma turma com o mínimo de 40% de aproveitamento, sob pena de ser punido. A punição só não recairia sobre ele se o motivo que o obrigou a isso tenha sido independente de sua vontade e “como o senhor diretor pode deduzir, continuando os alunos a faltarem às instruções, deixando de cumprir as ordens necessárias para o bom funcionamento deste C.I, não me será possível apresentar a exame uma turma que satisfaça os requisitos regulamentares” (CEMAS, ofício n. 19, de 25 de setembro de 1939, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

Os instrutores militares eram os responsáveis pedagógicos pelo ensino da instrução militar obrigatória dos jovens. No decurso de 1909 a 1946 os tipos de atividades foram se modificando, procurando atender aos regulamentos do Exército. Somente entre os anos de 1940 e 1945 é que foram produzidos os manuais de Instrução Pré-Militar para facilitar o trabalho dos instrutores. A última seção dessa tese é dedicada a apresentar dois importantes manuais da IPM, o de Moacyr Fayão de Abreu Gomes e o do Pe. Avelino Canazza, que contribuíram para a organização dos conteúdos próprios da Instrução militar obrigatória.

Cabia a cada instrutor militar solicitar ao diretor da escola o seu material de trabalho para que as atividades práticas e teóricas fossem bem desenvolvidas. Além disso, costumavam pedir material de consumo para uso administrativo, como por exemplo: envelopes, papel ofício timbrado para correspondências, pena e tinta. Os pedidos de tais materiais eram muito frequentes no Atheneu Sergipense, visto que os instrutores trocavam muitas correspondências com a direção daquele estabelecimento escolar. Além de solicitar materiais para o trabalho era comum a emissão de relatórios, registrando o desempenho dos alunos ou mesmo notificando ocorrências que classificavam como “insultos” aos princípios do Exército.

As atividades desenvolvidas pelos instrutores exigiam preparo físico dos alunos e, considerando a intensidade, os instrutores seguiam a regra de pedir um atestado de aptidão física a um médico que ficava encarregado da Escola de Instrução Pré-Militar, atendendo ao regulamento da instrução. Cabia àquele profissional de saúde realizar os exames e classificar os alunos que estariam aptos aos exercícios prescritos para a Instrução Pré-Militar. Também pediam que os responsáveis pela instituição escolar fornecessem a relação de alunos com idade de 16 anos, matriculados nos diversos cursos, contendo basicamente: nome por extenso, data de nascimento, naturalidade (estado e município), filiação.

Os exames físicos realizados por um médico era condição para participar das instruções militares. Assim, os instrutores solicitavam providências dos diretores para que

mandassem os alunos cumprirem tal exigência. Em abril de 1939, o instrutor Altivo Murat de Abreu informou que os alunos: André Cavalcanti Albuquerque, Djalma Barbosa Lima, Djalma Meneses Sucupira Filho, Florival Ramos de Souza, Gilberto de Moraes Mota, Jeferson Vieira de Souza, José Fernandes de Vasconcellos, José Raimundo de Faro Melo, Paulo Rodrigues Vieira e Ronaldo Guimarães Fernandes não haviam se apresentado para o exame médico, o que deveria ser logo corrigido, especialmente porque naquele momento havia também o problema de baixa frequência nas aulas de instrução militar, dificultando, segundo o instrutor “a boa marcha”, por isso, pediu providências ao então diretor do Atheneu Sergipense (CEMAS, ofício n. 13, de 25 de abril de 1939, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

As exigências dos regulamentos da instrução, por vezes, viam-se enfraquecidas, especialmente quando se refere à frequência dos alunos. No ano de 1939, foi muito recorrente a notificação de que a participação dos alunos nas aulas de instrução era muito baixa e insignificante “[...] que muitas vezes, tem que ser modificada, em vista do número de alunos não corresponder ao necessário para a execução do constante no programa elaborado pela Inspetoria dos Tiros de Guerra da 6ª Região Militar” (CEMAS, ofício n. 25 de 10 de junho de 1939, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

O instrutor Altivo Murat de Abreu também deixava claro o seu esforço em fazer despertar nos jovens o gosto pelas aulas de “educação física e de tiro”, mas notava que havia certa ojeriza dos alunos para participar das atividades na E.I.P.M n. 160. Destacava que os alunos que não participavam das aulas estavam desrespeitando as normas e regulamentos e, portanto, deveriam ser punidos, apelando para o senso de justiça do diretor da escola. O mesmo instrutor apresentou desconfiança da veracidade das justificativas de faltas apresentadas por um grupo de alunos e exigiu providências, no sentido de que fossem punidos os que deixaram de cumprir as ordens estabelecidas nos regulamentos em vigor. Os alunos foram: Álvaro Alves dos Santos, Carlos Sobral da Silveira, Edmundo Gomes da Rocha. Evaldo Alcides Ferreira, Francisco Muniz Machado, Francisco Cabral de Andrade, Giliath Passos de Jesus, Teninson Lemos e Valfredo Cardoso Freire. Altivo Murat de Abreu não julgou plausível nenhuma das justificativas dadas por eles.

Caberia o acompanhamento da evolução do aluno nas aulas e também o trato com as informações da vida dos alunos que concluíram os cursos, principalmente, deveriam preparar

as cadernetas militares<sup>41</sup>, especificando além dos dados de identificação do candidato, a reservista, o aproveitamento dos alunos nas atividades teóricas e práticas.

Ocupar a função de instrutor militar de uma escola como Atheneu Sergipense era gratificante, afinal, tratava-se de uma instituição de ensino secundário de muito renome no Estado de Sergipe pelos serviços prestados. Assim, os instrutores que ministraram aulas naquela escola procuravam zelar e se desdobravam para bem instruir os alunos.

No quadro a seguir é apresentada uma relação de instrutores que prestaram serviços no Atheneu Sergipense e, por vezes, também no Colégio Tobias Barreto, concomitantemente.

**QUADRO 1 – INSTRUTORES MILITARES DO ATHENEU SERGIPENSE  
(1909-1946)**

Ano	Nome do instrutor militar	Observações
1909	Antonio Freire do Nascimento	Primeiro tenente designado a instrutor do Atheneu Sergipense em 27 de março de 1909.
	Manoel de Andrade Mello	Primeiro Tenente
1910	Augusto Maynard Gomes	Iniciou as atividades em maio de 1910. Era aspirante à oficial da 6ª Companhia de Caçadores em Aracaju.
1917	Misael Mendonça	Segundo Tenente. Estava responsável também pela instrução no Colégio Tobias Barreto.
1918	Gladston de Aguiar Mendonça	Primeiro Sargento
1920	Manoel Messias de Mendonça	Primeiro Sargento.
1922	Josué de Carvalho Cunha	Segundo Sargento.
	José Amaro dos Santos	Primeiro Sargento.
1923	Eutynio Silva	Primeiro Sargento.
	José Fontes Brandão	Segundo Sargento.
1925	José Fontes Brandão	Prestava instruções militares também no Colégio Tobias Barreto. Foi exonerado.
	Severino Dourado de Andrade	Assumiu em setembro de 1925 as atividades do Atheneu e também do Colégio Tobias Barreto, após exoneração de seu antecessor.
1926	José de Almeida Araújo	Assumiu no mês de abril, substituindo Severino Dourado, que fora promovido a Segundo Tenente.
	Aristóteles Vianna da Silva	Em julho de 1926, substituiu José de Almeida Araújo que foi excluído do 28º Batalhão de Caçadores por incapacidade física.
1927	Aristóteles Vianna da Silva	Terceiro Sargento
1929	Aristóteles Viana da Silva	Terceiro Sargento
	José Moraes de Almeida	Segundo Sargento. Assumiu em dezembro, substituindo Aristóteles Vianna da Silva.
1930	José Moraes de Almeida	Exonerado do cargo de instrutor das E.I.P.M dos colégios Tobias Barreto e Atheneu Sergipense.
	Manoel Dias dos Santos	Assumiu em dezembro após a exoneração do cargo de instrutor de José Moraes de Almeida.

<sup>41</sup> Não foram localizadas no CEMAS cadernetas militares no período que compreende essa pesquisa, mas há muitos ofícios emitidos pelos diretores do Atheneu Sergipense que informam o envio das cadernetas ao 28º BC, onde as carteiras de reservista seriam retiradas, depois de comprovada a participação e aprovação na E.I.P.M.

	Archibaldo de Mello Campbell Filho	Segundo Sargento. Substituiu Manoel Dias dos Santos, a partir de setembro, por motivo de doença.
1931	José Ferreira Brabo	Terceiro Sargento
1933	Obed Dias de Oliveira	Primeiro Sargento
1934	José Carlos Pilard de Barros	Terceiro Sargento.
	Luiz de Aguiar Freire	Terceiro Sargento. Assumiu em lugar de José Carlos Pilard de Barros que foi exonerado do cargo.
1935	Altino Murat de Abreu	Primeiro Sargento
	Francisco Barreto de Menezes	Segundo Sargento
1936	José Alves de Oliveira	Terceiro Sargento
	José Marques da Silva	----
1937	José Marques da Silva	----
	Altivo Murat de Abreu	Primeiro Sargento
1938	Altivo Murat de Abreu	Primeiro Sargento
1946	Manuel .... (ilegível)	Primeiro Sargento

Fonte: Elaborado a partir das fontes localizadas, especialmente ofícios enviados aos diretores do Atheneu Sergipense.

Através do quadro 1 é possível perceber que entre 1909 e 1910 trabalharam como instrutores três oficiais. No que pese não terem sido localizadas as listas de alunos daqueles dois primeiros anos de funcionamento da IPM nas escolas, Vidal (2009), ao analisar o jornal estudantil *O Necdalus* nos permite entender que havia alunos matriculados, pois, ao analisar o mencionado jornal nos diz que

(...) os exercícios de tiro ao alvo, realizados pelos estudantes do Atheneu Sergipense nas aulas de ‘Nomenclatura d’Arma’, as quais segundo informações do próprio jornal, eram ministradas no depósito de artigos bélicos. De acordo com as matérias publicadas sobre as sessões de tiro ao alvo, percebemos que esses alunos tinham além das lições militares que serviam para aprender o manejo com as armas, o desígnio de enaltecer o sentimento patriótico por seus mestres (VIDAL, 2009, p.56).

Corroborando com Horta (2012), entendo que o projeto da Instrução Pré-Militar ganhou mais força e se solidificou a partir de 1916, quando Olavo Bilac se empenhou a viajar pelo país pregando e defendendo a ideia de que era preciso cuidar de defesa nacional e a IPM seria um importante instrumento de preparo da juventude, conforme mostrado na segunda seção desta tese.

A partir de 1917 as aulas de IPM se intensificaram e muitos foram os instrutores<sup>42</sup> que passaram pelo Atheneu Sergipense. O terceiro sargento Aristóteles Viana de Silva esteve no

<sup>42</sup> A “nova história militar brasileira”, conforme Castro, Izecksohn e Kraay (2004) nos permite ampliar o olhar para as forças armadas, procurando entender outros elementos que aproxima a história militar a outros campos, como o educacional, por exemplo, buscando entender o cotidiano de oficiais e soldados inseridos no grande projeto que é o do Exército brasileiro, cujo lema “braços fortes, mãos amigas” quer deixar claro que é uma instituição com a qual os brasileiros podem contar, quer seja por terra, água ou pelo ar. Em pesquisas futuras, buscar as biografias e outros trabalhos desenvolvidos pelos instrutores que tiveram passagem pelo Atheneu

comando das instruções militares nos anos de 1926, 1927 e 1929. Assumiu as funções em lugar de José de Almeida Araújo, que foi excluído do 28º BC. Altivo Murat de Abreu também instruiu os jovens alunos do Atheneu Sergipense por um período longo, assumindo a função em 1935, 1937 e 1938.

É importante notar que o instrutor era sempre alguém com a patente de primeiro tenente a terceiro sargento. Alguns dos instrutores acumularam as práticas de IPM no Atheneu Sergipense e no colégio Tobias Barreto. Foi o caso de Misael Mendonça (1917), José Fontes Brandão (1925), Severino Dourado de Andrade (1925) e José Moraes de Almeida (1930).

Os motivos que levavam os instrutores a deixarem o cargo era exoneração, problemas de saúde, exclusão do 28 BC por incapacidade física. Foi possível observar nas fontes analisadas que havia muita rotatividade de instrutores no Atheneu Sergipense e que no período de um ano letivo era comum ter dois ou três profissionais, assumindo as atividades próprias da IPM. Além disso, havia os casos de acúmulo das atividades por parte de alguns instrutores que ficavam responsáveis pelos alunos do Atheneu Sergipense e do Colégio Tobias Barreto no mesmo período.

### 3.2 OS INSTRUTORES E AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Os instrutores militares estavam vinculados aos órgãos do Exército e não diretamente ao Atheneu Sergipense. Assim, em um primeiro momento respondiam ao comando da VI Região Militar localizada em Maceió e que depois passou a ser em Salvador.

Ao setor de Inspeção Permanente da VI região Militar cabia a tarefa de acompanhar e inspecionar o trabalho nas escolas. Em 1910 o general de brigada José Gostinho Marques Porto, na companhia do capitão médico Dr. Manoel Secundino de Sá e do primeiro tenente ajudante de ordem, Augusto de Araújo Dória realizou inspeção no Atheneu. Ao término de suas atividades de fiscalização foi acompanhado por um grupo de alunos que em “formatura de guarda de honra prestaram as devidas continências” ao regressar no vapor Jequitinhonha para a sede da inspeção em Maceió – AL (CEMAS, Ref. 16 FASS05, cx.102).

O serviço de inspeção e administração militar era feito por um representante da 6ª Região Militar, seguindo o que era determinado pelo regulamento das inspeções permanentes. Após terminados os trabalhos por parte dos inspetores, caberia à direção da escola enviar os

---

Sergipense trará uma boa contribuição à área de história da educação, visto que o papel desempenhado por eles era muito significativo, pois colaboravam para a formação dos jovens que seguiriam ou não carreira militar, mediante a condução das atividades realizadas na escola. A investigação também permitirá entender as razões pelas quais havia tanta rotatividade entre os instrutores.

alunos em formatura de guarda de honra para se despedir no local de embarque dos avaliadores, prestando as devidas continências ao general (CEMAS, FASS05, 16, Cx. 102)

Os instrutores registravam as ocorrências em primeira instância ao diretor da escola, que se não tomasse nenhuma providência um relatório seria enviado ao comandante do 28º BC. O caso do instrutor Obed Dias de Oliveira é revelador de muitas resistências por parte dos alunos que aos olhos do instrutor, o comportamento de “desrespeito” era grande. Obed Dias de Oliveira, 1º sargento instrutor, enviou correspondência em 09 de outubro de 1933 ao diretor do Atheneu Sergipense comunicando atitude “insultosa” de alguns alunos, o que ele chama de desrespeito aos princípios de disciplina do Exército. Solicita que o diretor com sua “energia administrativa” arrume uma forma de punir os seguintes alunos: Edgar Siqueira, Jaguanharo Passos, Francisco Assis da Fonseca Dorea e Lauro Barreto Fontes. Alegou que os estudantes se portaram de forma inconveniente quando ele ministrava instrução a candidatos a reservista. Diz que o aluno Edgar Siqueira “ficou todo o tempo” a insultá-lo, contrariando os princípios do Exército (CEMAS, ofícios da região militar, Ref. 210 FASS10, s/Cx.).

Em 28 de outubro de 1936 o Comandante da Polícia Militar do estado de Sergipe, Rivaldo Jardim de Brito, enviou correspondência ao então diretor do Atheneu Sergipense, informando ocorrência e solicitando providências. Avisou que o capitão João Ribeiro Machado Filho que dirigia o curso de candidato a sargentos comunicou-lhe uma ocorrência e transcreveu no ofício o seguinte trecho:

hoje por ocasião do 1º tempo de instrução, o 1º sargento monitor ministrando ‘Ordem Unida’, quando passava com os alunos pela Av. Ivo do Prado, entre as ruas Estância e Boquim, três (3) civis (um dos quaes estudante e filho do Professor Franco Freire), que banhavam-se no mar, dirigiram palavras obscenas e desaroisas à esta corporação, em voz alta, resultando que o referido sargento tomasse a atitude que tomou prendendo-os à ordem do Exmº snr. Dr. Chefe de Polícia, remetendo-os em seguida para o quartel da Guarda Civil, escoltados. Considerando que entre os civis responsáveis pelo facto em apreço se encontrava um que fora identificado como sendo aluno desse estabelecimento, é que levo o caso à vossa apreciação solicitando as devidas providências afim de evitar, futuramente, consequências mais desagradáveis (CEMAS, ofícios da região militar, Ref. 61 FASS05, s/Cx.)

Altivo Murat de Abreu 1º Sargento instrutor da Escola de Instrução Pré-Militar do Atheneu Sergipense também informou no ano de 1937 que havia resistência de alguns alunos em aceitar a autoridade dos instrutores. Levou ao conhecimento do diretor do Atheneu Sergipense que o aluno Herófilo de Araujo Aragão portou-se de forma “altamente inconveniente” em uma aula de teoria realizada no dia 23 de outubro daquele mesmo ano. A

forma encontrada para punir o estudante foi atribuindo-lhe falta como castigo, objetivando que ele repensasse o proceder. Mas pareceu ao instrutor que a punição não surtiu muito efeito, uma vez que três dias depois, em 26 de outubro pela manhã, ao fazer exame morfofisiológico dos alunos, o mesmo rapaz tornou a agir de modo desrespeitoso. Para o instrutor estava claro que se tratava de desobedecer e contestar a sua autoridade. Dessa feita, a medida punitiva adotada foi pedir que “o referido aluno se retirasse do recinto”. O instrutor descreve que o rapaz até saiu do espaço, mas o fez com “respostas inadequadas, patenteando o seu intuito de menosprezar a minha pessoa, pelo que, solicito as providências acertadas” (CEMAS, Ref. 210 FASS10, s/Cx.)

Mas as relações mantidas entre os diretores do Atheneu Sergipense e os instrutores militares eram reforçadas por meio dos lembretes de que a cada ano caberia à direção informar os nomes dos alunos que tinham completado idade certa para receber a instrução militar preparatória. O 2º sargento instrutor Altivo Murat de Abreu, através do ofício nº 7 de 02 de setembro de 1935 endereçado ao diretor do Atheneu Sergipense, escreve: “solicito vossas acertadas providências no sentido de que sejam convidados todos os alunos deste estabelecimento, que completaram 16 anos, até 1º de abril do corrente ano, à minha presença a fim de cumprir uma determinação do Sr. Capitão Inspetor dos Tiros de Guerra e Escola de Instrução militar”. Informa ainda que os alunos que forem reservistas deverão apresentar os documentos comprobatórios (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

Após receber as instruções básicas de ordem unida ou mesmo instrução de tiro, os alunos eram submetidos à sabatina. Em ofício do dia 13 de setembro de 1935, o instrutor Altivo Murat de Abreu destacou os pontos para a sabatina a que seriam submetidos os alunos. Constituído de 33 pontos, estavam divididos em evoluções e flexionamentos. As evoluções eram as marchas em diferentes cadências, em círculos, em serpentina, em espiral e batendo com os pés. Já os flexionamentos estavam distribuídos em trabalhos de braços, pernas, de tronco, combinados, assimétricos e de caixa torácica. O instrutor descreve cada ponto, mostrando o que deve ser feito pelos alunos. (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

Os instrutores cuidavam de enviar para a administração do Atheneu Sergipense a relação nominal dos alunos, discriminando o grau obtido mensalmente. Nas listas continham o nome, a frequência, o aproveitamento e a média do mês em que foi avaliado.

As fontes mostram também que as comunicações oficiais entre a direção do Atheneu Sergipense e os instrutores militares se davam para notificar ocorrências, fazer agradecimentos e convites mas, especialmente, para pedir providências cabíveis ao setor



administrativo da escola, quando havia desobediência aos preceitos militares, o que mostra uma preocupação com a hierarquia escolar.

As faltas eram controladas pelos instrutores e geravam expulsão dos alunos da escola de instrução militar. O instrutor Altivo Murat de Abreu notificou, em 26 de setembro de 1938, a exclusão dos seguintes estudantes: Adelson Nunes Santos, Domar Fidias Sucupira, Hunaldo Pinheiro de Jesus Faro, José Aelio da Silveira Andrade, José de Figueiredo Lins, Luciano França Nabuco, Otávio Gois Coelho, Paulo Rodrigues Vieira, Ubirajara da Costa e Silva, Walter Lopes de Azevedo e Manoel Luiz Dantas. Excetuando-se Domar Fidias Sucupira que obteve o total de 16 faltas, os demais obtiveram um total de 17 faltas, cada um. O instrutor se reportou à Inspetoria de Tiros de Guerra da 6ª Região Militar para atestar que a exclusão estava pautada em ordens superiores e que falta de comparecimento em número elevado em um único mês é motivo de expulsão da Instrução Pré-Militar (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

O funcionamento da Escola de Instrução Pré-Militar n 160, anexa ao Atheneu Sergipense era de segunda a sábado e as instruções recebidas tinham duração de uma hora, aproximadamente. Já as instruções de tiro real deveriam acontecer em dias não úteis e com os devidos armamentos e munições que, geralmente, eram solicitadas pela direção do Colégio ao Ministério da Guerra, ficando a custódia das armas sob a sua responsabilidade.

Francisco Dantas de Menezes 2º sargento instrutor em 24 de abril de 1936 anunciou o início e os horários da instrução por ele ministrada. “Devendo iniciar-se, na próxima 2ª feira, 4 de maio, as instruções desta E.I.M.P, solicito vossas providências no sentido de comparecerem às mesmas todos os alunos matriculados, nos seguintes dias e horas: 3ªs e 5ªs e sábados: das 6,45 às 7,45hs; 2ªs, 4ªs e 6ªs – das 16 às 17hs” (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

No ofício nº 09, de 9 de setembro de 1935, o 2º sargento instrutor Altivo Murat de Abreu comunicou ocorrência ao Sr. Diretor do Atheneu Sergipense, levando ao conhecimento da administração do Colégio que alguns faltaram à formatura no dia 07 de setembro daquele ano. O instrutor enfatiza que “[...] reiteradas ordens foram dadas para que os alunos comparecessem, mas faltaram, sem apresentar justificativa, os alunos: Rinaldo de Oliveira Vasconcelos, Miraldo de Almeida Araujo e Joel Ribeiro da Silveira”.<sup>43</sup> O referido instrutor pede providências para que os alunos sejam punidos “por não terem o devido amor à

---

<sup>43</sup> Como aluno do Atheneu Sergipense, Joel Silveira idealizou e fundou o grêmio Literário Clodomir Silva como “também criou junto a outros sócios, o jornal ‘A Voz do Atheneu’”. Por mais de 50 anos desempenhou a função de repórter e jornalista (RODRIGUES, 2015, p.179).

corporação a que pertencem”. No mesmo documento notifica que os demais alunos que compareceram à formatura “são dignos dos maiores elogios por terem nítida compreensão de amor à pátria e amor consciente à corporação a que pertencem” (CEMAS, ofício n. 9, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

O 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju/SE, em 06 de setembro de 1938, por meio do Major subcomandante Severino José da Costa Júnior, enviou o memorando nº 139 ao professor Joaquim Vieira Sobral, então diretor do Atheneu Sergipense, informando que o Batalhão havia incluído na programação de festejos, a demonstração pública com um desfile de uma Companhia em condições de ir para a guerra “com todos os meios de ataque e defesa”. A demonstração ocorreria na Praça Camerino no dia 07 de setembro de 1938. Enfatizava “será um espetáculo ainda não observado em Aracaju” (CEMAS, Ref. 61 FASS05, s/Cx.).

Das relações entre as instituições do Exército e as escolas percebe-se também que havia a cobrança em torno do material disponibilizado para as atividades na instituição. No ano de 1920 o diretor do Atheneu foi notificado da urgência em restituir a Fazenda Nacional com o valor correspondente a um sabre<sup>44</sup> Comblain<sup>45</sup> que havia sido extraviado na escola. O comandante da 5ª região militar por meio de seu quartel general estabelecia o prazo de 15 dias para o colégio satisfazer a devida indenização. Caso a indenização não fosse realizada seriam aplicadas as punições “a suspensão das regalias de que goza esse Atheneo, independente do processo exigido para o caso” (CEMAS, Ref: 61FASS05, s/Cx.).

No período do Estado Novo, especialmente, imprimiu-se nas instituições uma preocupação com o culto a vultos nacionais e a comemoração de diferentes festas que entrariam para o calendário oficial das escolas. A Parada da Primavera, em comemoração ao dia da árvore – 21 de setembro era um acontecimento importante em Sergipe. Em 1940, quando dirigia o Departamento de Educação do Estado, o professor Arício de Guimarães Fortes, destacava a importância de os alunos menores de 10 anos tomarem parte na festa

---

<sup>44</sup> “Sabre é uma das três armas usadas na esgrima, juntamente com o florete e a espada. O sabre é a mais leve das armas da esgrima, com aproximadamente 500g de peso, o mesmo que um florete. É a arma mais curta das três disponíveis, tendo no máximo 88 cm de comprimento de lâmina e 105 cm de comprimento total. A área válida de ataque no sabre é da cintura para cima, incluindo braços e cabeça, mas excluindo as mãos. O sabre é uma arma de lâmina ligeiramente curvada, de um fio só, com origem na cavalaria oriental e ocidental. O comprimento original da lâmina era o ideal para atingir tanto cavaleiros como infantaria inimiga”. Disponível em: <http://www.academiadaespada.com.br/sabres>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

<sup>45</sup> A Comblain, de origem belga, venceu uma competição para fornecer armas ao Exército Brasileiro, na qual foram testados 12 modelos diferentes. No Brasil, quando foi adotada em 1873, não foi considerada como ideal, gerando uma série de modificações locais. As Comblain continuaram a ser a arma regulamentar da infantaria do Império até 1892. Disponível em: <http://www.armasbrasil.com>. Acesso 18 de novembro de 2017.

cívica. O objetivo de tal evento era o de “despertar na nova geração o verdadeiro culto à árvore” (CEMAS, ofício n. 424, Ref. 54FASS05, Cx. 137).

Na mesma linha de festividades, no ano de 1940 foi realizada a primeira Parada da Juventude e o diretor geral do Departamento de Educação do Estado rendeu muitos elogios aos alunos do Atheneu Sergipense. Realizada no dia 5 de setembro de 1940, os elogios foram direcionados aos alunos e diretor da instituição, destacando a maneira brilhante, patriótica, disciplinar e entusiástica com que se portaram os alunos. Essa foi tida como uma “significativa afirmação de fé à pátria unida e forte” (CEMAS, circular n.3, Ref. 54FASS05, Cx. 137).

O dia da Independência era um momento de comemoração importante, visto que cabia à Escola de Instrução Pré-Militar fazer demonstrações de patriotismo, especialmente por meio de formaturas, hasteamento de bandeiras com as formalidades de estilo, seguidos de atos cívico-militares, permitindo despertar “o entusiasmo crescente” que já se fazia sentir na maior parte das sociedades afiliadas à Diretoria Geral do tiro de Guerra (CEMAS, ofício circular n. 614, Ref. 20FASS05, Cx. 137).

Era comum os representantes da polícia militar de Sergipe e o comandante do 28º Batalhão de Caçadores convidar a direção do Atheneu Sergipense a participar de eventos festivos e alusivos ao Dia da Bandeira. Era sempre um momento para prestigiar os quartéis e mostrar aos alunos a importância de bem se instruir nos valores militares da disciplina e da ordem, bem como cultivar os elementos que simbolizam o Exército Brasileiro.

Em 1940, a diretora da Divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde, Lúcia de Magalhães, inaugurou na Rádio Nacional, no Rio de Janeiro o “Programa ‘Hora da Juventude Brasileira’ destinado a incentivar o estudo de assuntos de caráter nacionalista”. O diretor presidente da Rádio Nacional, Gilberto Andrade solicitou do diretor do Atheneu as impressões sobre o programa que ia ao ar todas as quintas-feiras, às 18h 30min e comunicou sobre o concurso em torno de questões sobre História do Brasil, com distribuição de prêmios.

Os desfiles cívicos da Semana da Pátria também eram bastante enfatizados. Os alunos eram convidados a levar uma pequena bandeira nacional “para maior fulgor das comemorações cívicas da Semana da Pátria e fiel observância das ordens emanadas do eminente chefe da nação” (CEMAS, circular n.2, 23 de agosto de 1940, Ref. 54FASS05, Cx.137).

### 3.3 O PROCESSO FORMATIVO DOS ALUNOS

Os alunos do Atheneu Sergipense, no período aqui estudado estavam submetidos ao rigor da pedagogia militar. Deveriam se atender os ditames e regras impostas pelas normas e regulamentos do Exército.

Não era possível compor os quadros da Instrução Pré-Militar os alunos que por motivo de disposição física não pudessem realizar as tarefas designadas pelo instrutor. Assim, ao médico caberia a tarefa de julgar apto ou não os alunos que passassem por seu gabinete.

No processo formativo, os alunos deveriam cumprir com as exigências militares, a fim de evitarem a exclusão da EIPM. Os estudantes José Fernandes Filho e Floro Bezerra, a pedido do instrutor Severino Dourado de Andrade foram excluídos da EIPM porque deixaram de frequentar o Atheneu Sergipense, em setembro de 1925 (CEMAS, Ref: 12FASS05, Cx. 137).

Era comum que os alunos ao deixarem de estudar na instituição de ensino, fossem também excluídos da E.I.P.M. No ano de 1944 foram matriculados 197 rapazes na Instrução Pré-Militar do Atheneu Sergipense com idades 15 anos e 9 meses de idade e 16 anos completos. Daquele quantitativo foram excluídos por terem deixado os estudos, os seguintes alunos: Francisco Walmir de Figueiredo, Hamilton Leite Mesquita, Jason Barreto Garcia, José Evaldo Resende, José Fausto Nery Filho, José Teles de Menezes, Manoel Alírio Milet, Nelson Martinho de Oliveira, Roberto Santos Costa, Reynaldo Moura de Carvalho e João Carlos Smith.

As cadernetas militares dos atiradores aprovados eram remetidas ao Atheneu Sergipense, visando dar conhecimento aos candidatos que eles passavam à condição de reservistas de 2ª categoria. Em 30 de setembro de 1930 foram considerados reservistas com tal classificação os seguintes alunos: Décio Mendonça, Floro Freire, Francisco de Campos Mello, Guilherme Silveira, Joel Campos Maynard, Álvaro Nascimento Filho, Pedro Vieira de Mattos, José Franklin, Félix Figueiredo, Antonio Almeida, Rivadávia Fontes e Paulo Costa (CEMAS, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

O livro de registro de matrícula no CIP ficava em poder da escola e à Inspeção Regional de Tiro deveria ser enviada a relação de alunos e os respectivos documentos comprobatórios dos matriculados. Na figura 3 é possível perceber a relação de alunos matriculados em 1944, bem como a filiação, naturalidade, a profissão e a idade de cada um dos matriculados no Centro de Instrução Pré-militar.

FIGURA 3 - REGISTRO DE MATRÍCULA CIP 618 – 1944

CIP 618		Sergipe		Sergipe		Sergipe		Sergipe		Sergipe	
Nomes		Filiação		Naturalidade		do		do		do	

meio da altura, da cor, do tipo de barba, do formato da boca e do nariz. Era necessário também anotar o tipo de rosto e, principalmente os sinais peculiares, como por exemplo, as cicatrizes, caso houvesse. É possível observar na relação dos alunos da Instrução Pré-Militar as características físicas que interessavam ao Exército sobre o tipo físico dos alunos, conforme quadro a seguir.

QUADRO 2 – REGISTRO DOS DADOS FÍSICOS DOS ALUNOS DA IPM - 1946<sup>46</sup>

Nome	Filiação/Data de nascimento/naturalidade	Características
Ancelmo Nunes Alves	João Caetano da Cruz e Josefa Nunes Alves. Nascido em 02/04/1932 Riachão/SE	Altura:1,39 Barba: imberbe Boca: pequena Cabelos: ruim Cor: parda Nariz: grosso Profissão: estudante Olhos: castanhos Rosto: comprido Sinais particulares: não tem
Ayrton de Souza Porto	Neverton Porto e Joana Rosa de Sousa. Nascido em 06/08/1930 Aracaju/SE	Altura: 1,61 Barba: imberbe Boca: pequena Cabelos: cast. escuro Cor: parda Nariz: grosso Profissão: estudante Olhos: cast.escuro Rosto: comprido Sinais particulares: uma cicatriz na falange do indicador esquerdo e uma outra na região carpiana direita.
Carlos Antônio das Neves Santos	Antônio Freire dos Santos e Angelina das Neves Santos. Nascido em 02/02/1931 Aracaju/SE	Altura:1,46 Barba: imberbe Boca: regular Cabelos: preto crespo Cor: pardo escuro Nariz: grosso Profissão: estudante Olhos: cast.escuro Rosto: comprido Sinais particulares: não tem

Fonte: CEMAS. Livro de registro, Ref. 505FASS10. O livro contém a relação completa dos alunos.

<sup>46</sup> A turma daquele ano era composta por 230 alunos, conforme livro de registro localizado no CEMAS. O quadro tem finalidade ilustrativa, como uma pequena amostra; o objetivo principal é demonstrar as características dos alunos apontadas pelos instrutores. A partir das anotações é possível lançar alguns questionamentos, o que pode gerar novas pesquisas, especificamente sobre os limites físicos dos alunos, sobre questões étnicas e de classe social.

Para melhor localizar o sentimento que os instrutores militares transmitiam aos jovens alunos do Atheneu Sergipense, recorro ao conceito de “espírito militar” que discute o estudioso Castro (2002), um antropólogo que entrou na caserna para pesquisar mais de perto o cotidiano de aspirantes militares e que tem publicado muitos trabalhos, provocando uma problematização diferente da que tem sido feita na historiografia. Ele defende que é preciso construir uma nova história militar brasileira, considerando que tem sido muito comum tomar os estudos dos militares somente pela via da política e, especialmente nos marcos de 1889, 1930 e 19964. A preocupação é a de perceber que a instituição Exército, ou melhor, as forças armadas do Brasil são constituídas por homens e mulheres, com histórias diversas de conflitos de interesses, de concepções de segurança e defesa, das relações de poder.

Na obra “A invenção do Exército brasileiro”, Castro (2002) trata da invenção e institucionalização de três tradições do Exército que são muito importantes, quais sejam: o culto à Caxias<sup>47</sup>, como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935 e o dia do Exército comemorado em 19 de abril. Castro (2002, p.10) anuncia que o livro pode ser lido como um estudo sobre “rituais, memória e identidade e que nesse processo, o próprio Exército, inventa-se enquanto instituição”. Pautado no conceito de “invenção das tradições” de Eric Hobsbawn, alerta para o fato de que não tem intenção de fazer o julgamento de valor ou de dar um caráter negativo ao termo, quando resolveu estudar a invenção do exército brasileiro.

A permanência de elementos militares nas escolas e o certo fascínio que exerce a farda sobre muitos brasileiros nos faz pensar sobre o que afirma Castro (2002, p.11) “[...] seria a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a situações de rápida transformação histórica, através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico”.

A referida invenção nos termos aqui empregados tem caráter permanente e, na concepção do autor é algo que também caracteriza a cultura humana. Castro (2002) é enfático ao afirmar que os símbolos ou elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos. Tem o entendimento de que a consolidação de um projeto hegemônico para o Exército se deu com a instauração do Estado Novo (1937-1945), em torno de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

---

<sup>47</sup> “Luis Alves de Lima e Silva (1803-1880), o duque de Caxias, é oficialmente cultuado com o patrono do Exército”. No dia do seu nascimento, 25 de agosto, celebra-se o dia do soldado. Castro (2002) chama a atenção para o fato de que o duque faleceu em 1880 e somente em 1923 é que ele passou a ser cultuado pelo Exército, oficialmente.

Lorenzo-Ferraz e Delgado-Alonso (2015) no texto “Um modelo educativo *sui generis*: las escuelas de formación pre-militar y militar en España (1912-1936). Estudio particular de lo acontecido em las islas canarias” defendem a ideia de que o modelo educacional das escolas pré-militares e militares apresentam uma característica invariável, qual seja: “introduzir os jovens no ambiente do exército instruindo-os em suas práticas e táticas”, bem como no “espírito corporativo da instituição”. Para eles, o fato de se apresentar como modernização educacional e regeneracionista social tinha o explícito objetivo de garantir ampla aceitação dos civis. Analisam os antecedentes e as origens históricas dos centros educativos militares da Espanha, detendo-se mais detalhadamente às Ilhas Canárias.

Em Sergipe, o crescimento das matrículas entre 1942 e 1945 revela que a inserção dos jovens no ambiente do Exército fazia parte do projeto do governo brasileiro e foi bem-sucedido no Estado, considerando a permanência na mais importante escola de ensino secundário e o quantitativo de matrícula e de aprovados na Instrução Pré-Militar.

### 3.4 AS AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

As instruções teóricas compreendiam a “nomenclatura de fuzil, as noções de tiro e o conhecimento sobre a hierarquia do Exército”. As instruções práticas eram voltadas para o manejo de armas, as voltas a pés firmes e em marcha.

No Atheneu Sergipense a lista de conteúdos teóricos trabalhados era de responsabilidade do instrutor militar que utilizava para avaliar os alunos por meio de provas e sabatinas. Havia um quantitativo grande de temáticas em pauta naquele momento político do país, que compreendia duas grandes guerras. Se nos idos de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder a IPM ganhou novo status, foi em pleno regime do estado novo que essas práticas se expandiram, pois ampliaram a faixa etária a ser assistida. A partir de 1939 as escolas do país deveriam ofertar a instrução também para as crianças de 12 anos. Com isso as turmas foram ampliadas e a função do instrutor tinha que ser adaptada à nova realidade.

Para Souza (2000) a militarização da infância significou um reforço ao sistema educacional brasileiro para atingir os objetivos de preparar a juventude para o cumprimento dos deveres cívico-patrióticos de amor à pátria e crença no Brasil.

O amor à pátria e o envolvimento com um projeto de nação precisava ser demonstrado e, os resultados do bom andamento das instruções militares eram cobrados aos dois lados envolvidos, os alunos e os instrutores. Os resultados de aproveitamento davam a dimensão da aprendizagem dos alunos e do seu compromisso com as questões da pátria. Em 10 de



setembro de 1935, o Segundo Sargento instrutor Altivo Murat de Abreu apresentou os resultados e aproveitamento obtidos por um grupo de 43 alunos matriculados. As médias do mês anterior variaram entre 6,50 e 10,00 pontos. Dos matriculados, somente o aluno Fernando Abud não teve frequência, aproveitamento e médias computadas (CEMAS, Ref: 61 FASS05, s/Cx.). A fim de que os alunos fossem assíduos nas aulas, o instrutor sempre solicitava ao diretor o apoio para que os alunos frequentassem as instruções.

A média mensal era feita por meio de um cálculo simples em que a soma da frequência com o valor obtido em aproveitamento, dividido por dois daria a média final do mês. Assim, quem obtivesse 10 pontos de frequência, com mais dez pontos de aproveitamento, teria como média final do mês, 10 pontos.

O quadro a seguir mostra os alunos que se destacaram, ficando com o aproveitamento máximo no mês de agosto do ano de 1935 e que receberam os elogios do instrutor militar, o que era comum quando os alunos cumpriam com as obrigações.

QUADRO 3 - RELAÇÃO NOMINAL DOS ALUNOS DA E.I.M.P Nº 160  
GRAUS OBTIDOS DURANTE O MÊS DE AGOSTO DE 1935

Nome	Frequencia	Aproveitamento	Media do mês
Ciro Osvaldo Atilio Gentil	10	10	10
Jason de Barros Calasans	10	10	10
João Alfredo Fernandes de Mello	10	10	10
José Fonseca Sobrinho	10	10	10
José de Mello	10	10	10
Walter Pereira Bastos	10	10	10
Carlos Alberto de Barros Sampaio	10	10	10
João Cardoso do Nascimento Júnior	10	10	10

Fonte: CEMAS, Ref: 61 FASS05 – s/Cx, 1935. Transcrito conforme fonte.

De um total de 43 alunos matriculados, somente oito finalizaram o mês com a obtenção do grau máximo, conforme o quadro apresentado. Esse aproveitamento representava a importante conquista do aluno e rendia elogios dos instrutores.

No processo avaliativo, além das notas de aproveitamento, contava-se ainda com a avaliação das habilidades de atirar dos jovens.

Por solicitação do Inspetor Regional dos Tiros de Guerra, as instruções no Atheneu Sergipense deveriam ser intensificadas e desejando estimular os alunos para se empenharem na execução das atividades, o instrutor Altivo Murat de Abreu pediu ao diretor pequenos prêmios para os três primeiros colocados nos exames de verificação de aproveitamento. Ele

partia do entendimento de que isso influenciaria de modo positivo os alunos que participassem do referido exame. Assim, estabeleceu-se que o primeiro lugar seria do aluno que obtivesse 5 pontos, para o segundo lugar 3 pontos e seria considerado o terceiro colocado o aluno que fizesse um ponto. As provas a que se submeteriam eram constituídas por: “I – Tiro ao alvo – distância 150 metros; II – Corrida de velocidade (60 metros); III – Corrida de resistência (800 metros); IV – Corrida com o saco (50 metros); V – Salto em altura; VI – Salto em distância; VII – Lançamento de peso; VIII – Subida na corda; IX – Subida na barra; X – Teoria de armamento – 10 perguntas” (CEMAS, Ref. 61FASS05, s/Cx.).

As estratégias para cumprir e fazer cumprir o programa da IPM no Atheneu Sergipense passavam por premiações e também por formas atrativas de colocar os alunos em atividades que conciliassem os aspectos teóricos e práticos da formação, como por exemplo, a participação em concursos de tiro, por exemplo.

Considerando que a hierarquia era um conteúdo próprio da IPM, os instrutores também estavam sujeitos a ela, mesmo fora do quartel. Na escola, estavam submetidos ao poder do diretor. Geralmente, nas notificações feitas para a direção do Atheneu Sergipense pediam as “providências necessárias” para os infratores da ordem. Os instrutores prestavam queixas dos alunos e a direção suspendia ou adotava alguma outra menina para punir os alunos.

A respeito disso, Alves (2012) afirma que:

Prêmios e castigos são algumas das características da prática pedagógica das instituições educacionais codificadas e oficializadas por meio da legislação. Para fazer jus a um ou a outro, exige-se uma avaliação, e como tal, um julgamento que desencadeia valores extremos de sucesso – fracasso; elogio – repreensão, nos diferentes lugares de poder da escola (ALVES, 2012, p. 41/42).

Tais elementos, prêmios e castigos, também foram identificados nas práticas da disciplina escolar IPM do Atheneu Sergipense. Por determinação legal, as sanções aplicadas aos discentes do Atheneu Sergipense deveriam ser registradas em livro específico.<sup>48</sup>

Os Regulamentos do Atheneu Sergipense expressam com clareza a exigência de bom comportamento, para ser aluno daquela “casa de educação literária”. No Regulamento de 1926, no Art. 42, seriam considerados mal comportados e indisciplinados os alunos que:

---

<sup>48</sup> Há no CEMAS 2 livros com tais registros: um do período de 1916 a 1943 e outro do período de 1943 a 1958, onde “são transcritos os nomes dos alunos, a série matriculada dos infratores, as infrações cometidas e as penas impostas” (ALVES, 2012, p.49).

- a) faltarem ao respeito que devem ao diretor, ou a qualquer membro da corporação docente, ou inspetor fiscal;
- b) desobedecerem as prescrições feitas pelo diretor ou por qualquer professor;
- c) ofenderem phisicamente ou moralmente aos seus colegas;
- d) perturbarem a ordem, ou tiverem procedimento desonesto nas aulas ou no recinto do estabelecimento;
- e) fizerem qualquer inscrição nas paredes do edifício, ou destruírem os editais e avisos nelas afixados.
- f) danificarem os instrumentos, aparelhos, modelos, mapas, livros, preparações, móveis e outros objetos do estabelecimento, nestas casos também obrigados indemnização ou substituição do que houverem danificado;
- g) dirigirem injúrias aos funcionários administrativos (Art. 42, REGULAMENTO DO ATHENEU PEDRO II, 1926, p.12)

Caso cometessem qualquer uma dessas infrações, estariam os alunos sujeitos às penalidades previstas naquele mesmo Regulamento

- a) advertência particular, feita pelo diretor;
- b) advertência pública, feita pelo diretor em presença de certo número de professores;
- c) suspensão por um ou mais período lectivo;
- d) expulsão do estabelecimento ;
- e) exclusão dos estudos em todos os gymnasios brasileiros, efficaes ou equiparados (Art. 41, REGULAMENTO DO ATHENEU PEDRO II, 1926, p.26).

Em 30 de setembro de 1933, o então Diretor do Atheneu Sergipense, o senhor José Andrade Carvalho, suspendeu por 8 dias o aluno da 3ª série, Walter Cristovam dos Santos por ter feito estragos nas paredes do estabelecimento com a carabina, quando dos exercícios de tiro. A medida punitiva do diretor estava coerente com o que estabelecia o Regulamento de 1926, ainda vigente naquele momento, pois o referido aluno havia infringido algum item do Art. 42. A indisciplina do aluno foi punida por meio de suspensão das aulas.

Dias depois, em 4 de outubro, o diretor do estabelecimento suspendeu por 10 dias vários alunos, por queixa prestada por ofício enviado pelo 1º Sargento Instrutor Obed Dias de Oliveira da EIPM n.160, alegando que os discentes: proferiram palavras obscenas, dispararam tiro de festim contra colegas, e Walter Cristovam dos Santos por não ter entregue seu fuzil. Estariam os alunos infringindo, neste caso, faltando como respeito a membro do corpo docente e se enquadrando na letra *a* do Regulamento.

A aplicação de penalidades demandava a efetiva participação da família e da sociedade, “uma vez que as portarias de suspensão eram publicadas também no Diário Oficial do Estado” (ALVES, 2012, p. 56).

As atividades desenvolvidas exigiam dos alunos preparo físico, o que acarretava em exigência de treinamento constante, então qualquer falta nas aulas era logo comunicada ao diretor que deveria tomar as providências, pois isso garantiria o bom andamento das “marchas”. O quadro a seguir mostra as condições dos alunos nas marchas de 1 a 5km, realizadas de maio a setembro de 1946.

**QUADRO 4 - MARCHAS EFETUADAS NO PERÍODO DE INSTRUÇÃO  
PRÉ-MILITAR DE 1946 PELO CIP 618<sup>49</sup>**

DATAS		Tropa que marchou	Hora da partida	Estado do campo	MARCHAS		Estado do tempo	Hora da chegada	Nº DE QUILÔMETROS PERCORRIDOS			Estado da tropa	NÚMERO DOS QUE FICARAM ATRASADOS		
Dia	Mês				Desde	Até			Na marcha	No exercício	Total		Cansados	Estropiados	Doentes
20	Mai	230 alunos	14:00	Bom	Colégio	Ao 24 de outubro	Bom	14:30	1	-	1	Boa	-	-	-
4	Jun	230 alunos	16:00	Ótimo	Colégio	Praia 13 de julho	Ótimo	16:45	2	-	2	Boa	-	-	-
12	Jul	230 alunos	9:00	Bom	Colégio	Praça Tobias Barreto	Bom	10:30	3	-	3	Bom	-	-	-
13	Ago	228 alunos	7:00	Ótimo	Colégio	Bairro São José	Bom	8:30	4	-	4	Ótima	-	-	-
19	Set	227 alunos	6:00	Ótimo	Colégio	Fazenda Itating	Ótimo	7:50	5	-	5	Ótima	-	-	-

Fonte: CEMAS. Livro de registro 1946 – Caixa 126, pacote 387. Transcrito conforme fonte.

O preparo físico gerava um condicionamento para outras práticas como a de tiro ao alvo, que exigia do atirador força e equilíbrio. A marcha do Atheneu Sergipense até os pontos escolhidos pelos instrutores foi aumentando. Se em maio contemplava apenas um quilômetro, no mês de setembro já se exigia mais, cobrando o cumprimento de cinco quilômetros de marcha.

<sup>49</sup> Essa denominação aparece a partir de 1942 e mostra que passava a ser chamada de centro de instrução e trazia primeiro a numeração da região militar a que pertencia, seguida do número da escola, segundo a ordem de abertura.

Em 1946 a turma era constituída por 231 alunos (Anexo A), sendo que aquele seria o último com obrigatoriedade de os estabelecimentos de ensino ofertarem a Instrução Pré-Militar nos moldes da legislação educacional de 1942. Mas a procura foi consideravelmente maior, talvez pelo fato de ser o último ano que teria a instrução na escola.

Nos exames de verificação da aprendizagem ocorridos, geralmente, no mês de novembro, os alunos eram classificados a partir de uma pontuação recebida, colocando em primeiro lugar quem obtivesse o maior número de pontos nos exercícios propostos e executados.

No mês de novembro as “provas de verificação” davam aos alunos uma colocação específica a partir do quantitativo de pontos apurados mês a mês, ao longo do ano. Em 1938 o aluno Pedro Dias dos Santos<sup>50</sup> conquistou o primeiro lugar, com a melhor pontuação em um grupo de 22 concorrentes.

QUADRO 5 - RESULTADO FINAL DAS “PROVAS DE VERIFICAÇÃO” DA EIMP  
N.160 – NOVEMBRO DE 1938

Colocação	Nome completo	Pontuação
1º	Pedro Dias dos Santos	122
2º	João Ramos de Oliveira	119
3º	Cromacio Dias Soares	106
4º	Luiz Augusto Monteiro Marco	104
5º	Clovis Moraes	103
6º	Antonio Cabral Machado <sup>51</sup>	97
7º	Tenninso Araujo Aragão	92
8º	Evaldo Alcides Freire	87
9º	Delio de Menezes Barreto	82
10º	Carlos Menezes Ferreira	78
11º	José Maria Rabello Sampaio	60
12º	Edson Farias Brasil	59
13º	João Lourenço de Paiva e Melo <sup>52</sup>	46
14º	Augusto Pereira de Azevedo	45
15º	Arivaldo da Silva Tavares	42
16º	José de Oliveira Rocha	40

<sup>50</sup> Interessa-me em trabalhos futuros investigar se alunos que foram classificados como bem-sucedidos nas práticas de Instrução Pré-militar do Atheneu Sergipense seguiram carreira militar.

<sup>51</sup> Natural de Capela/SE, era filho do médico Odilon Ferreira Machado e da Professora Maria Evangelina Cabral Machado, Dona Nina, fundadora do Asilo São José na cidade de Capela. Antônio Cabral seguiu a profissão do pai e após se formar foi morar em Itabuna-BA, onde faleceu em 2009, aos 90 anos de idade. Era irmão de Manoel Cabral Machado. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/blogs/odilonmachado>. Acesso em 22 de outubro de 2017.

<sup>52</sup> Nasceu em 24 de junho de 1921, em Salvador. No pequeno texto “Notas sobre a boemia sergipana”, publicado no portal da Infonet ([www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br)), em 30 de maio de 2012, o professor Dilton Cândido Maynard destaca que João Melo ficou conhecido como “A voz de Sergipe”. Foi um dos primeiros cantores de rádio do Estado e sua aproximação com a música se deu no Atheneu Sergipense nos idos dos anos de 1930.

17º	Raimundo Barros de Almeida	31
18º	Clodolfo Rodrigues de Melo	20
18º	Wolney Leal de Melo	20
19º	Salustiano de Oliveira e Silva	10
20º	Ubaldo Nunes Menezes	7
21º	João Batista de Lima e Silva	4
22º	Jairo Silva Ribeiro	3

Fonte: CEMAS, ofício s/n, de 7 de novembro de 1938. Ref. 61FASS05, s/cx.

Para as aulas, os instrutores contavam com um vasto armamento que era enviado ao logo no início das atividades do Atheneu Sergipense, pelo Depósito de Material Bélico da VI Região Militar, por meio dos vapores “Comandante Vasconcellos da Companhia Lloyd Brasileiro” (Ofício n. 909, de 25 de outubro de 1926. CEMAS, Ref 24FASS05, cx.101).

Os fuzis e sabres disponíveis no Atheneu Sergipense também eram enviados ao Batalhão Policial do Estado, mas era exigido que ao inspetor Regional de Tiro fosse comunicado o quantitativo disponibilizado, o número, a série e o modelo para garantir o controle do armamento. Ao tempo em que enviava material bélico ao Batalhão, também dele recebia, como ocorreu em 25 de agosto de 1926, que ao diretor foram direcionados pelo Batalhão Militar “43 mosquetões Comblayn com bandoleiras e varetas, 40 guarda feichos e 40 sabres do mesmo Systhema com as respectivas bainhas” (CEMAS, ofício n. 153, de 22 de julho de 1926, Ref. 24FASS05, Cx. 101).

Ao receber o armamento necessário ao bom desempenho das aulas de IPM, o diretor deveria providenciar um espaço adequado para acondicionar as armas em local seguro e adequado, a fim de evitar extravios. Há no CEMAS um móvel em madeira destinado ao suporte das armas recebidas na instituição de ensino.

FIGURA 4 – MÓVEL USADO COMO SUPORTE PARA ARMAS



Fonte: CEMAS – 2018. Acervo particular.

Em julho de 1927 o inspetor regional do Tiro de Guerra autorizava por meio do ofício n. 178 que o instrutor do Atheneu utilizasse os mosquetões “Comblayn”, uma vez que o depósito de armamento não dispunha naquele momento de fuzis M/1895 e para que os alunos da escola fossem preparados para os exames com aquele outro armamento até que oportunamente fosse substituído (CEMAS, Ref. 14FASS05, Cx. 137). Isso precisava ser feito porque os exames finais dos alunos costumavam ser realizados em novembro. No mês de junho, a escola recebia as munições destinadas ao preparo dos atiradores.

O extravio de armas era cobrado diretamente pela Fazenda Nacional e cabia ao diretor do Atheneu enviar a importância correspondente ao tipo de armamento que havia sofrido algum dano em seu funcionamento ou mesmo que houvesse sumido do estabelecimento de ensino. É importante ressaltar que não era permitido cobrar nenhum valor dos alunos matriculados na Instrução Pré-Militar, inclusive nas instituições particulares que ofertavam armas.

Os pedidos de munição e de armamento para o comando da Diretoria Regional do Tiro de Guerra deveria seguir as normas e os regulamentos dos seus Regimentos. Assim, os

comandantes devolviam os pedidos de armas que não estivessem de acordo com as normas de fornecimento de tais pedidos. Em 19 de junho de 1929, foram enviados ao Atheneu Sergipense duzentos e sessenta cartuchos de guerra para fuzil “Mauser” modelo 1895, por empréstimo, atendendo a uma solicitação do sargento instrutor e da direção da escola (CEMAS, ofício n. 221, Ref. 20FASS05, Cx. 137).

Os estudos de história da educação, com diferentes possibilidades de fontes e também de objetos, nos permite entender processos vividos por grupos diversos. Observando o quadro 6 em que é descrita a relação de armamentos recebidos no Atheneu Sergipense, o questionamento sobre o lugar que as armas ocupavam no imaginário dos alunos é extremamente necessário, porque o quantitativo de munição e de armas era grande.

**QUADRO 6 – RELAÇÃO DE ARMAMENTOS ENVIADOS AO ATHENEU SERGIPENSE (1910-1938)**

<b>Ano</b>	<b>Remessas de material para funcionamento da Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense</b>	<b>Observações</b>
1910	1 caixão com cartucheiras	Foi enviado pelo Vapor “Satélite”.
1918	2 alvos circulares de 12 zonas com silhuetas; 2 circulares sem silhuetas; 4 de 24 zonas para concurso e 2 de 40 metros.	
1919	5 mosquetões Comblain; 50 sabres e 50 cinturões.	Fornecido pela Intendência de Guerra.
1921	11 bandoleiras Comblain; 4 guarda-fechos e 26 tarugos.	Solicitado o reembolso ao governo federal no valor de 51\$700, porque o material foi extraviado no Atheneu.
1925	50 mosquetões Comblayn; 50 sabres; 50 guarda-fechos; 50 bandoleiras e 50 cinturões.	Esse mesma quantidade havia no Colégio Tobias Barreto.
1926	43 mosquetões Comblayn com bandoleiras e varetas; 40 guarda-fechos e 40 sabres de mesmo sistema com as respectivas bainhas.	Solicita que o diretor do Atheneu passe recibo do armamento.
1927	1 cunhete de munição.	A munição, enviada em 9 de junho, deveria ser usada para preparar os alunos que seriam submetidos a exames no mês de novembro.
1929	- 260 cartuchos de guerra para fuzil “Mauzer” modelo 1895.  - 1 caixão com armamento; 1 cunhete de munição.	- Esses cartuchos foram enviados, por empréstimo, atendendo a solicitação do diretor do Atheneu Sergipense. - Foram remetidos pelo Depósito de Material Bélico da 6ª Região Militar.
1937	1 cunhete de munição de guerra.	Enviado sob o n. 16.485 pela Viação Férrea Leste Brasileiro, do depósito de Material Bélico da 6ª Região Militar.
1938	4 fuzis; 4 sabres; 5 cintos e 2 tambores	Foram emprestados ao Atheneu Sergipense pelo Comando da Polícia Militar.

Fonte: Elaborado com base nos documentos localizados no CEMAS.



Preparar o jovem para a defesa nacional pressupõe dotá-lo da habilidade de manusear armas para o caso da necessidade de entrar em combate. O quadro 6 permite visualizar o arsenal que dispunha o Atheneu Sergipense e isso provoca uma reflexão sobre o momento político, econômico, social em que estavam inseridas as práticas de IPM. O que fica evidenciado é que no estabelecimento escolar estava refletido o cenário do início do século XX, que parecia ter nascido com uma paz aparente.

A exigência de que o aluno conhecesse a nomenclatura de fuzil, as partes que o compõe, os processos de conservação e limpeza revelavam que a preparação militar tinha que ser minuciosa e os conteúdos muito bem explorados para que não houvesse embaraços no caso de uma convocação para guerra ou uma simulação, como ocorre nas manobras militares.

Para Geoffrey Blainey (2009) o nascer do Século XX parecia uma “aurora resplandescente” que indicava ter a vida melhorado e as guerras das principais nações da Europa parecessem ter sido extintas, apesar de se observar “grandes exércitos a desfilarem em feriados nacionais” (BLAINEY, 2009, p.10). O surgir do século XX remete à esperança a se anunciar de forma reluzente. Essa não seria uma condição posta para aquele momento, visto que lentamente as ameaças de ofuscamento das luzes iriam se apresentar e nos anos iniciais daquele século, o mundo enfrentaria duas grandes guerras. É neste cenário que Blainey (2009) chama a atenção para o fato de os sujeitos nascidos no princípio do século XX, jamais pudessem imaginar que os “antagonismos dos eventos mundiais ou os riscos da guerra e da paz” poderiam levar às condições em que o mundo se encontrou na primeira metade daquele século.

As “mudanças tendiam a acontecer mais rapidamente em questões que envolviam a matéria – armas que aniquilavam a vida e remédios que a prolongavam, transporte, energia e modos de preparar o esforço humano” (BLAINEY, 2009, p.37). Diante disso, compreende-se o esforço dos governos de manter, preparar e profissionalizar o seu exército e com o Brasil isso não foi diferente.

Aquele era um momento em que se destinavam partes maiores dos orçamentos nacionais para o exército e a marinha. Segundo Blainey (2009) a primeira guerra, o evento mais significativo do século, não foi apenas traumática enquanto durou, mas teve também efeitos profundos. Ele defende que:

Ajudou a impulsionar a Revolução Russa e configurou-se como uma das causas da depressão financeira de 1930, o maior baque econômico na história até então. Esse evento, direta e indiretamente, estimulou a ascensão de Hitler e da Alemanha nazista e ajudou a provocar a segunda guerra.

Acabou com o apogeu da Europa Ocidental e seu domínio mundial. Também acelerou a ascensão dos Estados Unidos (BLAINEY, 2009, p. 51).

O autor ainda defende que “uma parte significativa da inventividade do século, incluindo as aeronaves que percorriam longas distâncias, a energia atômica, a exploração do espaço sideral, as grandes inovações na medicina e mesmo o primeiro computador, foram estimulados pelas necessidades geradas pelos conflitos da primeira guerra”.

O cultivo do corpo e o incentivo dado aos esportes eram reflexos da luta para difundir um modelo de nação. Assim, “os esportes (...), mais do que a arte, a arquitetura e as ciências eram o veículo preferido do nacionalismo” (BLAINEY, 2009, p.294). Os esportes eram como uma importante “vitrine do mundo”.

O bom andamento do trabalho dos instrutores estava atrelado, também, à disponibilidade dos materiais para o preparo físico dos jovens, destacando os esportes. Assim, a Lei do Ensino Militar, por meio do decreto n. 23.126, de agosto de 1933, apresentava as diretivas do Estado Maior do Exército para a instrução militar preparatória nos estabelecimentos de ensino secundário, não só os equiparados ao Colégio Pedro II, como também os considerados livres de ensino secundário sob regime de inspeção permanente ou preliminar, que ofertavam o curso de IPM deveriam disponibilizar os materiais para garantir a permanência da oferta daquela modalidade. A circular do inspetor regional de Tiros de Guerra, Bertholino de Almeida, emitida em janeiro de 1936, informa a necessidade de o estabelecimento escolar ter disponíveis os materiais necessários à manutenção da instrução militar preparatória em suas dependências, sob pena de medidas serem tomadas pelo Ministério da Educação. Caberia aos estabelecimentos de ensino observar as seguintes exigências da Lei:

**1º** - Possuir o seguinte material para a pratica de Educação Physica: traves horizontais, situadas a 3 metros acima do solo, munidas de ganchos, para suportar cordas, varas, etc.; tronco de arvores suportado horizontalmente por dois cavaletes; escadas do typo ordinário colocadas vertical, inclinada e horizontalmente; pranchas inclinadas; postes de saltos numerados em centímetros; caixa de serragem e de areia, para salto em altura e profundidade; fosso de largura variável e pouco profundo para salto em largura; cordas para saltar; fitas de barra ou cordões de lã; trampolim para saltos em apoio; sacos de areia, pedras com e sem alças; travessas de trilho de ferro; arvores, eixos; medicines-ball de 5 kg em deante; pista de terra batida, balisada por algumas estacas; postos de chegada; marcos de relais; pás para marcas; placas indicativas de distâncias; círculos de lançamentos traçados no solo; pesos de 7,250 grs e 5 kilos; pedras de differentes tamanhos; medicines-ball de 5 kilos a menos; balões de foot-ball 9velhos) cheios de areia e serragem; quadro de serragem para lucta de jiu-jitsu; bastões; cannas (de bambu); roupa de lona para lucta de jiu-jitsu; bolas de

volley e basket-ball. 2º - Possuir um médico encarregado da parte de educação physica. 3º - Possuir o seguinte material para confecção das fichas biométricas de educação physica, em um gabinete médico (sala reservada): 1 balança, com precisão até 100 grammas; 1 toeza para altura; 1 toeza para busto; 1 quadro mural para envergadura; 1 fita métrica metálica com 2 metros; 1 compasso de espessura; 1 dynamometro manual; 1 dispositivo para utilização deste dynamometro na medida de força lombar; 1 expiometro; 1 chronometro; 1 mesa de viola (CEMAS, Ref. 61FASS05, s/cx).

Pelo que foi possível identificar nas fontes localizadas, no Atheneu Sergipense os instrutores procuravam atender as determinações legais, ao menos cumprindo o papel de fazer a solicitação do material. Conforme pedido apresentado pelo instrutor José Marques da Silva em abril de 1937, ao então diretor do Atheneu Sergipense, era necessário e urgente que o estabelecimento de ensino disponibilizasse os materiais listados:

- 1 escada vertical typo comum.
- 1 escada inclinada.
- 6 cordas verticaes suspensas a uma trave de arvore.
- 1 caixa de salto.
- 2 postes de sacos farrapos.
- 8 sacos de areia e serragem.
- 1 trave ou tronco de arvore derrubada.
- 15 bastões de madeira 50 cm de comprimento.
- 8 peso esphericos.
- 6 medicine-ball ou bolas cheias de areia e serragem.
- 1 corda para luta de tracção com 15 mts.
- 1 bola de foot-ball.
- 1 bola de basket-ball.
- 1 bola de volley-ball.
- 8 discos. (CEMAS, ofício n. 6, de 9 de abril de 1937, Ref. 15FASS05, Cx. 102)

Alguns itens como bolas de volley-ball, de basquete e escadas são recomendadas nas diretivas do Estado-Maior do Exército e aparecem na lista de pedidos apresentada pelo instrutor. O que se observa é a tentativa de os instrutores terem o material à disposição para o desenvolvimento das aulas teóricas e práticas, para cumprir e fazer cumprir o que regia a organização da IPM no Atheneu Sergipense.

O instrutor José Marques da Silva informou ao inspetor regional dos Tiros de Guerra, por meio do ofício n. 76 de 27 de janeiro de 1937, que havia pedido ao diretor da escola o material necessário para “a execução das lições indicadas no programa de educação física, para as Escolas de Instrução Militar Preparatória” (CEMAS, Ref.15FASS05, Cx. 102), mas não tinha sido atendido. Oportunamente, fez o comunicado de que no gabinete biológico do

Atheneu Sergipense havia apenas uma “meza de viola” e parte do “expirometro”<sup>53</sup>, mas que havia indicativo de que até o final daquele ano de 1937 os demais aparelhos chegariam na escola.

Para execução dos programas de educação física dos alunos matriculados em IPM era necessário atentar para um ramo científico que ganhara força nos anos 30 do século XX, principalmente no meio militar, quando na Escola de Educação Física do Exército foi criado um Gabinete de Biometria<sup>54</sup>, em 1932. A biometria reunia práticas científicas que envolviam medidas de antropometria: “mensuração de peso, da altura, das circunferências (tórax, membros, cabeça), de envergaduras, etc” (GOMES; SILVA; VAZ, 2013, p.1552). Neste processo de mensuração “a fisiologia também era mobilizada pela biometria: examinavam-se a pulsação, a capacidade respiratória, a força, a pressão arterial, entre outras medidas” (GOMES; SILVA; VAZ, 2013, p.1554). Entre os militares, a Biometria tinha o objetivo de instrumentalizar os médicos para tomar as medidas antropométricas nos exames físicos nos “corpos de tropas” ou nos alunos de Escolas de Instrução Pré-Militar. As fontes examinada mostram que no Atheneu Sergipense os exames físicos condicionavam a matrícula na IPM.

Os instrumentos, mesa de viola e espirômetro, mencionados no ofício do instrutor José Marques da Silva, de janeiro de 1937 não eram os únicos equipamentos necessários para realizar os exames médicos, havia também no referido gabinete do Atheneu Sergipense, outros “equipamentos como balanças e toesas”.

Ainda sobre os materiais é possível perceber que os instrutores distribuíam impressos com as aulas de educação física na EIMP n 160, pode-se ilustrar como pedido do sargento Altivo Murat de Abreu ao diretor do Colégio “[...] vos envio um modelo de lição de educação física, solicitando-vos o especial obsequio de mandar confeccionar 500 exemplares do mesmo” (CEMAS, ofício n. 4, de 18 de maio de 1937, Ref. 15FASS05, Cx. 102).

As aulas previstas para a E.I.P.M. eram de um total de duzentas, distribuídas no ano letivo. Os alunos que tivessem 51 faltas estariam inabilitados a prosseguir nas atividades de instrução. É importante salientar, com base nos documentos analisados, que havia um alto índice de faltas, pois muitos alunos não pareciam dar tanta importância às aulas de instrução. No mês de agosto de 1940, por exemplo, o instrutor mostrou a situação de faltas de 13 alunos, conforme quadro a seguir;

<sup>53</sup> Aparelho usado para fazer espirometria (exame do pulmão ou prova de função pulmonar) FERREIRA, 2010.

<sup>54</sup> “Os dados biométricos (sobretudo de antropometria) eram rearranjados em equações matemáticas, recebiam tratamento estatístico e, dessa maneira, serviam também de base para a determinação de parâmetros de qualificação dos corpos das pessoas a partir do estabelecimento de médias que serviriam para normalizar os corpos” (GOMES; SILVA; VAZ, 2013, p.1554)

QUADRO 7– RELAÇÃO DE FALTAS DO MÊS DE AGOSTO DE 1940

Ordem	Nomes	Faltas
1	Adolfo Rodrigues de Almeida	51 faltas
2	Alfredo Angelo Tim Prado Montes	94 faltas
3	Antonio Tassito de Faro Melo	96 faltas
4	Getran Pinheiro Lobão	96 faltas
5	Hermengardo do Nascimento	100 faltas
6	Hertez Roberto de Melo	52 faltas
7	José Abílio de Aguiar Hora	90 faltas
8	José Antonio Nunes de Mendonça	95 faltas
10	José Raimundo de Faro Melo	95 faltas
11	Manoel Franca Santana	95 faltas
12	Oduvaldo de Oliveira Tavares	59 faltas
13	Teninson Lemos	95 faltas
14	Vanderlê do Prado Barreto	95 faltas

Fonte: CEMAS, Ref.54FASS05, cx.137. Transcrito conforme fonte.

De um quantitativo de 200 aulas computadas até o dia 22 de novembro de 1940, conforme apresentou o instrutor Altivo Murat de Abreu as faltas dos alunos mostrados acima, gerava, necessariamente, a expulsão deles do C.I.P.<sup>55</sup>. O referido instrutor deixou que a decisão de reprovar por falta ficasse então sob o julgamento do diretor. O trabalho que lhe competia era notificar que os alunos haviam ultrapassado o quantitativo de faltas e, caso o número fosse superior a 50 faltas já era considerado reprovado. Para aquele caso, o instrutor tomou a decisão de que caberia o julgamento da escola sobre a exclusão ou não dos alunos.

Os instrutores, os alunos, as aulas, bem como a avaliação e exercícios são elementos característicos de disciplina escolar. Na perspectiva de Chervel (1990) o “estudo das disciplinas escolares leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar” (CHERVEL, 1990, p.184). Na busca por mais elementos que mostrem esse caráter criativo do universo escolar é que recorro aos manuais didáticos da IPM, buscando o que constitui o ensino para o indivíduo, mas, principalmente como esses artefatos são parte de uma cultura.

<sup>55</sup> A denominação Centro de Instrução passou a ser utilizada a partir de 1940 e para identificar uma EIPM era necessário iniciar por CIP, seguido da região militar a que pertence e depois anotar o número correspondente ao centro, respectivamente. A E.I.P.M n. 160 passou a ser CIP 618, conforme as orientações da Inspeção Permanente dos Tiros de Guerra.

#### 4 OS GUIAS DA INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR: MANUAIS DIDÁTICOS

Quando o aluno sabe apontar a arma correta e rapidamente, em todas as posições de tiro, deve fazer o disparo, sem precipitação, atuando sobre o gatilho de maneira contínua sem movimentos bruscos. No momento em que a linha de mira passa pelo ponto visado (CANAZZA, 1945, p.125)

O aluno, seguindo o exemplo do soldado, deve ter habilidade para usar uma arma. Em seu processo formativo na IPM serão apresentados os conteúdos que irão contemplar o funcionamento, a conservação e até a limpeza de uma arma. No trecho em destaque é possível observar que era exigida do aluno precisão do tiro, preparo físico para realizar as diferentes posições de atirador e conhecimentos sobre carregar, travar e destravar armas.

Nos guias didáticos da IPM, além da transmissão de valores há uma preocupação com o domínio de técnicas e o desenvolvimento de estratégias que tornariam o ensino mais eficiente. Ao analisar a disciplina nos detalhes, os manuais didáticos prestaram um importante papel na síntese do que foi o ensino pré-militar no Brasil.

Nesta perspectiva, é necessário compreender que “[...] os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha” (Chervel, 1990, p.180). Desse modo,

Os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independente, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história. [...] Uma ‘disciplina’ é igualmente, para nós em qualquer campo que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte (CHERVEL, 1990, p.180).

Sendo assim, o período de vigência da IPM nas escolas revela um forte apelo social para a “nação em armas”, dando a entender que havia justificativa para preparar os jovens para defesa do Brasil.

Na busca das finalidades, conteúdos e avaliação nos manuais pedagógicos da IPM publicados no início dos anos 40 do século XX, pode-se apontar a “cultura do homem cultivado” no período, bem como a “interferência” da disciplina escolar na história cultural da sociedade.

Souza (2000) mostra que as tendências da história da educação filiadas à história cultural devem realizar um reexame das relações entre a educação e a cultura, indicando uma

cuidadosa atenção aos processos vividos no interior da escola. Acredita que a associação entre educação cívica e nacionalismo facultou o entusiasmo pelo escotismo e a sua implantação em massa na instrução pública paulista. Fato que ilustra bem o surgimento de determinadas práticas escolares e as suas dimensões. Destaca que na década de 1920, “a educação militar se revitalizou em São Paulo, mediante a introdução obrigatória nos currículos escolares do escotismo e da linha de tiro<sup>56</sup>. Essa medida foi tomada no interior da reforma de instrução pública realizada por Sampaio Dória, membro da Liga Nacionalista de São Paulo” (SOUZA, 2000, p. 112).

No curso desta investigação, para localizar os procedimentos de ensino e os meios da aprendizagem, os manuais didáticos se constituem importantes elementos que revelam a cultura escolar, pelos espaços que ocuparam nos sistemas de educação brasileira. Neste processo, foi possível identificar que os manuais prestaram o serviço de sistematizar os conteúdos que eram prescritos nos decretos e regulamentos da IPM, desde 1908, que mereciam melhor organização e condensação para garantir maior eficiência na execução das aulas. A pesquisa documental (ofícios, relatórios de instrutores, livros de registro, livros de matrículas) realizada no CEMAS, não me permitiu examinar a circulação e o consumo desses materiais no Atheneu Sergipense. Diante disso, pode-se questionar: - Por que apresentar os manuais didáticos, se não há indicativos que tenham sido adotados no Atheneu Sergipense?

A principal justificativa para apresentar os manuais nesta tese é a de que eles foram entendidos como significativos instrumentos de sistematização dos conteúdos que já eram adotados nas escolas de IPM. O que os textos acrescentaram foram novas orientações metodológicas, visando contribuir e facilitar o trabalho dos instrutores e, conseqüentemente, dos alunos, nas atividades teóricas e práticas. Representaram uma contribuição para a sistematização dos conteúdos, das finalidades e modos de instruir os alunos. Nas palavras de Canazza (1945) “[...] não é uma novidade; é apenas uma explanação do programa organizado pelas Autoridades competentes”. Ele enfatizou que se tratava do estritamente necessário para haver uma iniciação à Instrução Militar e que até então “as aulas teóricas eram ministradas mediante ditado dos pontos, o que vinha a consumir muito tempo, com prejuízo do desenvolvimento do programa” (CANAZZA, 1945, p.1).

---

<sup>56</sup> “De acordo com o Decreto 3.355, de 27/05/1921, que regulamentou a Reforma da Instrução Pública, todos os alunos matriculados nas escolas públicas seriam considerados aspirantes a escoteiros. Para ser inscrito escoteiro era preciso ter idade mínima de 10 anos, a deliberação pessoal espontânea para a instrução e o consentimento dos pais por escrito. Os professores de Ginástica seriam os instrutores do escotismo. As linhas de tiro destinavam-se aos alunos maiores de 16 anos das escolas normais, ginásios ou escolas profissionais”. (SOUZA, 2000, p.112)

Na busca por entender o que representou o manual didático para a consolidação das práticas de IPM, partilho do entendimento de que “[...] o livro didático é, em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar. De modo geral o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização” (MUNAKATA, 2016, p.123).

Neste percurso investigativo é salutar compreender que “não é sempre que o livro didático se limita a transcrever os conteúdos consagrados ou em vias de consolidação de uma disciplina escolar. Há vezes que ele tem papel determinante na definição da disciplina” (MUNAKATA, 2016, p. 126).

Diante de tais considerações, penso que a síntese feita nos manuais de Gomes (1944) e Canazza (1945) proporcionou aos instrutores uma reorientação das práticas ou até mesmo um norteamento para iniciar os conteúdos da disciplina de IPM.

#### 4.1 A IPM NOS MANUAIS DIDÁTICOS

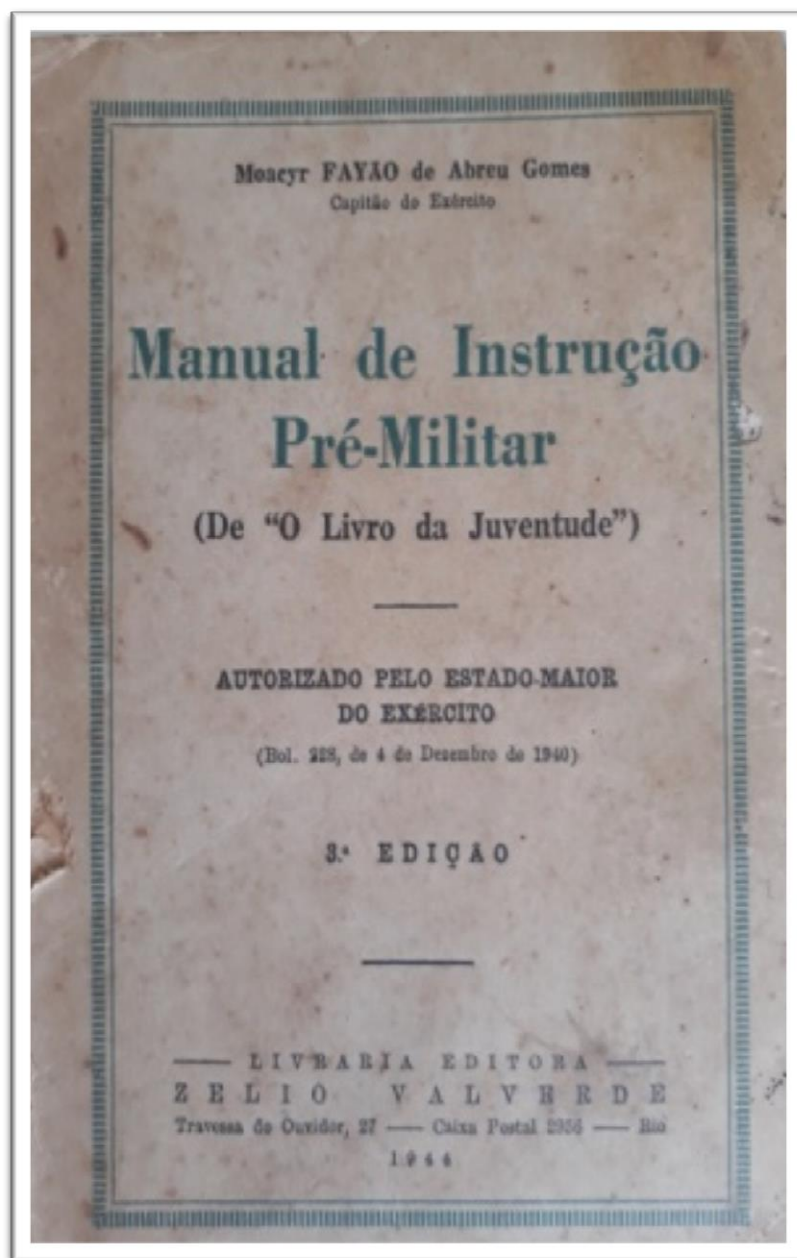
O primeiro dispositivo aqui analisado intitula-se “Manual de Instrução Pré-Militar (De ‘O Livro da Juventude’)” escrito pelo Capitão do Exército Moacyr Fayão de Abreu Gomes<sup>57</sup>, “autorizado pelo Estado Maior do Exército, conforme Boletim 228, de 4 de dezembro de 1940”. Publicado pela Livraria Editora Zélio Valverde, observa-se que em quatro anos, o referido manual já estava em sua terceira edição, conforme imagem de capa, na Figura 5.

---

<sup>57</sup> Em 1940 foi membro da Inspetoria de Ensino do Exército. (*Correio da Manhã* (RJ), 1940, edição 13927, p.1). Morreu em 09 de setembro de 1948.



FIGURA 5 – CAPA DO MANUAL DE INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR – 1944.



Fonte: GOMES, Moacyr Fayão de Abreu. Acervo particular.

O livro foi dedicado ao general Eurico Gaspar Dutra, a quem chamou de “exemplo de soldado e de cidadão” aos coronéis Nicanor Guimarães de Souza “expressão brilhante da geração moça do Exército” e Ascanio Viana, a quem se refere como “figura exemplar de chefe”.

Composto por 158 páginas, nele contém os ensinamentos próprios aos jovens, que prestarem a instrução. Contém uma ficha de identificação onde deveriam ser anotados - nome do aluno, lugar de nascimento, data de nascimento, filiação. Além disso, era necessário

indicar o nome da escola e identificar o Centro de Instrução Pré-Militar, acrescentando uma fotografia. Havia também o espaço para assinatura do aluno.

Na Revista *O Tico Tico* de 1943 na matéria intitulada: “Os livros bons para a infância”, destacou-se que:

O Editor Zélio Valverde continua a lançar, periodicamente, livros excelentes para a infância e a juventude. Um deles, recentemente aparecido é o Livro da Juventude, ou seja, o Manual de Instrução Pré-Militar, de acordo com a orientação oficial que instituiu a juventude brasileira em milícia e está dando organização disciplinar e metódica ao preparo dos escolares para serem no futuro bons soldados. (...) é um verdadeiro catecismo cívico, trazendo ensinamentos preciosos de instrução militar, teóricos e práticos. O preço do volume é de 15 cruzeiros (Revista *O Tico Tico*, 1943, p.13).

A repercussão na imprensa carioca<sup>58</sup> também se fez notar no suplemento literário do Jornal “A Manhã” em matéria denominada “Manual de Instrução Pré-militar” – O Livro da Juventude

Livro indispensável à juventude brasileira, em face do Decreto-Lei n. 4.642, baixado pelo presidente Getúlio Vargas e que torna obrigatória a Instrução Pré-Militar em todos os estabelecimentos de ensino. É uma obra completa, contendo: a letra dos diversos hinos, canções militares e cânticos patrióticos; todos os ensinamentos para os exercícios de ordem-unida, movimentos sem armas, marchas e formaturas; instrução de tiro e instrução geral sobre serviço militar, desfiles e regras de continência em geral, concluindo por um desenvolvido estudo consagrado à educação moral e cívica. À venda em todas as Livrarias do país. Aos senhores inspetores de ensino, diretores de colégios e professores: remeteremos sem compromisso um prospecto de propaganda do livro acima, contendo também toda a legislação a respeito da Instrução Pré-Militar, inclusive as diretrizes pedagógicas aprovadas pelo Ministério da Guerra em 1-10-1942 (*A MANHÃ*, 1943, p.135).

Em outros números e exemplares dos Jornais *A Manhã*, *Diário da Noite* e *A Noite*, do Rio de Janeiro a propaganda do livro também foi realizada em várias outras edições, colocando o Manual no rol das “novidades didáticas”. A imagem a seguir mostra que na edição de 15 de setembro de 1942 do Jornal *A Noite* a nota publicada chamava a atenção para a capa ilustrada.

<sup>58</sup> Em trabalhos futuros irei investigar a repercussão do Manual de Instrução Pré-militar na imprensa sergipana para localizar os indícios de utilização nas escolas, uma vez que os periódicos cariocas dão a entender que aquela “novidade didática” circulou pelo país. O editor Zélio Valverde e as publicações de autores sergipanos também requerem atenção no campo da pesquisa.

FIGURA 6 – DIVULGAÇÃO DO MANUAL DE INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR.-1942



Fonte: Jornal *A Noite* (RJ), de 15 de setembro de 1942.

O manual está dividido em três partes. A primeira caracteriza e orienta a ordem unida, a segunda descreve sobre a instrução de tiro e a terceira parte é constituída de instrução geral, tratando de mandamentos cívicos, dos deveres de reservistas até os usos de uniformes, os cuidados com a higiene e o asseio individual. Para cada uma dessas partes havia um patrono. Para ordem unida, o patrono era o Duque de Caxias<sup>59</sup>.

A segunda parte é dedicada à instrução de tiro. Aos centros de instrução militar preparatória cabia seguir os passos para garantir a formação do bom atirador. Gomes (1944) coloca o almirante de Tamandaré<sup>60</sup> na condição de patrono daquela atividade.

A terceira e última parte a compor o manual foi dedicada ao General Osório, a quem Gomes (1944) designou ser patrono do conjunto chamado de instrução geral. Dos 27 pontos que constituíram o item da instrução geral, o autor chamou a atenção para o amor à pátria e colocou em evidência os 10 mandamentos cívicos elaborados pelo escritor Coelho Neto

1º - Honra a Deus amando a Pátria sobre todas as coisas por no-lo haver Ele dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra; 2º - Considera a bandeira como a imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças de teu coração; 3º - Honra a Pátria no passado: sobre os túmulos dos heróis glorifica-a no Presente: com a virtude e dedicação, que é a Força da Fé; 4º -

<sup>59</sup> Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias estudou na Real Academia Militar de 1818 a 1821. No ano seguinte ao término do curso foi um dos primeiros escolhidos para compor a formação do Batalhão do Imperador. Morreu em combate em 1880.

<sup>60</sup> “Joaquim Marques Lisboa, Almirante e Marquês de Tamandaré, foi o maior marinheiro do Brasil”. Segundo Moacir Fayão (1944), o “Dia do Marinheiro”, 13 de dezembro é dedicado à memória daquele que se dedicou inteiramente à Marinha Nacional.

Instrue-te, para que possas andar por teus passos na vida e transmite a teus filhos a instrução que é dote que se não gasta, direito que se não perde, liberdade que se não limita; 5º - Pugna pelos direitos que te confere a Lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque, da obediência que se presta, resulta a ordem, que é a Força suave que mantem os homens em harmonia; 6º - Ouve e obedece a teus superiores, porque, sem disciplina, não pode haver equilíbrio. Quando sentires tentador, refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar; 7º - Previne-te na mocidade, economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de iluminar a noite; 8º - Acolhe o hóspede com agasalhos, oferecendo-lhe a terra, a água e o fogo, sempre, porem, como senhor da casa; nem com arrogância que afronta, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro; 9º - Ouve os teus, que têm interesse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos, é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas nas trevas são sempre rebuscos de idéias que se não ousam manifestar ao sol; 10º - Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres, por ti mesmo farás, que és terra e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem (NETO *apud* GOMES, 1944, p. 85).

Com efeito, o apelo cívico tinha uma conotação clara de que a IPM se configurava como um complemento à educação moral do homem e, por meio dele, deve-se concretizar o amor à Pátria.

O manual de Instrução Pré-Militar era condizente com o pensamento social brasileiro, que por meio da recepção de ideias nascidas na Europa no final do século XIX e início do século XX deixavam-se guiar. Tratava-se de um momento de buscar algumas teorias que pudessem explicar a identidade brasileira. Isso levou intelectuais como Manoel Bonfim (sergipano) e Olavo Bilac a escreverem o livro “Através do Brasil”<sup>61</sup>. A obra pertence ao início do século XX e demonstra a preocupação dos autores com a educação, tanto dos estudantes quanto dos professores. Eles colocaram em pauta um livro de leitura que pudesse ser útil nas aulas de língua portuguesa e também em outras disciplinas. Santos (2012, p.129) diz que “a preocupação com História e com o civismo faz parte do conteúdo pedagógico do *Através do Brasil*”. Na visão do pesquisador, isso era perceptível no que chamou de “nacionalismo literário” diretamente ligado aos aspectos de mobilização militar e de combate ao analfabetismo, de Olavo Bilac. A narrativa construída por Bilac e Bonfim dava ao professor condições de trabalhar conteúdos que despertariam nas crianças “lições de moral e civismo”.

O segundo manual didático escrito pelo Pe. Avelino Canazza<sup>62</sup> é intitulado “Ensino Pré-militar” e foi publicado pela Livraria Salesiana, em 1945. O texto destinado a “meninos”

<sup>61</sup> Sobre o trabalho de Bilac e Bonfim, consultar SANTOS, 2012.

<sup>62</sup> Nasceu em Araraquara – SP, no dia 05 de agosto de 1908. Foi ordenado sacerdote em 29 de dezembro de 1935. Em 1941 começou a trabalhar no Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Faleceu em 02 de novembro de 1957, em São Vicente-SP, aos 49 anos de idade, sendo 30 de vida religiosa salesiana (Disponível em: [www.salesianos.com.br](http://www.salesianos.com.br). Acesso em: 15 dez 2017)

e “moços”, trata dos elementos necessários para a iniciação na instrução militar. O livro resultou de sua experiência de dois anos como instrutor na Escola de Instrução Pré-Militar n. 242, anexa ao Liceu Coração de Jesus, em São Paulo..

No prefácio, o Tenente-coronel Joaquim M. Santiago destaca que “estão assim de parabéns, não só os alunos, mas também os instrutores que encontrarão no trabalho do Padre Avelino um compêndio perfeitamente à altura das necessidades e que, além disto, vem sanar uma lacuna que muito se fazia sentir [...]”(CANAZZA, 1944, p. 3).

FIGURA 7 – CAPA DO MANUAL DE ENSINO PRÉ-MILITAR - 1945



Fonte: CANAZZA, Avelino. Acervo particular.

A Livraria Salesiana Editora estava localizada no Largo Coração de Jesus, 154 em São Paulo. Aparece um indicativo na primeira edição que se trata do 10º milheiro, o que sugere a impressão de dez mil exemplares.

Composto por 121 páginas, os conteúdos foram apresentados iniciando por apresentar o chefe do Estado brasileiro Getúlio Vargas; em seguida discorre sobre ensino e as diretrizes curriculares do ensino pré-militar, descrevendo o que se deve aprender sobre a Bandeira Nacional, as Armas e a República e os hinos: Nacional, à Bandeira Nacional e ao Estudante Brasileiro. As demais partes do livro são dedicadas às Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de instrução técnica de tiro, tudo de forma ilustrada.

#### 4.2 FINALIDADES, CONTEÚDOS E AVALIAÇÃO

As finalidades da IPM sofreram modificações em conformidade com os momentos históricos e políticos, considerando a sua obrigatoriedade no Brasil. Se entre 1908 e 1916 era preciso ofertar instrução de tiro e evoluções militares com o objetivo de divulgar e estimular a adesão ao sorteio militar, contribuindo para a formação de quadros do Exército em outros momentos atendia às necessidades de preparar a juventude para a defesa nacional e entre 1937 e 1945 configurou-se como um importante instrumento para consolidação do Estado-Nação, principalmente porque a educação havia sido colocada como “imperativo de segurança nacional”.

Os conteúdos do manual de Gomes (1944) aparecem de forma sequenciada, partindo de uma ideia mais geral de ordem unida para o entendimento da instrução geral do Exército Brasileiro, relacionando teoria e prática.

O autor define que a ordem unida é, sobretudo, o caminho da ordem, da disciplina. Gomes (1944, p.21) diz que “[...] os exercícios de ordem unida ensinam os movimentos necessários às paradas e ao desfile da tropa na disciplina das fileiras, desenvolvem o sentimento de coesão e os reflexos da obediência”.

Registros contidos nos livros de punições confirmam que a parada cívica, festividade realizada nas comemorações da Independência, deveria ter a presença obrigatória dos alunos do Atheneu Sergipense. A presença nas comemorações ao Dia da Bandeira (19 de novembro) também era obrigatória. O não comparecimento a tais festividades ocasionava suspensão por parte da direção da escola.

A participação dos alunos nas comemorações cívicas e patrióticas era o momento de demonstrar habilidade do que aprenderam os alunos em ordem unida. O desempenho dos alunos era demonstrado nas Paradas da Juventude<sup>63</sup> e nos Desfiles Cívicos e havia entre os

---

<sup>63</sup> Em 3 de setembro de 1940, o Diário Oficial do Estado de Sergipe publicou a relação de estabelecimentos de ensino da capital que “[...] atenderam ao convite do diretor geral do Departamento de Educação, e número de

colégios disputas de quem se apresentava melhor e com maior número de alunos, além da ordem de apresentação no desfile. Ao ministrar aquela parte da instrução para os jovens deveria ser seguido o “método aplicado à tropa, à escola de soldado”. Com isso não quer dizer que o grau de exigência dos exercícios para a tropa seria o mesmo para os alunos.

Os exercícios de ordem unida ensinam os movimentos necessários às paradas e ao desfile da tropa, mas ao mesmo tempo educam a tropa na disciplina de fileiras, desenvolvem o sentimento de coesão e os reflexos da obediência. A ordem unida é, sobretudo, ‘o caminho da ordem, da disciplina’. [...] Nos colégios em que existem ordem e disciplina, os alunos praticam insensivelmente a ordem unida; as ‘formas’ não são outra coisa que uma parte da instrução de ordem unida (GOMES, 1944, p.21).

Eram tidos como melhores colégios aqueles em que tivessem “mais instrução em ordem unida” e que melhor demonstrassem isso nos eventos destinados às apresentações dos alunos.

No Atheneu Sergipense os instrutores militares seguiam os regulamentos e as orientações gerais do comando da 6ª Região Militar e também da Inspetoria Permanente dos Tiros de Guerra para desenvolverem o seu trabalho pedagógico. O cuidado em registrar nas cadernetas militares<sup>64</sup>, o conteúdo e a situação do candidato à reservista era fundamental para a emissão das carteiras correspondentes, posteriormente. Mas é importante destacar que a relação entre a escola e a caserna não se resumia à oferta da IPM, mas estava também

---

alunos com que comparecerão à Parada da Juventude: Atheneu Sergipense ....300, Colégio Tobias Barreto ....850, Escola Normal Rui Barbosa ....290, Curso de Aperfeiçoamento ....25, Colégio Jackson de Figueiredo ....300, Instituto Profissional Coêlho e Campos ....150, Colégio Senhora Santana ....75, Escola Nossa Senhora de Lourdes ....50, Colégio São João Bosco ....25, Colégio São João Batista ....50, Escola Santa Terezinha ....50, Colégio Adventista ....33, Grupo Escolar General Valadão ....400, Grupo Escolar Barão de Maruim ....275, Grupo Escolar Dr. Manoel Luiz ....350, Grupo Escolar José Augusto Ferraz ....180, Grupo Escolar General Siqueira ....270, Escola Professora Antônia Angélica Sá ....50, Escola Eutíquio Lins ....58, Escola Cintra Vital ....50, Escola de Aplicação ( anexa a Escola Normal) ....34, Escola Professor Juvêncio Montes ....50, Escola Professora Ana Mundim Pestana ....50, Escola Professor Lima Júnior ....50, Escola Professor Mandahú ....50, Escola Ernesto Lobão ....50, Escola Leão Magno ....50, Escola Porfira de Almeida ....50, Escola Professor Oliveira ....50, Escola João Amâncio Bezerra ....50, Escola Professor Plínio ....50, Escola Gonçalo Vieira de Melo ....50, Escola Guilhermino Brant ....50, Escola Correia de Araújo Cedro ....50, Escola Serapião Pereira ....50, Escola Padre Pitangueira ....50, Escola Padre Antônio Carmelo ....50, Colégio Salesiano Nossa Senhora. Auxiliadora ....200, Colégio Nossa Senhora. de Lourdes .... 220, Colégio Eduardo Carlos Pereira ....30, Colégio S. Francisco ....30, Escola Santo Antônio ....40, Escola Nossa Senhora do Carmo ....40, Escola Freio Fabiano de Cristo ....40, Colégio Santo Antônio ....36, Escola S. José ....60, Colégio Nossa Senhora da Conceição ....37, Escola de Salvador ....15, Colégio Canterino ....70. Total .....5.483alunos”. No mesmo documento foi descrita a ordem do desfile, sendo assim distribuídos: “1 – Banda de Música; 2 – Atheneu Sergipense; 3 – Colégio Nossa Senhora de Lourdes; 4 – Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora; 5 – Colégio Tobias Barreto; 6 – Escola Normal “Rui Barbosa” [...] a lista prossegue, perfazendo um total de 54 escolas” (*DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE*, 1940, p.6/7).

<sup>64</sup> No percurso da pesquisa não localizei as cadernetas militares. Vi nos ofícios e relatórios de instrutores que eram encaminhadas ao 28º BC em muitos casos e em outros eram enviados para a sede da 6ª região Militar, em Salvador/BA. Em pesquisas futuras, localizar as cadernetas permitirá descobrir quantos e quais alunos obtiveram a condição de reservistas por meio das instruções recebidas no Atheneu Sergipense.



relacionada à vida do aluno fora da instituição de ensino. As fontes revelaram que era comum o comando do Exército solicitar atestado de comparecimento aos exames práticos de tiros, pedir documentos comprobatórios da efetiva idade dos candidatos a reservistas, quando desconfiavam de alguma informação e pedir providências aos diretores da escola, quando os alunos deixassem de cumprir com as obrigações nas instruções militares.

O ensino militar tem suas próprias regras de funcionamento, sem, contudo, descumprir as orientações da educação nacional. Assim, a instituição militar possui uma clara concepção de ensino e de aprendizagem, bem como um modelo pedagógico. Ferreira Neto (1999), na obra “A Pedagogia no Exército e na Escola”, procura entender o que a instituição militar compreende por pedagogia e aprofunda a discussão sobre a educação física e o militarismo. Tomo de empréstimo a expressão “pedagogia no Exército” para entender que a IPM seguia um método para atingir os fins de preparação para a defesa nacional. Corroboro com o autor, pois entendo que uma pedagogia aplicada no Exército está diretamente voltada à “manutenção da hierarquia e da disciplina militar que são mutuamente relacionadas” (FERREIRA NETO, 1999, p.25). Assim, é preciso que seja uma “pedagogia da ação prática”.

As atividades desenvolvidas com armas, por exemplo, requeriam não só o domínio teórico das partes que compõem um fuzil ou o seu processo de limpeza e conservação como descritos nas normas e nos manuais didáticos. Era preciso que demonstrar habilidade no manuseio do armamento, conforme ilustra a imagem a seguir de dois alunos do Atheneu Sergipense empunhando suas esgrimas.

FIGURA 8 ALUNOS DO ATHENEU SERGIPENSE – ATIVIDADE DE ESGRIMA



Fonte: CEMAS. Guia de fontes iconográficas, 2017. Foto 43 FASS01, s/d



Ferreira Neto (1999) questiona se os militares teriam desenvolvido uma teoria pedagógica para o ensino de educação física nas escolas brasileiras e vislumbra apreender a contribuição dos militares brasileiros na constituição de uma pedagogia da educação física no Brasil, captando “a feição do projeto pedagógico militar”. Considerando que o ensino é uma pauta importante da formação de quadros no Exército, é possível afirmar que “instrução física” dava grande suporte no processo de formação dos alunos e o trabalho que conciliava aspectos teóricos e práticos se mostrou eficiente, de outro modo não se justificaria a “presença” do Exército nas escolas civis, por meio da IPM.

Mas a instrução física não era a única a dar suporte na formação, pois para uma instrução completa era preciso cuidar da saúde do corpo e da alma, bem como da força corporal e da disciplina. E é nesse ponto, especialmente, que entra a instrução militar:

Precisamos de instrução militar e de exército nacional, para a defesa do nosso território e da nossa civilização, e para a defesa individual do organismo physico e moral de cada Brasileiro. Precisamos de exercito nacional, mas não do exercito nacional que hoje temos: queremos um exercito verdadeiramente nacional, sendo a própria nação composta de cidadãos-soldados, em que cada brasileiro seja o próprio exercito e o exercito seja todo o povo (BILAC, 1917, p.138).

Era uma visão que colocava em discussão o medo do militarismo, no sentido de que houvesse uma preponderância da classe militar. Mas era preciso ter a clareza de que

O exercito nacional será um laboratório de civismo: uma escola de humanidade, dentro do patriotismo; uma escola de energia social, começando por ser uma escola de energia nacional. Ambicionamos que todos os Brasileiros passem pelo quartel, revezando-se; que cada um dê ao menos um anno de sua vida ao serviço da vida da pátria. E não queremos somente o quartel. Queremos que dentro de cada quartel haja uma aula primaria; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo do seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão, com a sua inteligência adestrada, com a sua capacidade armada para o trabalho, com a sua consciência formada, com os seus músculos fortalecidos, com a sua alma enobrecida. No quartel, cada homem encontrará a sua completa cultura indispensável (BILAC, 1917, p.139).

A repercussão das ideias de Bilac foi sentida por onde ele passou e a adesão aos Tiros de Guerra, as matrículas nas Escolas de Instrução Pré-Militar e a elaboração de normas e regulamentos, expressando o que deveria ser ensinado também ganhou notoriedade nos meios civis, aumentando significativamente.

Na década de 1940, a publicação do manual pedagógico de Gomes (1944) representava a síntese das finalidades, dos conteúdos da IPM, contemplando o que estabelecia o Decreto-lei 1. 545, de 25 de agosto de 1939, que tornava obrigatória a IPM para os menores de 16 anos. Em novembro do mesmo ano, a lei do Ensino Militar (Decreto-lei 1.735) definia a Instrução Pré-Militar como o ensino destinado a ‘habilitar os alunos dos institutos civis de ensino, menores de 16 anos, ao ingresso nas unidades-quadro, tiros de guerra ou Escolas de Instrução Pré-Militar. De acordo com a Lei do Ensino Militar de 1939 e com a proposta do ministro da Guerra em 1941, a IPM compreendia ‘a prática de instrução de ordem unida (sem armas), a iniciação na técnica de tiro, a educação moral e cívica, e o ensino elementar da instrução geral (regras de disciplina, hierarquia do Exército, etc).

Já com a lei de reforma do ensino secundário de 1942, estendeu-se a obrigatoriedade da IPM a todos, segundo Schwartzman, Bonemy e Costa (2000). Mas os autores chamaram a atenção para o caso dos desavisados que não haviam percebido que a disciplina de IPM, tinha exigências e por sua regulamentação, os alunos podiam reprovar, caso não fossem bem sucedidos nas avaliações ou mesmo por deixarem de frequentar as aulas de IPM. Aqueles pesquisadores apresentaram um exemplo de pais de alunos do Colégio do Estado de Campinas que enviaram carta ao Ministro da Guerra em 1945, em que pediam para reconsiderar o caso de mais de mil estudantes que haviam sido reprovados por não terem frequentado os exercícios pré-militares, todos entre 12 e 15 anos. “Os pais argumentam dizendo que não estavam cientes da rigidez da lei. Nenhum pai sabia que seu filho, frequentando 600 horas de disciplinas intelectuais, iria perder o ano por não ter frequentado metade do curso pré-militar de 15 horas [...]” (SCHWARTZMAN, BONEMY e COSTA, 2000, p.214)

Os problemas em torno da obrigatoriedade da IPM desencadearam discussões não só entre pais, como o exemplo apresentado. Na interpretação de Schwartzman, Bonemy e Costa (2000) eles se avolumavam, o que provocou um pedido de parecer sobre o assunto do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, ao seu Diretor da Divisão de Educação Física daquele Ministério.

O parecer que saiu da assessoria do Ministro não o agradou, uma vez que, segundo Schwartzman, Bonemy e Costa (2000), o documento ressaltava, entre outras coisas, que não se justificava a remuneração dos instrutores do ensino pré-militar, especialmente porque eles desempenhavam na escola um papel que era próprio de sua “condição militar”. E prossegue afirmando que não seria possível defender uma fusão dos exercícios de educação física com

os de Instrução Pré-Militar, pois isso só geraria conflitos de orientação entre dois ministérios distintos, entre duas classes de profissionais diversos, entre dois programas diferentes.

Segundo Schwartzman, Bonemy e Costa (2000), o documento argumentava em favor da extinção da Instrução Pré-Militar: “não havendo lugar nos horários [...], para a educação física e para a chamada Instrução Pré-Militar [...], não devemos ter a menor hesitação e preferir a permanência da educação física [...]” (SCHWARTZMAN, BONEMY E COSTA, 2000, p.215).

O que se percebe diante da exposição do parecer que saiu do gabinete do Ministro Capanema é que não havia consenso na questão de ofertar a IPM nas escolas civis, especialmente com um programa que se repetia para as crianças de 12 a 16 anos e ainda tinha a questão da disciplina militar no meio civil servir para despertar o “tão condenável espírito militarista”. Diante da defesa de extinção da IPM, o argumento que prevalecia era o que a melhor contribuição que o Ministério da Educação e Saúde poderá prestar ao Exército Nacional é entregar-lhe rapazes fortes e inteligentes, cidadãos cômicos de seus deveres, material humano que possa permitir a formação rápida de excelentes soldados. Caso a Instrução Pré-Militar não fosse extinta, ao menos, “fosse ministrada apenas no último ano do ginásio, caso as autoridades militares a julgassem imprescindível” (SCHWARTZMAN, BONEMY e COSTA (2000, p.215)

Para solucionar os impasses e os problemas provocados no calor dos debates sobre a IPM, concessões foram feitas na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. As ciências não foram de todo retiradas dos programas, mas agregadas sob uma única disciplina, as ciências naturais, para se diferenciarem no segundo ciclo. Já a educação religiosa teria finalmente seu lugar assegurado, cabendo às autoridades religiosas a definição do programa. A Instrução Pré-Militar, fixada pelo Ministro da Guerra, tornou-se obrigatória nos estabelecimentos públicos e particulares. A reforma ficaria, em síntese, caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria.

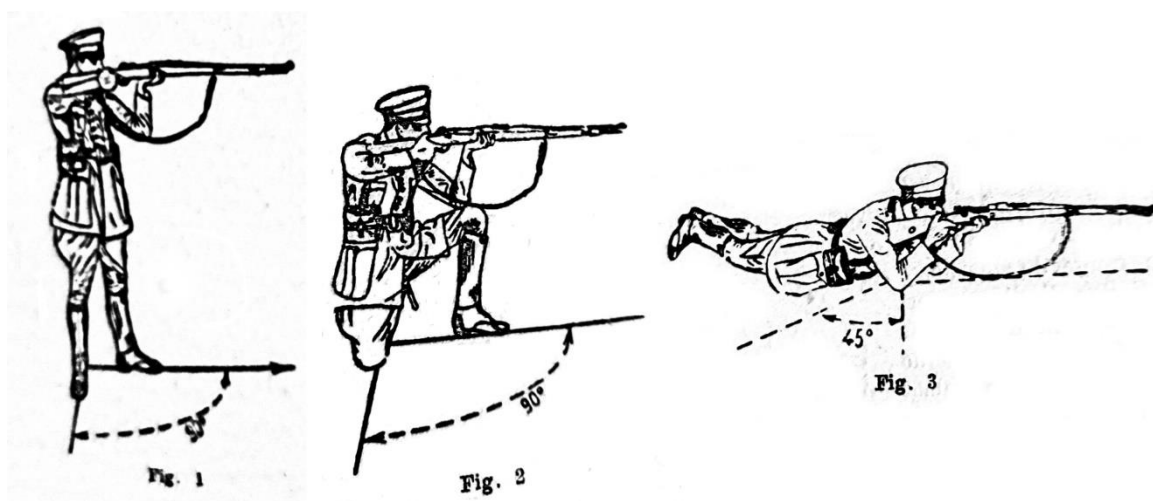
Os manuais sintetizavam o método de ensino, apresentando um repertório de regras comuns que poderiam ser repetidas, lidas e analisadas por seus possíveis leitores. Neste caso, os instrutores militares das escolas civis, público a quem se destinava a publicação, o que não impede o acesso de outros interessados.

#### 4.3 HABILIDADES E CONHECIMENTOS

Para desenvolver a habilidade de bem atirar, os alunos precisavam conhecer as armas usadas, além de aprender a manusear era necessário também dominar as regras de conservação do armamento. Como primeira tarefa a ser realizada na segunda parte da IPM que consistia em instrução de tiro, fazia-se necessário saber as armas usadas na Infantaria, especificamente. Do aluno era exigida a habilidade de distinguir os tipos de arma. As principais apresentadas no manual didático de Gomes (1944) foram: armas de tiro tenso (fuzil, mosquetão, fuzil metralhadora, metralhadora e pistola ou revólver); armas de tiro curvo (granadas de mão, granadas de fuzil e morteiro) e armas de tiro tenso e o curso, como o canhão de infantaria. De forma ilustrada, o autor descreve cada uma das armas, mostrando o calibre, cadência de tiro, velocidade inicial da bala, tensão de trajetória, dentre outras importantes características.

As ilustrações do manual serviam para mostrar aos alunos, além das armas, também as posições dos atiradores, a saber: de pé, de joelhos e deitado, observando os detalhes da angulação de 90 graus. O objetivo maior de conhecer tudo isso era o de que os alunos manejassem as armas sem embaraçados e que na eminência de uma guerra pudessem cumprir o seu papel patriótico de defesa da pátria com competência.

FIGURA 9 – AS POSIÇÕES DE ATIRADOR



Fonte: GOMES (1944, p. 76/78).

Os alunos matriculados na Instrução Pré-Militar deveriam aprender a manusear o armamento recebido no Atheneu Sergipense, ao tempo em que cabia à direção da instituição zelar pelo armazenamento e restituição à Fazenda Nacional.

Além do correto manuseio do armamento, dominando um conhecimento básico sobre um fuzil ou um sabre, por exemplo, era preciso garantir que a escola contribuísse “para que os futuros conscritos obtenham robustez física e sanidade moral” (GOMES, 1944). A robustez era adquirida através dos exercícios que, se cumpridos rigorosamente, dariam ao aluno bons resultados na IPM.

Fica evidenciado que as habilidades físicas eram muito importantes na formação dos jovens e meninos, mas era necessário também dotá-los de outras habilidades, como as de leitura, por exemplo. O pesquisador Ferreira Neto (1999) acredita que “o Exército só se envolve com o processo de educação da população civil em face do elevado índice de analfabetismo dos conscritos para o serviço militar” (FERREIRA NETO, 1999, p.16). Desse modo, era necessário se voltar para a instrução da população.

Na proposta de construção do Estado Nacional, a pedagogia ocupou um importante lugar, recebendo destaque, pois teria por meta primordial, a juventude brasileira. Era da competência do Estado o trabalho de “tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário” (SCHWARTZMAN, BONEMY e COSTA, 2000, p.83). Era indispensável, para que este plano fosse bem sucedido, que houvesse símbolos a serem difundidos e cultuados, mitos a serem exaltados e proclamados, rituais a serem cumpridos. A Igreja católica, se devidamente mobilizada, poderia proporcionar esses conteúdos, símbolos e rituais a partir da religiosidade latente na população brasileira.

A análise cuidadosa feita pelos autores demonstra que o Exército assumiu na política nacional um lugar de participação crescente na esfera educacional, fazendo-se notar com mais intensidade a partir de 1930. A política de Estado Nacional que se queria construir era impulsionada pelos interesses não só do governo, mas da Igreja Católica e outros setores que tinham o nítido interesse de “organizar, disciplinar e imprimir na população uma ‘mentalidade adequada’ ao novo Estado Nacional”.

No regime do Estado Novo, a vinculação da educação às questões de segurança nacional representava um projeto estratégico. O ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra definiu a educação como setor de atividades estreitamente ligadas aos imperativos de segurança nacional e, portanto, muito estratégica. O ensino pré-militar era uma área de

conflito de jurisdição entre o Ministério da Educação e o da Guerra, cujas preocupações com a educação moral da juventude se vinham ampliando.

É importante reconhecer que os conhecimentos e habilidades expressos nos manuais representavam uma importante contribuição em relação ao atendimento dos alunos nos centros de formação da instrução pré-militar. O ensino destinado aos que poderiam aspirar ou não à carreira militar era, com efeito, bastante diversificado. Eles aprendiam os exercícios militares, os manejos e conservação de armas e deveriam conhecer o sistema de hierarquia militar.

## CONCLUSÕES

As questões lançadas ao objeto me levaram a concluir que as práticas IPM no Atheneu Sergipense se configuraram como disciplina escolar, entendida nos moldes de Chervel (1990). A busca dos significados e dos destinatários no decurso dos 38 anos que vigorou a obrigatoriedade dessa modalidade nas escolas civis, permitiu-me entender que a configuração política e os espaços ocupados pelo Exército em determinados momentos davam à IPM um lugar, um público e uma finalidade coerente com o princípio de preparação de jovens e crianças para a defesa nacional.

Nos manuais didáticos, produzidos pelo capitão do Exército Moacyr Fayão de Abreu Gomes e pelo Pe. Salesiano Avelino Canazza, a sistematização dos conceitos de Instrução Pré-Militar, as finalidades, os conteúdos, as formas de avaliação e os princípios do Exército a serem difundidos entre os civis revelaram o exposto valor entre a relação do serviço militar obrigatório e a preparação da juventude para a defesa nacional, a partir dos elementos fundantes da instituição militar: a obediência e a disciplina.

As práticas dos instrutores militares, coadunando com as normas do Exército despertaram o interesse de alunos para seguir carreira em seus quadros formativos, mas também provocaram mal-estar entre os alunos que não se entusiasmaram com o preparo militar na escola. Isso pôde ser captado nos relatórios dos instrutores que registravam a “insubordinação” de alguns alunos que deixavam de cumprir as ordens recebidas. Assim, fica patente que esse é um objeto que ainda carece de pesquisas no Brasil e em Sergipe, principalmente porque há um “espectro de sombras” que paira sobre as relações entre Forças Armadas e educação, que ainda precisa ser enfrentado, conforme atesta a Alves (2001).

A ligação entre os militares e os regimes autoritários vividos no Brasil, de algum modo, inibe os estudos na área. Nesta investigação, constatei que é necessária uma aproximação cuidadosa dos pesquisadores neste campo, visto que há muito a se descobrir das práticas militares no interior das escolas, fugindo talvez, dos marcos que ligam diretamente os militares aos golpes de Estado, como: 1889, 1930 e 1964, conforme alerta Castro (2002). Os pesquisadores da História da Educação tem alargado suas fontes e também vislumbrado lançar novos olhares para objetos esquecidos ou rejeitados pela natureza da atuação e das ações promovidas em diferentes espaços sociais. O que se sabe é que nem a permanência de práticas próprias na caserna revela muito mais do que se tem costume de admitir e que não é

possível ao pesquisador fazer da história um lugar do julgamento e deixar de compreender práticas e representações de um dado momento histórico, somente por preconceito.

Ficou evidenciado no curso dessa investigação que para atender ao projeto republicano, o Exército foi um importante aliado dos governos, porque poderia incutir na juventude, principalmente a masculina, um ideário da nação armada e o papel que cada um assumia na tarefa de “regeneração do Brasil”. As práticas de IPM se enquadraram muito bem nesse projeto republicano, colocando-se como um instrumento para fazer nascer o sentimento de nacionalidade entre os jovens. Desse modo, os propósitos do estado e do Exército eram coincidentes, haja vista a preocupação de inculcar os sentimentos patrióticos, dando muita ênfase à ordem, à disciplina e ao culto aos deveres cívicos.

Nessa tarefa de localizar a formação dos jovens no âmbito da Instrução militar no Atheneu Sergipense, identifiquei os Tiros de Guerra que desenvolvem trabalho semelhante ao da Instrução Pré-Militar, aproximando os civis da vida militar, ofertando instrução de tiro para a garantia de formação de reservistas. Conhecidos como “escolas de civismo e cidadania”, demarcando a estratégia de “presença” do Exército em todo território nacional, constituem-se objeto de investigação da cultura escolar nesses locais de formação e merecem atenção acadêmica. Em Sergipe, ainda são mantidos em funcionamento Tiros de Guerra nas cidades de Estância e Lagarto.

A Instrução Pré-Militar entre os anos de 1908 a 1946 sofreu muitas modificações e, conforme lembra Horta (2012), foi somente a partir de 1916 que ganhou maior relevo entre intelectuais e entusiastas da educação, principalmente quando teve como porta-voz o poeta Olavo Bilac e os demais representantes da Liga de Defesa Nacional. As fontes localizadas no CEMAS me permitiram compreender que a IPM no Atheneu Sergipense, de fato, expandiu-se a partir daquele momento, mas não foi possível dimensionar a repercussão daquelas práticas nas escolas particulares de Sergipe, uma vez que era obrigatória também para as instituições daquele tipo, que estivessem em gozo da equiparação ao Colégio Pedro II. Com isso, fica também evidente que esse é mais um tema que requer o atencioso olhar de pesquisadores da história da educação.

Evidentemente, que a problematização apresentada não esgotou o tema e o objeto, portanto, ainda há muito que se perguntar acerca da Instrução Pré-Militar em Sergipe, explorando especialmente a imprensa local e os arquivos escolares.

O lugar ocupado pela IPM na imprensa sergipana também demanda atenção. O que publicou os jornais sobre as práticas de IPM é um potencial objeto. Mas, o trabalho investigativo em torno dos jornais estudantis, especialmente aqueles produzidos e publicados



pelos alunos do Atheneu Sergipense, a exemplo de *O Necydaalus* e *O Porvir*, dentre outros, são importantes fontes para localizar os discursos dos alunos, dos professores e dos próprios militares naquela instituição de ensino.

A IPM no Atheneu Sergipense atendeu aos propósitos estabelecidos nos regulamentos de nível nacional e permitiu entender o lugar ocupado pelo Exército no cenário de formação das forças que comandaram o Estado, especialmente na primeira metade da República.

A IPM no Atheneu Sergipense era regida pelos preceitos pedagógicos do Exército e como tal, seguia um método com objetivos, conteúdos e formas de avaliação bem definidos, conforme se observa nos documentos normativos, nos indícios das práticas e nos manuais didáticos.

Partindo das orientações de Chervel (1990) posso afirmar que a IPM constituída por “finalidades”, “conteúdos” e mecanismos de “exercícios e avaliação” foi construída em meio a diferentes interesses, principalmente porque exigia uma demarcação do “campo militar” no seio da sociedade. Os conflitos e as lutas travadas para realização do sorteio militar, as campanhas de divulgação dos ideais de civismo, a consolidação de uma política de ensino que contemplasse a “instrução de tiro e as evoluções militares”, dentre outros pontos cruciais que interferiram na consolidação do ensino de IPM representam uma cultura escolar que, por sua vez, configura a disciplina de IPM.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. **Os oficiais do Exército brasileiro e a formação da elite intelectual sergipana no século XIX (1822-1889)**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2006. 133p. (Mestrado em Educação).

ALVES, André Luís Conceição. **A Geografia e uma história: a disciplina de Geografia no Atheneu Sergipense entre os anos de 1870 e 1908**. São Cristóvão: PPGED, 2014. 94f (Mestrado em Educação).

ALVES, Cláudia Maria Costa. A visão militar da educação no Império. In: GONDRA, José. (org). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p.147 – 164.

ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo (Orgs.). **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo planos de estudo (1870/1908)**. São Paulo: Programas de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC, 2005. (Doutorado em Educação).

\_\_\_\_\_. **Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense**. Aracaju: Edise, 2015.

ALVES, Eva Maria Siqueira; RODRIGUES, Cibele de Souza. “Mocidade Vitoriosa”: aspectos sobre *O Porvir*, um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1932). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. vol. 2, n. 46, 2016, p.217-233.

AMADO, Gilberto. **Histórias de minha infância**. São Cristóvão/SE: Editora da UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

AMARAL, Azevedo. O exército e a educação. In: **Nação Armada**. Rio de Janeiro, n.4, março de 1940. p.26-30.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. Natal: EDUFRN, 2015.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II: terceira época: 1930-1964. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BADARÓ, Murilo. **Gustavo Capanema: a revolução na cultura**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional** (Discursos). Rio de Janeiro: Edição da Liga de Defesa Nacional, 1917, p.133-142. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

BITENCOURT, Liberato. **Homens ilustres do Brasil**. Rio e Janeiro, 1913.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Uma educação para a vida**: as práticas educativas dos salesianos para formação de meninos em Sergipe (1911-1945). Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2017 (Tese de Doutorado).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel Ed; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BRAS, José Gregório Viegas; GONÇALVES, Maria Neves Leal. As disposições interiorizadas nas sociedades de Instrução Militar Preparatória. *Educació i Història: Revista de Història de l'Educació*, n. 13, gener/juny, 2009, p.109-128.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

\_\_\_\_\_. **O espírito militar** - um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CAVALCANTE, Maria Claudia. **Em frente ao espelho, recompondo e compondo cacos de si**: a intelectualidade e memória de Gilberto Amado. Campina Grande/PB: Programa de Pós-Graduação em História, 2009, 125f. (Mestrado em História)

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**: 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, 1990, p. 177-229.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Pedagogia de internar**: história do internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967). São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

COSTA, Ana Márcia Barbosa de Santana. **Civilização, modernidade e educação nas páginas do jornal A Razão (1898-1923)**. São Cristóvão: PPGED, 2017 (Tese de Doutorado).

DANTAS, José Ibarê da Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2 ed. Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 1999.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju/SE: Imprensa Oficial, 1940

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Editado por Michael Schröter. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

FARIAS, Iara Alves de. **Economia Doméstica no Atheneu Sergipense**: uma análise da disciplina entre os anos de 1944 e 1949. São Cristóvão: monografia de graduação em História, 2009.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial, 2001.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.) **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Autores, 2010. p.17-32.

FERRAZ-LORENZO, Manuel; ALONSO-DELGADO, Victor. Um modelo *Sui Générís*: las escuelas de formación pre-militar y militar em España (1912-1936). Estúdio particular de lo acontecido em las Islas Canarias. **História da Educação (online)**. Porto Alegre, n.46, v.19, mai/ago, 2015, p.113-130

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FEREIRA, Bruno Torquato Silva. **“Cidadãos às armas”**: a introdução do sorteio militar no estado do Mato Grosso (1908-1932). Curitiba: UFPR, 2014 (Doutorado em História).

FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia no Exército e na Escola** – a educação física brasileira (1880 – 1950). Aracruz/ES: FACHA, 1999.

FERRER, Francisco Adegildo. A instrução militar no governo Vargas (1937-1945). In: **Revista do Instituto do Ceará**, 2000. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista>. Acesso em: fev. de 2016.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguaiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro; SILVA, André Luiz dos Santos; VAZ, Alexandre Fernandez. O gabinete biométrico da Escola de Educação Física do Exército: medir e classificar para produzir corpos ideais, 1930-1940. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos/RJ, v.20, n.4, out-dez, 2013, p.1551-1569.

GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONZALEZ, Selma Lúcia M. **A territorialidade militar terrestre no Brasil**: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 2008 (Tese de Doutorado).

GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. São Paulo: PUC, 2005. 285 f. (Doutorado em História da Educação).

GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. **Do ponto a forma: a disciplina Desenho no Atheneu Sergipense (1905-1930)** São Cristóvão: PPGED, 2012. 144f (Mestrado em Educação)

HAYES, Robert A. **Nação Armada** – a mística militar brasileira. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

JESUS, Andrea Reis de. **Colégio da Polícia Militar da Bahia: primeiros tempos, formando brasileiros e soldados (1957-1972)**. Salvador/BA: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. 156p (Mestrado em Educação).

LE MOS, Tiago Tremonte de. **Desejos de modernidade: o Exército Brasileiro e a Missão militar francesa de instrução (1917/1927)**. São Paulo: PUC, 2014. (Doutorado em História).

MAGALHÃES, João Batista. **Evolução militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. **Collegio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946)**. São Cristóvão: NPGED/UFS, 2003. (Mestrado em Educação).

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caserna em polvorosa - a revolta de 1924 em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. **Profissionais ou rebeldes? A formação do oficial do Exército brasileiro na primeira República (1889-1929)**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. **A caverna em polvorosa - a Revolta de 1924 em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

MENDES, Alessandro Araújo. **O menor delinquente e abandonado em Sergipe: da instrução ao cárcere (1942-1974)**. Universidade Federal de Sergipe, 2014. (Dissertação de mestrado em educação).

MOTTA, Jeovah Formação do Oficial do Exército. Biblioteca do Exército Editora; Coleção General Benício. Vol. 338, 1976.

MUNAKATA, Kazumi. Livro Didático como indício da cultura escolar. Revista **História da Educação** (online). Porto Alegre, n. 50, v. 20, set/dez de 2016, p.119-138.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Baden-Powell**: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. **Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2009. (Doutorado).

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. In: **Em Aberto**, vol. 9, n.47, 1990. Disponível em: [www.emaberto.inep.gov.br](http://www.emaberto.inep.gov.br). Acesso em: fev.2016.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: SEC/UFS, 1984.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: EDUCA, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. A instrução militar e o ensino de inglês no Brasil (1761 – 1832). **Revista Tempos e espaços em Educação**, vol.4, p.59-72, jan/jun de 2010.

PAULA, José Fabiano de. **“O que a escola começa, o Exército continua”**: a campanha de nacionalização durante o Estado Novo nos Núcleos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2006. 221p. (Mestrado em Educação).

PINTASSILGO, Joaquim. “O coronel Frederico Ferreira de Simas e a educação nova em Portugal”. In: ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). **Militares e Educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010. p.17-43.

Revista O Tico Tico, de março de 1943. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/153079/per153079\\_1943\\_01888.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/153079/per153079_1943_01888.pdf). Acesso em: 18 jan. 2017.

Revista Pedagógica. Rio de Janeiro, ano III, n.18, vol. II, maio de 1917.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã**. Ed. 139927, 1940, p.1. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso 15 de dez 2017.

RIO DE JANEIRO. A **Manhã**, 1943, p.1. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso 15 de dez 2017.

RIO DE JANEIRO. A **Noite**, 1942, Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso 15 de dez 2017.

RODRIGUES, Cibele de Souza. “*O Porvir*: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1932)”. In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p.1-15.

RODRIGUES, Simone Paixão. “**Com a Palavra, os alunos**”: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1934-1956). São Cristóvão: PPGED/UFS, 2015. 337f (Doutorado em Educação).

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso**: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891). São Cristóvão: NPGED/UFS, 2010. 118p. (Mestrado em Educação).

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio de Pedro II**: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro – a trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade. Rio de Janeiro: Manuad, Faperj, 2016.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Através do Brasil**: uma trajetória centenária. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

SANTOS, Juraci. **A expectativa de mais um luzeiro do saber em Curitiba**: o internato do ginásio paranaense (1919-1942). Curitiba: UFPR, 2009. (Mestrado em Educação).

\_\_\_\_\_. Matéria escolar ou disciplina escolar: uma reflexão sobre a instrução pré-militar no Estado Novo (1937-1945). **VII Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul** – ANPED SUL. Paraná: UFPR, 2008.

SANTOS, Magno Francisco. **Ecos da modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2009. 210f (Mestrado em Educação).

SANTOS, Patrícia Batista dos. “**Amai a pátria**”: o ensino da disciplina **Educação Moral e Cívica no Atheneu Sergipense** (Década de 70 do século XX). São Cristóvão: PPGED, 2012. 125f (Mestrado em Educação).

SÃO JOSÉ, Elisson Souza de. **As armas e as letras inglesas**: a instrução militar e o ensino de inglês na corte do Rio de Janeiro (1810-1832). São Critóvão: PPGED, 2015 (Mestrado em Educação)

SOUSA, Clotildes Farias de. **A Liga Sergipense contra o analfabetismo**. Aracaju: EDISE, 2016.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: **Cadernos Cedes**. Ano XX, n 52, novembro de 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate**. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SERGIPE. **Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1921**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1928.

SERGIPE. **Lei n. 605**, de 24 de setembro de 1912. Aracaju/SE, 1912.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **Uma História a Disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943)**. São Cristóvão: PPGED, 2011. 254f (Mestrado em Educação)

**Suplemento Literário de “A Manhã”**, de 04 de outubro de 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=066559&pagfis=959&peq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> (p.135). Acesso em: 18 jan. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon; BOONEMY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura Escolar, cultivo de corpos** – educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria. **500 anos de educação no Brasil**. 3 ed. Belo Horizonte, 2003.

VIDAL, Valdevânia de Freitas Santos. **O Necydaalus**: um jornal estudantil Atheneu Sergipense (1909-1911). São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação, 2009. (Mestrado em Educação).

VILHENA, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política do Estado Novo. **Psicologia-USP**, v.3 (1/2). São Paulo: Faculdade de Educação, 1992. p.45-57.

## Fontes

BRASIL. **Lei nº 1.860**, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 9.331**, de 10 de junho de 1946. Extingue a Instrução Pré-Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 4.244**, de 09 de abril de 1942. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n. 4.642**, de 2 de setembro de 1942. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 16.013**, de 26 de abril de 1923. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 15 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n.432**, de 19 de maio de 1938. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 11 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n. 1.735**, de 3 de novembro de 1939. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 11 de maio de 2017.



\_\_\_\_\_. **Decreto Lei n. 12. 708**, de 9 de novembro de 1917.  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 11 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 22. 350**, de 12 de janeiro 1933.  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 12 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 243**, de 18 de junho 1935.  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929>. Acesso 12 de outubro de 2017.

BRASÍLIA. Revista *Verde Oliva*. Ano XLIII, n. 233, julho de 2016 (Especial).

BRASÍLIA. Revista *Verde Oliva*. Ano XLIII, n. 234, outubro de 2016.

CANAZZA, Avelino. **Ensino Pré-militar**. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 1945.

CEMAS, ofícios da Região Militar. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 9. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 13, de 25 de abril de 1939. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 25, de 10 de junho de 1939. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 19, de 25 de setembro de 1939. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício s/n, de 7 de novembro de 1938. Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 423, Ref. 61 FASS05, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 569, de 25 de agosto de 1926, Ref.: 24FASS05, Cx. 101.

CEMAS. ofícios da Região Militar. Ref. 210 FASS10, s/Cx.

CEMAS, ofício n. 6, de 9 de abril de 1937. Ref.15FASS05, Cx. 102.

CEMAS, ofício n. 4, de 18 de maio de 1937. Ref.15FASS05, Cx. 102.

CEMAS, ofício n. 554, de 19 de maio de 1910, Ref.16FASS05, Cx. 102.

CEMAS, Ref. 16 FASS05, Cx 102.

CEMAS, Ref. 384FASS10, Cx. 126.

CEMAS, Ref. 12FASS05, Cx.137.

CEMAS, Ref. 14FASS05, Cx.137.

CEMAS, Ref. 16FASS05, Cx.137.

CEMAS, Ref. 17FASS05, Cx.137.

CEMAS, Ref. 54FASS05, Cx.137.

CEMAS, Ref. 20FASS05, Cx.137.

CEMAS, ofício n. 424. Ref. 54FASS05, Cx.137.

CEMAS, circular n. 221. Ref. 20FASS05, Cx.137.

CEMAS, circular n. 2, de 23 de agosto de 1940. Ref. 54FASS05, Cx.137.

CEMAS, circular n. 3, de 6 de setembro de 1940. Ref. 54FASS05, Cx.137.

CEMAS, Livro de registro. Ref. 505FASS10.

GOMES, Moacyr Fayão de Abreu. **Manual de Instrução Pré-Militar** (De “O livro da Juventude”), 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1944.

## ANEXOS

### ANEXO A – Registro de frequência dos alunos Instrução Pré-Militar – CIP 618-1946

Nº de ordem	Nomes	Meses				
		Março	Abril	Maió	Junho	Julho
1	Antonio Silveira dos Santos			1	1	
2	Antonio José de Melo			1	1	
3	Antonio Fernando P. Assis			1	1	
4	Antonio Alves dos Reis			1	1	
5	Antonio Dias de Oliveira				1	
6	Antonio de Menezes de Oliveira			1	1	
7	Antonio Jose Andrade Campêlo			1	1	
8	Antistenes Ribeiro Santos				1	
9	Adalberto Oliveira Filho			1	1	
10	Alvaro Gomes da Rocha				1	
11	Anisio Dantas Filho				1	
12	Clemerano Heitor de Carvalho				1	
13	Cadmo Otavio José do Nascimento				1	
14	Carlos Firpo da Costa Ouro				1	
15	Claudio de Oliveira Teles				1	1
16	Dorival de Carvalho Costa				1	
17	Damianor Ribeiro de Mendonça				1	
18	Edmundo Claudio Jacobina Fragoso				1	
19	Everton Santana				1	1
20	Filadelfo Jonatas de Oliveira Sobrinho				1	
21	Galileu Lacerda Brito				1	
22	Francisco Elmano de Carvalho				1	
23	Heli Soares Henrique Nascimento				1	
24	Hortencio Hipolito Silva				1	
25	Hitler de Oliveira Mota				1	
26	Ivo de Goes Peixoto				1	
27	Idelmar Epaminondas Silva				1	
28	Itamir de Cerqueira Paes				1	1
29	Idalmir de Cerqueira Paes				1	
30	Haroldo Nazareth Magno				1	
31	Joao Dorea de Carvalho				1	
32	Jeferson Muniz Lopes				1	
33	José Silva Filho				1	
34	Joaquim Lobão Filho				1	
35	João Siqueira Aguiar				1	
36	José Otavio de Carvalho				1	

37	Jesuino de Oliveira Filho				1	
38	José Geraldo de Brito				1	
39	João Diniz Pina				1	
40	José Florencio das Santos				1	
41	José Siqueira Silva				1	
42	Jovino Pinto de Oliveira				1	
43	João Epifanio de Andrade Lima				1	
44	João Augusto Mariú				1	
45	José Celio Martins				1	
46	José Fernandes Amaral Silva				1	
47	Jovan Ferreira				1	
48	José Canabrava de Mendonça				1	
49	Jorge Gomes do Nascimento				1	
50	Jorge dos Santos Mendonça				1	
51	José Nonato Rocha				1	
52	Jairo de Andrade Freire				1	
53	José Vieira de Melo		1		1	
54	José Eduardo da Silva		1		1	
55	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
56	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx					
57	Xxxxxx do Prado Melo				1	
58	Xxxxxx Silveira de Mendonça				1	
59	Luiz Carlos Resende				1	
60	Dermival Mainart Moura				1	
61	Osvaldino Menezes de Aragão				1	
62	Paulo Costa Pinho				1	
63	Paulo Emilio Lacerda Mota				1	
64	Paulo Daniel Andrade Campêlo				1	
65	Roberto Freitas Barreto				1	
66	Reinaldo Matos Andrade				1	
67	Raimundo Nonato Santos Ferreira				1	
68	Raimundo Nery de Moraes				1	
69	Renato Mota Araujo				1	
70	Roger Roberto Ribeiro Cardoso				1	
71	Emilio Freitas				1	1
72	Manuel Messias Santos				1	
73	Vivaldo Barros de Santana				1	
74	Wilson Curvello Mendonça				1	
75	Walter Vieira				1	
76	Wellington Batista Nogueira				1	
77	Zezilton José de Santana				1	
78	Abarê Torres de Souza		1	1	1	
79	Airton Araujo Tavares				1	
80	Alberto Carvalho				1	
81	Aloisio Guerra				1	3
82	Antonio Carlos de Souza		1	2	1	
83	Antonio Cesteira de Menezes		1	2	1	
84	Antonio Nascimento Dantas			2	1	

85	Antonio Gonçalves Pereira		1	2	1	
86	Arnobio Alves Nunes					
87	Berilio Tavares Sandes				1	
88	Carlos Alberto Tourinho			1	1	
89	Carlos Antonio das Neves			1	1	
90	Carlos Augusto de Sá				1	
91	Clodoaldo de Alencar Filho					
92	Cleber Farias Pinto				1	
93	Dirceu Andrade Felizola		1	2	1	
94	Divaldo Carvalho Costa		1	1	1	
95	Elmo Souza Hardman		1	1	1	
96	Enaldo Teles Serqueira			2	1	
97	Flavio Milton Pereira			2	1	
98	Francisco Araujo		1	1	1	
99	Francisco de Assis Lima Gama				1	
100	Francisco de Carvalho Prado				1	
101	Francisco Valença Borges		1	2		
102	Geraldo Prado Mesquita				1	
103	Graco Cardoso Silva				1	1
104	Helio Nunes da Silva			2		
105	Hunaldo Alves de Oliveira		1	2	1	
106	Igeval de Cerqueira Paes		1			
107	Idelgardo Rosa Souto			2	1	
108	Jarbas Batista Souto				1	
109	Jeconias Queiroz			1		
110	Jethro Oliveira				1	
111	João Gilvan Rocha		1	1	1	
112	Jonatas Pinto Filho		1	1	1	
113	José Alcantara do Bomfim		1	2	1	
114	José Augusto Santos				1	
115	José Carlos Freire Calazans					
116	José de Figueredo		1			1
117	José Iraildo Franco			1		2
118	José João de Araujo Alves		1	1	1	
119	José Maria de Resende			2	1	4
120	José Misael da Silva Monteiro				1	
121	José de Oliveira			1	1	
122	José Prado Silva					
123	José Silva de Souza				1	
124	José Valter Soares Lima		1		1	
125	José Venencio de Azevedo			1		
126	José Vieira de Santana		1			
127	José Wilson Menezes			1	1	1
128	José Wagner Melo		1	1	1	
129	Luiz Carlos Fontes de Alencar			1		
130	Luiz Fernandes Leonel				1	
131	Mario Monteiro Rocha		1	2	1	4
132	Milton Prado dos Santos		1	1	2	

133	Moacir Barreto Sobral		1	2	1	
134	Milton Medeiros Dantas		1	1	1	
135	Nilton Oliveira		1	2		
136	Noelio Albuquerque Silva			1	1	
137	Odilon Araujo Mendonça				1	
138	Otacilio Ferreira da Silva		1	1	1	
139	Paulo Bernardo de Faro Melo		1	1	1	3
140	Paulo Correia Tavares			1	1	3
141	Rafael Manuel de Santana		1	1		4
142	Raimundo Almeida Santos				1	
143	Raimundo de Paiva Melo					
144	Rodolfo Machado Lima					1
145	Rubens Menezes de Carvalho		1			2
146	Teodomiro Firmo da Silva			1	1	
147	Verdi Plech			1	1	
148	Vilobaldo Barreto Passos			1		
149	Waldemar Santana Macena			1		
150	Walter Rocha Santana					
151	Washington Luiz Chagas					
152	Wellington Santana					
153	Wellington Rolemberg Barreto					
154	Wilson Dantas Mangueira Marques			1		
155	Wolney Oliveira Silva					
156	Zacarias José Santos					
157	Afonso de Resende Pacheco		1	1	1	
158	Airton de Souza Porto		2	3	1	1
159	Aluizio de Abreu Lima		2	4	1	
160	Antonio José de Matos			2	1	
161	Antonio Martins Silveira			2	1	
162	Antonio Romero Liberio			1		
163	Anselmo Nunes Alves			1		
164	Aroldo Esteves Lima		2	2	1	
165	Carlos Alberto Lima Santos			2		
166	Carlos Germano Timm do Prado Montes		1	2	1	
167	Clodomir dos Reis Goarany		1	2	1	
168	Denio Roberto de Brito Franco		1		1	
169	Dorgival de Faro Ezequiel		2	5	1	4
170	Francisco Augusto Monteiro Celso		2	5	1	4
171	Francisco Carlos Pinheiro de Faro		2	5	1	
172	Frederico Hazanan Soares Goes		2			2
173	Gildasiu Barbosa de Mato		2	3	1	1
174	Haroldo Monteiro Freire		1	1		
175	Homero Oliveira Barreto		1	4	1	
176	Luiz Gonzaga		2	3	1	
177	Luiz Santana			1	1	2
178	Manuel de Resende Pacheco				1	1
179	Paulo Prado Leão		2	1	1	2
180	Paulo Vieira Bomfim			3	1	2

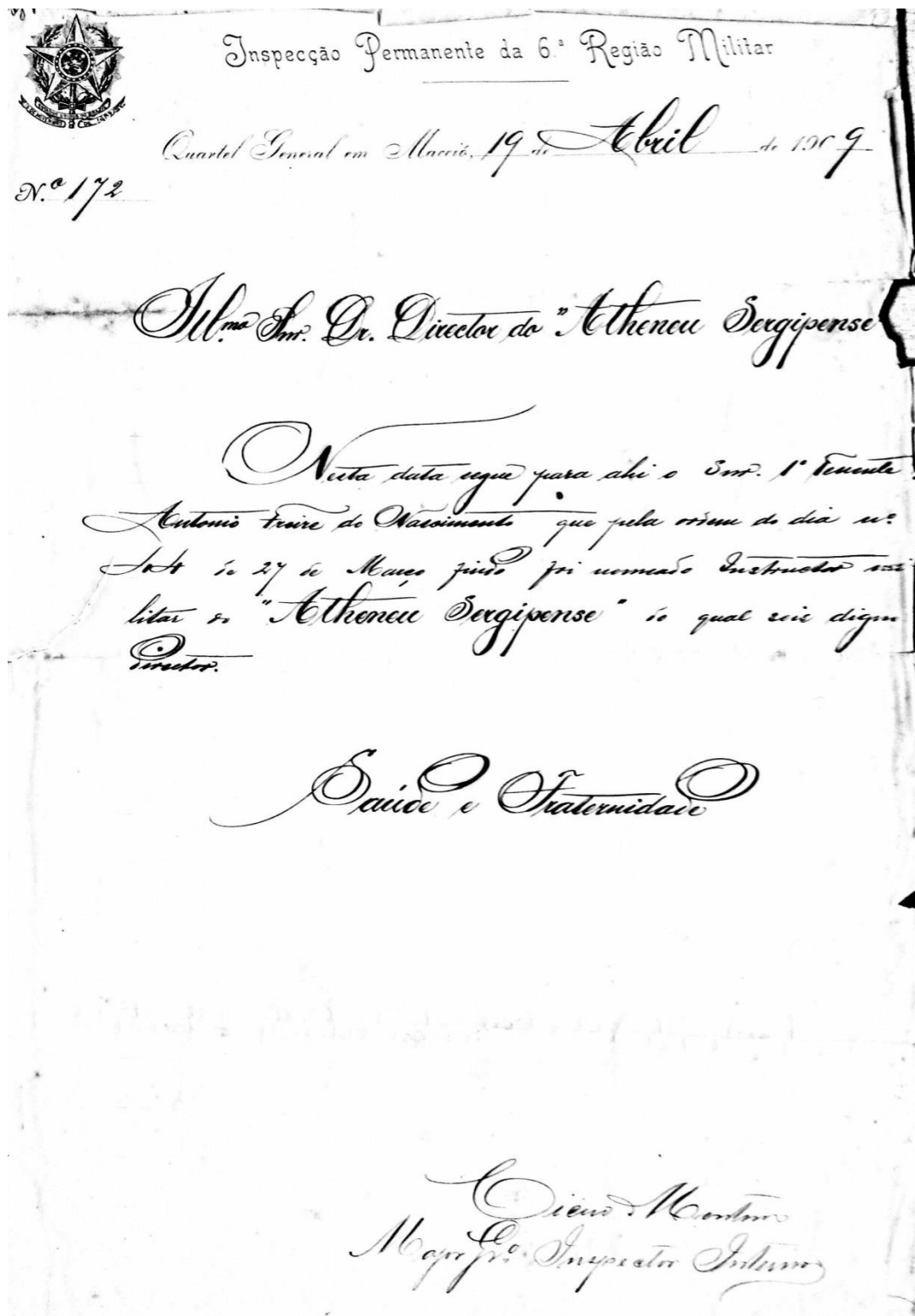
181	Paulo Placio de Lima Gama				1	
182	Raimundo Ferreira de Aragão			1	1	1
183	Raimundo Ribeiro de Carvalho		2	1	1	
184	Roberto Moreira Melo		2	1	1	
185	Rogério Dantas Freire			1	1	
186	Roque Andrade Souza			2		
187	Ruy Lima do Nascimento		1	2		
188	Silvio de Menezes Sobral		1	1		
189	Sebastião de Silva Nunes		1	2	1	
190	Tertuliano Azevedo		1	1	1	2
191	Humberto de Andrade Silveira		1	1	1	1
192	Jaime de Araujo Andrade					
193	Jair Tavares Batista de Jesus		2	3	1	
194	João Augusto Brito Bomfim			1	1	
195	João Almeida Anunciação			3	1	
196	João Bosco de Menezes					
197	XXXXXXXXX Batista Vieira dos Santos					
198	XXXXXXXXX Epifanio de Lima Campos			1		
199	XXXXXXXXX Resende Nunes		1	4	1	
200	José Augusto de Araujo		1		1	
201	José Gomes de Miranda				1	1
202	José Hamilton Oliveira Lima		1	2	1	3
203	José do Prado Barreto		1	2	1	4
204	José Rivaldo Pachêco				1	2
205	José Salatiel Brandão			1	1	
206	Luiz Alberto de Araujo			1	1	
207	Luiz Carlos Muniz Silva			3	1	
208	Xxxx Andrade Felizola		1	1	1	
209	Alberico Barreto Alves		2	1	1	3
210	Antonio Porto Ferreira					3
211	Edilson Ferreira Araujo		2		1	1
212	Gibson Almeida Pinho		2	2	1	4
213	Guilherme Valter Soares Cardoso		1	1	1	1
214	José Fausto Nery Filho		2	2	1	2
215	José de Goes Peixoto				1	1
216	José Ribeiro Mendonça		2	2	1	1
217	José Vieira de Menezes		2	3	1	4
218	Raphael de Melo Sampaio		2	1	1	4
219	Raimundo Ribeiro Brito		2	4	1	4
220	Silas Pires Barreto Dantas					2
221	Vital da Costa e Silva		2	4	1	4
222	Zelino José Ximenes		1	3	1	2
223	Paulo de Carvalho Junior				1	
224	Paulo Firpo Cruz				1	
225	XXXXXXX Rabelo Leite				1	
226	XXXXXXX Rabelo Leite Neto				1	
227	José Claudio Fontes de Alencar				1	
228	Joel Raminery				1	

229	Yalo Cezare Viana Pereira				1	
230	Xxxxxxx Azevedo Pereira				1	
231	Salvio Medeiros Costa					

Fonte: CEMAS, Ref. 384FASS10, Cx. 126.



## ANEXO B – Apresentação do instrutor militar - 1909



**ANEXO C - Relação dos alunos matriculados na Escola de Instrução Militar  
CIP 618 - 1944**

Ord.	Nomes	Filiação	Naturalidade Estado/Município	Data de Nascimento	Estado Civil	Idade
1	Manuel Kalil Abud	Kalil Abranhim Abud Jamile Abranhim Abud	Aracaju/SE	20/06/1929	Solteiro	15a / 9m /16d
2	Anderson Vieira Barreto	Rodolfo Muniz Barreto Maura Vieira Barreto	Capela/SE	02/05/1930	Solteiro	14a /10m /28d
3	José Teles Prudente	José Menezes Prudente Eredia Teles Prudente	Laranjeiras/Se	19/07/1930	Solteiro	14a /8m /11d
4	Domingos Savio Barreto de Andrade	José de Carvalho Andrade Lourença Barreto de Andrade	Aracaju/SE	30/09/1929	Solteiro	15a /06m
5	José Maria Campos Reis	Joaquim de Moura Reis Covelina Campos Reis	Aracaju/SE	24/07/1930	Solteiro	14a /8m /4d
6	Josias Nunes Filho	Josias Ferreira Nunes Erenita Nunes de Resende	Frei Paulo/SE	30/?/1930	Solteiro	14a /9m
7	Luiz Augusto Braga Pinho e Souza	Augusto Ferreira de Pinho Souza Clotildes Braga Souza	Santo Antônio/ BA	24/11/1930	Solteiro	14a /4m /4d
8	Cassio Augusto Macedo da Silva	Alvaro Fontes da Silva Luiza Macedo Fontes da Silva	Aracaju/SE	18/09/1930	Solteiro	14a /6m /12d
9	Ademar Alves de Oliveira	João Alves de Oliveira Antonia Alves de Oliveira	Santana/AL	18/09/1929	Solteiro	15a /6m /12d
10	Osvaldo Curvel	Filiação Paterna Ignorada Maria Pereira da Silva	Laranjeiras/Se	12/01/1931	Solteiro	14a /2m /18d
11	Walmir Teles Resende	Antonio Barbosa de Resende Maria Rosa de Resende	Maroim/SE	30/03/1929	Solteiro	16a
12	Jacintho Calazans	Filiação Paterna Ignorada Alzira Calazans	Aracaju/SE	30/05/1929	Solteiro	15a /10m
13	José Gerado Barbosa Costa	Arthur Alves e Costa Maria Lourdes Barbosa Costa	Aracaju/SE	11/05/1930	Solteiro	14a /10m /19d
14	Raymundo Ribeiro de Brito	Mario de Aguiar Brito Corália Ribeiro de Brito	Aracaju/SE	04/07/1930	Solteiro	14a /7m /26d
15	Fredy da Souza Rodrigues	Joaquim de Souza Rodrigues Amalia Geraldina Rodrigues	Aracaju/SE	05/04/1930	Solteiro	14a /11m /25d
16	Gerson Rodrigues Corrêa	José Candido Corrêa Vicencia Rodrigues Corrêa	Aracaju/SE	10/10/1929	Solteiro	15a /5m /20d
17	Nelson Moulzinho de Oliveira	Alfeu Baua de Oliveira Raimunda Farias Gondim Oliveira	Simão Dias/SE	17/04/1929	Solteiro	15a /11m /19d
18	Aloisio Teles de Melo	Mirael Alves de Melo Graziela Teles de Melo	Rosário/SE	16/12/1930	Solteiro	14a /3m /14d
19	Valfredo Dantas de Oliveira e Silva	Genério de Oliveira Silva Cecília Dantas Melo	Capela/SE	28/11/1928	Solteiro	15a /12d
20	José Hermes Figueiredo Ávila	João Ávila Boaventura Clara Zulinah Figueiredo Silva	Estância/SE	17/03/1929	Solteiro	16a /13d

21	Dilson Dória	Diorcorides Dória Maria Dória	Aracaju/SE	08/07/1929	Solteiro	15a /8m /22d
22	José Luciano Barbosa	José Barbosa Sobrinho Marieta Barbosa	Siriri/SE	15/03/1929	Solteiro	16a /15d
23	Paulo William Cabral Matos	Antonio Matos Maria Julia Cabral Matos	Capela/SE	29/06/1929	Solteiro	15a /9m /1d
24	José Ribeiro de Mendonça	Damião Mendonça de Santana Leônor Ribeiro de Mendonça	Aracaju/SE	31/01/1930	Solteiro	15a /1m/ 29d
25	Wilton Lima	José Vieira Lima Elze Lima	Aracaju/SE	10/05/1929	Solteiro	15a /1m /20d
26	Flamarion Carvalho de Oliveira	Abdênago Menezes de Oliveira Maria Carvalho de Oliveira	Boquim/SE	28/02/1930	Solteiro	14a /9m /2d
27	José Walter Cardoso Soares	Americo Ramos Soares Lourdes Cardoso Soares	Maroim/SE	04/12/1929	Solteiro	14a / 11m / 26d
28	Joel Karninsky	Lacel Karninsky Lucia Karninsky	Aracaju/SE	02/04/1930	Solteiro	
29	José Augusto Melo	Samuel Melo Antonia Melo	Aracaju/SE	15/05/1929	Solteiro	15a /6m /15d
30	Fernando Moraes Terra	Joaquim Dias Terra Maria Luiza Moraes Terra	Distrito Federal/RJ	30/09/1929	Solteiro	13a / 11m / 10d
31	Yulo Césare Viana Pereira	Jovino Prado Pereira Maria de Lourdes Viana Pereira	Juazeiro/BA	30/03/1930	Solteiro	
32	Murilo Menezes Dantas	Arnaldo Dantas Barreto Eunice Menezes Dantas	Aracaju/SE	09/08/1929	Solteiro	15a / 3m / 21d
33	Marcelo Alencar Aranha	José de Lima Peixoto Jacy Alencar Aranha	Aracaju/SE	21/03/1929	Solteiro	15a /8m /9d
34	Moacyr de Gois Peixoto	José de Lima Peixoto Davina de Goes Peixoto	Laranjeiras/Se	02/12/1929	Solteiro	14a / 11m / 28d
35	Waldemar Lima	Filiação Paterna Ignorada Candida Lima	Aracaju/SE	11/09/1929	Solteiro	15a / 6m / 19d
36	Walter Freire da Costa	Jeremias Freire da Costa Edwiges Maria Gomes da Costa Santos	Estância/SE	11/02/1929	Solteiro	16a / 1m / 19d
37	Walter Milet	Ladislau Estevam Milet Judite Tavares Milet	Maroim/SE	13/02/1931	Solteiro	14a / 1m / 17d
38	Wanderley de Oliveira	Octacilio Oliveira Lavinia Barreto de Oliveira	Aracaju/SE	03/11/1929	Solteiro	15a / 4m / 27d
39	Wellington Lima de Araujo	Candido Dantas de Araujo Edelfurdes Lima Araujo	Estância/SE	12/09/1928	Solteiro	16a / 2m / 18d
40	Wilson de Azevedo Perrucho	Americo Jorge do Rego Perrucho Laurida de Azevedo Perrucho	Aracaju/SE	25/11/1930	Solteiro	14a / 4m / 5d
41	Tertuliano Lima Azevedo	Anesio Azevedo Jacale de Azevedo	Neópolis/SE	14/09/1930	Solteiro	14a / 6m /13d
42	Teophilo Machado Tiúba	Francisco Barbosa Tiúba Geny Machado Tiúba	Capela/SE	31/12/1929	Solteiro	15a / 2m / 29d

43	Sylvio Vieira Sobral	Tasso Garcez Sobral Carmelita Vieira Sobral	Riachuelo/SE	26/01/1931	Solteiro	14a / 2m /4d
44	Sebastião da Silva Nunes	Legismundo Firmino Nunes Ana da Silva	Aracaju/SE	20/11/1931	Solteiro	13a / 4m / 10d
45	Rogério Dantas Freire	Armando Oliveira Freire Arlinda Dantas Freire	Aracaju/SE	?/09/1931	Solteiro	13a / 6m / 20d
46	Ruy Lima do Nascimento	João Nascimento Filho Nubia Lima do Nascimento	Estância/SE	11/02/1932	Solteiro	13a /1m /19d
47	Robério Moraes Ramos	Francisco Ramos do Reis Marieta Moraes Ramos	Capela/SE	21/04/1932	Solteiro	14a / 1m / 19d
48	Roberto Santos Costa	Elias Costa Alzira Santos Costa	Aracaju/SE	20/08/1929	Solteiro	15a / 7m / 16d
49	Reynaldo Moura de Carvalho	João Alves de Carvalho Altina Moura de Carvalho	Aracaju/SE	09/04/1929	Solteiro	15a / 11m / 21d
50	Renato Brandão	Ossion Ayres Brandão Berilla Ayres Brandão	Aracaju/SE	03/04/1930	Solteiro	14a / 11m / 29d
51	Euripedes Felizola Santos	Homero Felizola Zuearino Zulmira Santos	Aracaju/SE	07/03/1929	Solteiro	16a / 23d
52	Paulo Prado Barros	Décio de Mendonça Barros Odilia do Prado Barros	Divina Pastora/SE	16/12/1928	Solteiro	16a / 3m / 14d
53	Manuel de Oliveira Brito	Antonio de Souza Brito Zulmira de Oliveira Brito	Itabaiana/SE	11/08/1930	Solteiro	14a / 8m / 19d
54	Mario Monteiro da Rocha	Filiação Paterna Ignorada Maria Bernadina Santos	Manaus/AM	13/10/1930	Solteiro	14a / 5m / 17d
55	Mario Torres Galindo	Juvenal Torres Galindo Alfra Torres Galindo	Recife/PE	09/07/1929	Solteiro	15a / 3m / 21d
56	Milton Prado dos Santos	Benício Baptista dos Santos Alice Prado dos Santos	Alagoinhas/BA	13/09/1931	Solteiro	13a / 6m / 17d
57	Neurival Lemos de Almeida	Lourival Almeida Noemia Lemos de Almeida	Campo do Brito/SE	26/08/1931	Solteiro	13a / 7m / 4d
58	Paulo Correia de Carvalho	João Correia dos Santos Maria Rosa de Carvalho	São Cristóvão/SE	07/06/1930	Solteiro	14a / 9m / 23d
59	Paulo Prado Leão	José Almeida Leão Alcenira Pereira Prado	São Cristóvão/SE	11/03/1931	Solteiro	14a / 19d
60	Pedro Luiz Ribeiro de Carvalho	Pedro Alcantara de Carvalho Maria Ribeiro de Carvalho	Aracaju/SE	01/02/1929	Solteiro	16a / 1m / 29d
61	Paulo de Oliveira Silva	Jovino Silva Maria Esmeralda da Silva	Itabaiana/SE	28/02/1929	Solteiro	16a / 1m / 2d
62	Raimundo Ferreira de Aragão	Vicente Aragão Filho Eutemia Albuquerque Aragão	Gararu/SE	28/08/1930	Solteiro	14a / 7m / 2d
63	Raimundo Ribeiro de Carvalho	Pedro Alcantara de Carvalho Maria Ribeiro de Carvalho	Aracaju/SE	06/06/1930	Solteiro	14a / 9m / 24d
64	Pedro Sobral Filho	Pedro Sobral Anita Sobral	Frei Paulo/SE	11/09/1929	Solteiro	15a / 6m / 19d

65	Agnaldo Andrade	Manuel Firmino Antonia Maximino Andrade	São Cristóvão/SE	31/12/1930	Solteiro	14a / 2m / 29d
66	Aloísio de Abreu Lima	Eduardo de Abreu Lima Maria José Lima	Capela/SE	15/12/1931	Solteiro	13a / 3m / 15d
67	Alvaro Augusto de Azevedo	Pedro Alves de Azevedo Maria Lebia de Azevedo	Propriá/SE	14/08/1929	Solteiro	16a / 3m / 16d
68	Antonio Gilson Rocha	José da Rocha Laudice Paxêco Rocha	Propriá/SE	20/08/1929	Solteiro	15a / 7m / 15d
69	Alexandre de Oliveira Freire Filho	Alexandre de Oliveira Freire Josefa da Silva Freire	Aracaju/SE	09/07/1931	Solteiro	13a / 8m / 21d
70	Agnaldo Pereira	Filiação Paterna Ignorada Núbia Pereira	Aracaju/SE	19/02/1932	Solteiro	13a / 1m / 11d
71	Antonio Romero Libório	Ananias de Souza Libório Rita Romero Libório	Lagarto/SE	?/03/1931	Solteiro	13a / 9m / 24d
72	Ancelmo Nunes Alves	João Caetano da Cruz Josefa Nunes Alves	Riachão/SE	02/04/1932	Solteiro	12a / 11m / 28d
73	Ayrton de Souza Porto	Newton Porto Joana Rosa de Sousa	Aracaju/SE	06/08/1930	Solteiro	14a / 7m / 24d
74	Carlos Antonio das Neves Santos	Antonio Severo dos Santos Angelina das Neves Santos	Aracaju/SE	02/02/1931	Solteiro	14a / 1m / 28d
75	Carlos Corrêa Silva	Juvenal Corrêa Silva Dalva Siqueira Silva	Aracaju/SE	27/09/1929	Solteiro	15a / 6m / 2d
76	Carlos Germano Fiman do Prado Montes	Theodorico do Prado Montes Emilia Fiman do Prado Montes	Aracaju/SE	19/02/1932	Solteiro	13a / 1m / 11d
77	Claudio Cardoso	João Cardoso de Mattos Eulira Cardoso	Socorro/SE	19/08/1929	Solteiro	15a / 7m / 11d

Fonte: CEMAS. Livro de matrícula – 1944. Ref. 303FASS10, Cx. 127.